

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO TECNOLÓGICO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM URBANISMO HISTÓRIA E ARQUITETURA DA CIDADE
PGAU CIDADE

**CONFIGURAÇÃO URBANA E IDENTIDADE ESPACIAL:
Estudo de localidades praianas na Ilha de Santa Catarina**

MARIA CRISTINA CLARAMUNT

FLORIANÓPOLIS
DEZEMBRO 2008

MARIA CRISTINA CLARAMUNT

**CONFIGURAÇÃO URBANA E IDENTIDADE ESPACIAL:
Estudo de localidades praianas na Ilha de Santa Catarina**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade, PGAU-CIDADE da UFSC como requisito parcial a obtenção do título de Mestre Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade, Área de Concentração em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade, Linha de Pesquisa Meio Ambiente e Urbanismo.

Orientador: Prof. Dr. Arq-Urb. Eduardo Félix Castells
Co-Orientador: Prof. Dr. Arq-Urb Almir Francisco Reis

FLORIANÓPOLIS

2008

**CONFIGURAÇÃO URBANA E IDENTIDADE ESPACIAL:
Estudo de localidades praianas na Ilha de Santa Catarina**

MARIA CRISTINA CLARAMUNT

ESTA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO FOI JULGADA
ADEQUADA E APROVADA EM SUA FORMA FINAL

Prof. Dr. Almir Francisco Reis

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Almir Francisco Reis

Prof. Dr. Nelson Popini Vaz

Prof. Dr. Mário César Coelho

AGRADECIMENTOS

Texto difícil, porque foram tantas as ajudas e incentivos!!!

Assim duas personagens principais se destacam, Deus e minha querida Mãe, Aurelina (Nenita) Antunes de Claramunt (*in memoriam*). Nenhum dos dois poupou esforços para me incentivar durante todos os momentos de minha vida, difíceis ou fáceis, alegres e tristes. Assim, agradeço a ambos por absolutamente TUDO.

Dedico também a meu Pai Tomás Aquileo Claramunt (*in memoriam*). e a minha tia e madrinha Ester Claramunt (*in memoriam*), pela dedicação de serem meus professores tanto na vida como no colégio e despertar em mim o desejo de sempre saber um pouco mais, e nunca desistir de apreender mesmo que pareça tudo muito difícil.

Aos meus filhos Lorena, agora se somaram Paulo e Pedro (meu neto), Julia e Juan Andrés, aos quais dedico a minha trajetória de mãe e de profissional, minha luta não teria sentido sem eles, por eles e para eles. Agradeço também a esta nova geração que consegue fazer tudo no computador, e que se dispuseram a me ajudar, formatar, desenhar e explorar na internet, mapas, explicações e outras “cositas mas”.

A meu irmão Tomás Jorge Claramunt e cunhada Graciela Pignon, por sempre ter uma palavra sincera e verdadeira para me ajudar a esclarecer a situação frente as dúvidas que aparecem na vida.

A meu amigo, companheiro e sócio, quase desde sempre, Mário André Bonetti, a sua mãe Maurina Bonetti e a Séfora Bonetti por ter segurado muitos momentos difíceis e compartilhado bons momentos de trabalho, lazer e amizade faz 30 anos.

As minhas amigas e colegas de profissão Lílian Mendonça e Lia Rosa Camargo Martins, que desde a faculdade me ajudaram de forma generosa em momentos pessoais e profissionais e, continuamos a compartilhar nossa caminhada juntas, acho que para sempre, agradeço pelo apoio incondicional.

Para meu professor Nelson Saraiva por sempre me exigir mais, e mais, mas ao mesmo tempo acreditar em mim e Elisabeth de Quadros Pereira Rego, que sem ser minha professora, teve esse papel, assim como conselheira durante muitos anos, obrigada a ambos.

Aos professores do PGAU que me incentivaram e compreenderam em muitos momentos, e a Adriana, colaboradora incansável para ajudar a resolver os problemas de todos, mas, e, sobretudo da 1ª turma, e aos colegas, especialmente a Milena Skalee pela sua amizade.

Aos professores Eduardo Feliz Castells e Alicia Castells, pelo seu incentivo inicial a este trabalho e a nossa amizade de muito tempo.

Aos meus companheiros no escritório Mercedes Avelleyra, e Arq. Walmir Rigo por segurar as pontas nesses últimos momentos de “entrega de trabalho”.

A minhas amigas, que nesses últimos anos tem me apoiado dia a dia na minha vida pessoal, incluindo me aturar sempre “estudando”, Tina, Mercedes, Julia e Roberta.

Finalmente, agradecer de coração ao meu amigo, professor e salvador desta dissertação, Almir Francisco Reis que aceitou me orientar, sempre dedicado, entusiasta, confiante, mas, firme e exigente no resultado. Afinal ele foi o principal incentivador de minha participação do PGAU.

MUITO OBRIGADA!!!

RESUMO

A mudança que está em andamento na produção do espaço urbano da Ilha de Santa Catarina tem transformado de forma intensa as suas feições. O planejamento praticado não tem conseguido o controle desta produção, que acontece de forma aleatória, levando a grandes modificações e até à destruição de recursos naturais e culturais, elementos propulsores do turismo que é apontado como um dos vetores econômicos de maior rentabilidade da cidade. A preocupação com estas transformações promoveu o desenvolvimento deste trabalho, que tem por finalidade verificar elementos de identidade espacial de localidades praianas da Ilha de Santa Catarina. A identificação destes elementos possibilitará a manutenção das suas características próprias ainda existentes. Pretendeu-se, com isto, evitar a massificação em andamento nos espaços urbanos e construídos, promovidos pela forma de implementação da indústria do turismo e permitidos pelos governos locais. A indicação destas permanências espaciais permitirá a obtenção de indicadores de crescimento equilibrado e preservação ambiental. Neste contexto de estudo se incluem os valores espaciais da ocupação, valores culturais e sociais dos moradores nativos e, necessariamente, valores introduzidos pelos novos moradores e turistas. Para detalhar o estudo, foram selecionadas três localidades, que apresentam configurações espaciais representativas do modo de espacialização característico da Ilha de Santa Catarina. São elas: Ingleses, situado na costa norte, Barra da Lagoa, na costa leste, e Pântano do Sul, na costa sul da Ilha, todas em processo de transformação a partir do crescimento urbano - turístico. O estudo destas localidades foi detalhado, abrangendo várias escalas: a Ilha como um todo, as localidades estudadas com seu entorno imediato, e, a estrutura de organização espacial intraurbana.

Palavras chaves: Permanências espaciais, Ilha de Santa Catarina, Florianópolis, crescimento urbano-turístico.

ABSTRACT

The undergoing changes in the production of the urban space in the Island of Santa Catarina have been causing deep transformations in the landscape configuration. The proposed urban planning has not been achieving the control of these changes, which occurs in a random form, leading to great modifications and even to the destruction of the natural and cultural resources. These relevant elements are related to tourism and appointed as one of the most important economic sources of the city's income. The concern of this dissertation is to analyze the elements of the spatial identity of the coastal villages in the Island of Santa Catarina. The identification of these elements shall make possible the maintenance of the inner characteristics still existing in these areas. It is intended to avoid the undergoing massification on the urban and built environment promoted by the current tourism industry with the endorsement of the local government. The selection of the referred landscape elements will allow the choice of indicators for balanced growth and environmental conservation. In the context of this study it is included spatial occupation values, the social and cultural values of the native population, as well as the actual values introduced by the new population and tourists. For the detailed study there were selected three villages which represent the spatial configuration of the occupation pattern of the island's territory: Ingleses do Rio Vermelho, located in the North coast, Barra da Lagoa, in the East coast and Pântano do Sul, in the South coast, all of them suffering a transformation process related to urban and touristic growth. The case study was detailed within different approaches: the Island as a whole, the selected villages and their surroundings, the structure of the inner-urban spatial organization and the relations between urban tissue and built typology.

Key-words: Spatial identity, Santa Catarina Island, Florianópolis city, touristic and urban growth.

LISTA DE SIGLAS

APP – Área de Preservação Permanente

CASAN – Companhia Catarinense de Águas e Saneamento

CECCA – Centro de Estudos Cultura e Cidadania.

CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente

DNOS – Departamento Nacional de Obras Sanitárias

FATMA – Fundação do Meio Ambiente

FIBGE – Fundação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPIUF – Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul

PDP – Plano Diretor Participativo

PMF – Prefeitura Municipal de Florianópolis

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - A Praia de Pântano do Sul. Mar/08.....	I
Figura 2 - Mapas de Localização da Ilha de Santa Catarina.Fonte: Google Nov/08.....	10
Figura 3 - Ponte Hercílio Luz, marco do início da expansão da cidade.....	16
Figura 4 - Mapa da Ilha com a localização das Freguesias, núcleos pesqueiros e os caminhos coloniais de comunicação.	22
Figura 5 – Campos comunais na Ilha de Santa Catarina.....	25
Figura 6 – Ingleses, hoje distrito independente da sede municipal. Década de 1990.....	33
Figura 7 - Campo de golfe do Condomínio Costão Golfe. – Nov/2008	36
Figura 8 - Núcleo pesqueiro dos Ingleses do Rio Vermelho na década de 1960. Verifica-se a sua implantação na parte sul da praia e encostada na grande duna, beirando as duas vias de comunicação. Percebe-se ao longe no sentido das Aranhas (Santinho) o parcelamento perpendicular as vias com pequena largura e grandes comprimentos. Pode-se observar também a extensa largura da areia da praia (parte sul), ainda não modificada pela ação do mar em consequência da ocupação antrópica. Fonte: Acervo da Casa da Memória – Florianópolis	49
Figura 9 - Ocupação da faixa de preamar no local da antiga Campanha (núcleo original), o mar ameaçando as edificações, ao fundo o Morro dos Ingleses, canto sul da praia. Nov/2008.	54
Figura 10 - Parte sul da praia ao lado da grande duna chegando ao mar, perto do Morro dos Ingleses. Nov/2008	55
Figura 11 - Rio dos Ingleses dentro da área urbana do balneário. Nov/2008.	55
Figura 12 - Passagem para a praia na lateral de um edifício multifamiliar nos 30m de APP do Arroio Capivari - Ingleses Nov/2008.....	56
Figura 13 - Ocupação urbano-turística adensada no bairro Sítio do Capivari de Baixo em primeiro plano. Ao fundo vê-se o morro da Feiticeira, limite norte da praia e o mar. Out/2008.	57
Figura 14 - Ocupação urbano-turística adensada no bairro Sítio do Capivari de Baixo em primeiro plano. Ao fundo vê-se o morro dos Ingleses, limite sul da praia. Nov/2008.....	58
Figura 15 - Foz do Arroio do Capivari, canalizado na maior parte do seu curso. Destaca-se vegetação de mangue nas suas margens. Nov/2008.	58
Figura 16 - Foz do Arroio do Capivari. Nov/2008.	59
Figura 17 - Viela do núcleo original, ao fundo a grande duna, limite físico da ocupação. Dezembro/2008	60
Figura 18 – Igreja de Nossa Senhora dos Navegantes – Ingleses. Destaca-se a implantação de edificação comercial no espaço frontal de antigo domínio da igreja. Nov/2008.....	61

Figura 19 – Configuração de ocupação linear, após o local da vila original, sobre o antigo caminho das Aranhas (Santinho), hoje Rua Osnildo Lemos. Nov/2008.....	62
Figura 20 - Mapas do Sítio Físico, do histórico da ocupação e das transformações urbano-turísticas atuais. Fonte: Autora sobre Google Earth. Jul/08	64
Figura 21 - Plantas da malha urbana com o entorno e planta da configuração de ocupação atual. Fonte: Autora sobre Google Earth. Jul/08	65
Figura 22 – Vista desde o cemitério local, que permite a percepção da proximidade dos elementos de configuração espacial da vila original: mar, igreja, moradias e cemitério. Nov/2008	66
Figura 23 - Núcleo da Barra da Lagoa	68
Figura 24 - Vista panorâmica desde o morro da Barra no sentido sudoeste.	69
Figura 25 - Arco praias do Sistema Moçambique Barra da Lagoa com 8 km de extensão, vista para o Sul. Ao fundo localidade da Barra encostada no Morro do Parque da Galheta e a direita, parte da Lagoa da Conceição.....	70
Figura 26 - Pescadores da Barra da Lagoa em mutirão construindo um molhe provisório com areia para limitar a entrada do canal no mar. Década de 1950.....	72
Figura 27 - Ocupação colonial da Barra da Lagoa com seus caminhos principais e parcelamento rural com ocupação linear em pequenas sedes de fazendas. O núcleo, em primeiro plano, já se encontrava mais adensado junto ao canal. Ao longe se percebe a Lagoa da Conceição, as dunas da Joaquina e a sua Praia. Na lateral esquerda da foto pode se apreciar as Praias da Galheta e Mole e o famoso morro da Barra de difícil transposição naqueles tempos.Década de 1960.....	75
Figura 28 - “Ponto final” de chegada, local mais central da Barra, o encontro do canal com o mar. Neste local foi implantada infraestrutura de lazer foi ali implantada: calçadas, quadras, play-ground, sanitários, praça, uma nova ponte, quiosque e mesas de jogos. Mar/08.....	77
Figura 29 - Comércio sobre um dos eixos de chegada ao centro do balneário. Abr/2008..	78
Figura 30 - Vista de uma das inúmeras novas edificações de serviços, uma pousada e outros para atendimento ao turista. Abr/08.	79
Figura 31 - Vista do canal com seu alargamento nos anos 70, antes da intensa ocupação ocorrida nas suas margens.	80
Figura 32 - Vista do canal com a ocupação atual das suas margens. Abr/08.....	80
Figura 33 - Vista do Loteamento Cidade da Barra ao longe, e a via de conexão com a antiga Barra, ainda desocupada. Abr/08.....	81
Figura 34 - Canal da Barra, elemento físico fundamental na ocupação da Barra da Lagoa. Mar/08.....	82
Figura 35 – Mapas do sítio físico, do processo histórico de ocupação e das transformações urbano-turísticas. Fonte: Autora sobre Google Earth Jul/08.	83

Figura 36 – Plantas da malha viária com o entorno e da configuração da ocupação atual. Fonte: Autora sobre Google Earth Jul/08.	84
Figura 37 - Muro do Condomínio Velas em área alagada da antiga Lagoa das Capivaras. Fev/2008.....	88
Figura 38 - Novos condomínios em área da antiga Lagoa das Capivaras sobre a SC 406. Fev/2008.....	88
Figura 39 - Área alagada resultado dos canais retificados extravasados por causa das intensas chuvas. Nov/2008.....	89
Figura 40 - Floresta da Planície Quaternária, ao fundo percebe-se o mar. – Caminho da Costa de Dentro. Nov/2008.	91
Figura 41 - Floresta da Planície Quaternária no limite com o Loteamento dos Açores – Nov/2008.	91
Figura 42 - Uso coletivo da praia: barcos de pesca, turistas, bares e estacionamento. Mar/2008.....	98
Figura 43 - Adensamento das edificações na Vila do Pântano do Sul, vista desde a praia. Mar/2008.....	99
Figura 44 - Bares na beira da praia. Mar/2008.....	100
Figura 45 - Ocupação sobre a lateral do Morro da Lagoinha. Mar/2008.....	100
Figura 46 - Viela de pedestres sobre o rochedo que acessa as edificações ali construídas. Mar/08.....	101
Figura 47 - Espaços de lazer sobre o rochedo com churrasqueiras, ou como local de descanso ou contemplação. Mar/08.....	101
Figura 48 - Edificações e o Cemitério Municipal sobre a viela em cota superior, na encosta do Morro da Lagoinha sobre a enseada. Mar/08.....	102
Figura 49 - Viela de pedestre para acesso a varias residências. Fev/2008.	103
Figura 50 - Viela para automóveis de comunicação entre residências. Fev/2008.	104
Figura 51 - Caminho pela Costa de Dentro – Estrada Rozália Paulina Ferreira – Nov/2008.	105
Figura 52 - Loteamento dos Açores– Nov/2008.	106
Figura 53 - Loteamento dos Açores com tipologia de edifícios multifamiliares– Nov/2008.	106
Figura 54 - Uso rural atual sobre as antigas áreas comunais, com a Floresta da Planície Quaternária em segundo plano e os morros do Ribeirão e da Armação ao fundo fechando as áreas de planícies do Distrito de Pântano do Sul. Nov/2008.	107
Figura 55 - Acesso calçado a novo condomínio em construção no caminho entre as localidades de Costa de Dentro e Costa de Cima. Nov/2008.	108
Figura 56 - Mapas do Sítio Físico, do histórico da ocupação e das transformações urbano- turísticas atuais. Fonte: Autora sobre Google Earth. Jul/08.	109

Figura 57 - Plantas da malha viária com o entorno e da configuração da ocupação atual. Fonte: Autora sobre Google Earth. Jul/08.	110
Figura 58 - Barcos de pesca artesanal sobre a praia a espera do cardume de tainhas. Jun/2008.....	111
Figura 59 - Sede de fazenda sobre o caminho entre a vila do Pântano do Sul e Costa de Dentro Jun/2008	112
Figura 60 - Sede comunitária do núcleo rural de Costa de Dentro. Nov/2008	112
Figura 61 - Reparcelamento de propriedade rural na encosta do morro. Nov/2008	113
Figura 62 - Condomínio construído sobre antigas áreas comunais sobre a lagoa das Capivaras. Nov/2008	114
Figura 63 - Reparcelamento na encosta do morro por sobre áreas comunais. Nov/2008 ..	114
Figura 64 - A figueira, exemplar de vegetação nativa “incrustada” no muro de um novo empreendimento: Condomínio Velas (3 conjuntos) implantado sobre o local da antiga Lagoa das Capivaras. Pântano do Sul. Nov/2008.....	119

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	I
OBJETIVO	IV
Geral.....	IV
Específicos	IV
METODOLOGIA.....	V
Referências teórico-conceituais.....	V
Quadro Panorâmico das transformações sócio-espaciais pelas quais tem passado a Ilha de Santa Catarina.....	VI
Estudos de caso - Localidades insulares da Ilha de Santa Catarina: Configuração e identidade sócio-espacial	VII
ESTRUTURA DO TRABALHO	IX
CAPÍTULO 1 - REFERENCIAL TEÓRICO-CONCEITUAL	1
1.1 Identidade e permanência espacial.....	1
1.2 Paisagem.....	4
1.3 Lugar.....	6
CAPÍTULO 2 – A ILHA DE SANTA CATARINA: SÍTIO FÍSICO, CRESCIMENTO E TRANSFORMAÇÕES URBANO-TURÍSTICAS.	9
2.1 - O ambiente natural.....	9
2.1.1 - <i>Clima</i>	9
2.1.2 - <i>Geomorfologia</i>	11
2.1.3 - <i>Ecossistemas</i>	12
2.2 - Histórico do processo de urbanização	15
2.2.1 – <i>Urbanização da Ilha</i>	17
2.2.2 - <i>A Vila do Desterro, atual centro de Florianópolis</i>	17
2.2.3 - <i>Interiorização da Ilha</i>	18
2.2.3.1 - <i>Freguesias</i>	20
2.2.3.2 - <i>Os núcleos pesqueiros e agrícolas</i>	23
2.2.3.3 - <i>As ocupações lineares</i>	23
2.2.4 - <i>Áreas comunais</i>	24
2.3 – Transformações urbano-turísticas contemporâneas	27
2.3.1 – <i>Permanências sócio-culturais e arranjos sociais na Florianópolis contemporânea</i>	36

CAPÍTULO 3 - LOCALIDADES INSULARES DA ILHA DE SANTA CATARINA:	
CONFIGURAÇÃO E IDENTIDADE SÓCIO-ESPACIAL.....	40
3.1. O mar e os balneários	40
3.2 - Os núcleos pesqueiros	43
3.3 – Ingleses do Rio Vermelho.....	44
3.3.1 <i>Sítio físico</i>	45
3.3.2 <i>Processo histórico de ocupação</i>	48
3.3.3 <i>Configuração urbano-turística</i>	53
3.3.4 <i>Ingleses do Rio Vermelho - Considerações Finais</i>	66
3.4 – Barra da Lagoa	67
3.4.1 <i>Sítio físico</i>	69
3.4.2 <i>Processo histórico de ocupação</i>	71
3.4.3 <i>Configuração urbano-turística</i>	76
3.4.4 <i>Barra da Lagoa - Considerações Finais</i>	85
3.5 - Pântano do Sul	87
3.5.1 <i>Sítio físico</i>	87
3.5.2 <i>Processo histórico de ocupação</i>	92
3.5.2 <i>Transformações urbano-turísticas</i>	97
3.5.4 <i>Pântano do Sul - Considerações Finais</i>	111
CONCLUSÃO.....	115
ANEXOS.....	124

INTRODUÇÃO



Figura 1 - A Praia de Pântano do Sul. Mar/08.

O sítio natural da Ilha de Santa Catarina se apresenta através de uma paisagem extremamente rica e complexa, que coloca diversas limitações à ocupação, devido às fragilidades dos diversos ecossistemas naturais ali existentes. Esta ocupação aconteceu de forma dispersa devido à configuração do sítio físico.

O uso da orla, desde os primórdios de sua ocupação, foi dividido em inúmeros pontos de acesso ao mar, sendo criadas primeiramente as “freguesias” e posteriormente as localidades pesqueiras, formando pequenos núcleos urbanos. Esta ocupação humana por sobre o território deixou também muitas marcas, hoje componentes de uma paisagem exuberante que alia natureza e cidade, despertando o interesse turístico. O turismo foi um dos promotores principais das profundas transformações ocorridas no Século XX.

As primeiras transformações das estruturas naturais da Ilha de Santa Catarina foram promovidas pelas ocupações iniciais de vicentistas e açorianos. Destes últimos podemos ainda vivenciar os espaços urbanos criados, que permitem remeter-nos à época em que foram fundados. Os colonos açorianos trouxeram consigo os seus saberes que precisaram ser adaptados ao novo meio natural, criando assim, uma cultura que, somada à original, conferem a estas localidades características singulares. Esta situação característica promove uma força que chamamos “permanências espaciais”, e, é destas “permanências” que este estudo trata.

Esta ocupação se caracterizou por três tipos de assentamentos urbanos: as freguesias, os núcleos pesqueiros e as ocupações lineares. Tanto as sedes das freguesias como os núcleos pesqueiros estão localizados à beira mar e se caracterizavam por possuir

um papel polarizador em relação ao entorno próximo. As ocupações lineares localizavam-se ao longo dos caminhos que se entendiam ligando as freguesias ou núcleos com seu entorno agrícola e com outras localidades.

O registro da ocupação física de cada núcleo realizada neste trabalho, assim como de sua evolução, permitiu a identificação de elementos de identidade, que pretendemos sejam os elementos atrativos para um desenvolvimento urbano-turístico ordenado e com respeito ao meio ambiente e à cultura local. A riqueza da paisagem foi e é o elemento principal de sua atratividade e do desenvolvimento da atividade urbano-turística. O modelo de turismo adotado pelas administrações públicas tem sido influenciado pelo empresariado vinculado à construção civil e à atividade imobiliária. Seu rebatimento sobre o espaço tem custos ambientais, sociais e econômicos que colocam em perigo seu próprio desenvolvimento com conseqüências de perda da diversidade ecológica e de referências sócio-espaciais.

O desenvolvimento do turismo foi promovido pelas transformações sócio-econômicas estruturais que aconteceram no país a partir de meados do século XX possibilitaram a acessibilidade a esta região promovendo um processo de urbanização acelerado, mas, tardio em relação às demais capitais do país. Foi um dos principais elementos provocadores das alterações sofridas pelo território e pela paisagem natural da Ilha. A valorização de suas belezas naturais e de suas praias como espaços de lazer contribuíram para esta urbanização.

Os balneários foram crescendo e ocupando áreas tanto de orla como do entorno dos antigos núcleos e caminhos coloniais, verificando-se diferentes formas de apropriação do espaço, com interesses diferenciados que incluem novos moradores nas vilas originais e no seu entorno: turismo sazonal, casa de praia, moradia permanente, comércio e serviços.

Com a inclusão, nas localidades originais, de novos usos urbanos e novas propostas imobiliárias, verifica-se uma modificação profunda na configuração dos núcleos. Estas novas propostas trazem, na sua origem, um conceito de ocupação onde aparecem os interesses imobiliários desligados dos elementos característicos da identidade local, sejam elas do ambiente natural, da cultura ou do traçado original, constituindo-se numa resposta somente às condicionantes financeiras e interesses da especulação imobiliária. Acreditamos que a possibilidade de considerar no planejamento, elementos de permanência espacial, poderá permitir a manutenção das características locais ainda existentes, com o intuito de obter indicadores de preservação ambiental e qualificar o processo de crescimento urbano, neste momento, implacável.

Para a análise das permanências espaciais e das configurações dos núcleos pesqueiros da Ilha de Santa Catarina foi fundamental levar em conta o morador nativo, os

novos moradores que adotaram Florianópolis como seu novo lar e, também a demanda turística já implementada na Ilha, através da venda de sua imagem pela indústria do turismo. A mono atividade turística é, atualmente, a grande força ideológica que é colocada no inconsciente coletivo dos florianopolitanos. Esta transformação urbano-turística continua em ritmo acelerado, apresentando-se através de práticas que fomentam a homogeneização da ocupação das áreas urbanas e das tipologias construtivas, que aos poucos vão cobrindo seu território como um manto único.

Assim, da experiência de moradora da Ilha de Santa Catarina por mais de três décadas, e frente às transformações acontecidas no decorrer deste tempo, sentimos a necessidade de contribuir com este estudo, numa colaboração para uma possível modificação nas novas propostas que poderão ser implementadas no decorrer deste processo. Esta contribuição se dá através da análise aqui realizada que aponta elementos que poderão permitir a manutenção das permanências espaciais locais, de forma a criar estratégias que enfrentem a massificação em andamento dos espaços públicos e construídos no território da Ilha.

Nesta dissertação foram analisadas especialmente, as configurações espaciais de três localidades da Ilha de Santa Catarina: Ingleses, Barra da Lagoa e Pântano do Sul, localizadas junto ao mar, expressando origens comuns a partir de núcleos de pescadores. Apresentam características similares com configurações específicas. A análise e interpretação dessas características constituem ponto de partida imprescindível para um processo de planejamento urbano preocupado com a manutenção da identidade sócio-espacial desses lugares.

OBJETIVO

Geral

Elaborar estudo de configuração espacial dos assentamentos originais e nas transformações ocorridas, em localidades praianas na Ilha de Santa Catarina com vias a verificar valores tradicionais próprios. O estudo objetivou detectar elementos de permanência que possibilitem a manutenção das características locais ainda existentes, de forma a obter indicadores de preservação ambiental e diagnosticar o processo de crescimento urbano.

Específicos

1. Pesquisar referenciais teórico-conceituais que explicitem as relações entre configuração urbana e identidade espacial;
2. Entender o processo de ocupação do território da Ilha de Santa Catarina, bem como as transformações urbano-turísticas pelas quais passa no presente;
3. Apontar características espaciais decorrentes do processo histórico de ocupação das localidades insulares;
4. Realizar estudos de caso, analisando localidades praianas decorrentes da transformação dos antigos núcleos pesqueiros da Ilha de Santa Catarina, a partir da análise da relação entre sítio físico, processo histórico de crescimento e configuração urbano-turística contemporânea.

METODOLOGIA

Para atingir os objetivos propostos neste trabalho, foram desenvolvidas as seguintes etapas metodológicas: estudo de referências conceituais, quadro das transformações sócio-espaciais pelas quais tem passado a Ilha de Santa Catarina e estudos de casos em três núcleos pesqueiros.

Referências teórico-conceituais

Pesquisa bibliográfica visando elaborar o referencial teórico-metodológico do trabalho, bem como explicitar o método de trabalho a ser desenvolvido nas análises realizadas. Foram abordados os seguintes conceitos:

- Identidade e permanências
- Paisagem
- Lugar
- Processo de crescimento urbano e transformações espaciais.

Entre outros autores pesquisados destaca-se o trabalho de Ramon Gutiérrez (1989) para a compreensão das relações conceituais entre identidade e permanência espacial. Para este autor, o conceito de identidade é colocado como “ser o mesmo” e a referência à persistência, apesar da mudança das variáveis que transformam os espaços e a sociedade como um todo.

O conceito de paisagem e a importância do mesmo foram entendidos através de autores como Marilena Chauí (1980), Juliana Castro (2003) e Dos Santos (2006). Foi definido como a materialização de todos os processos, sejam eles materiais e sociais que ocorram em um determinado sítio físico, ou seja, como resultado de um processo histórico ou expressão própria de uma sociedade, no decorrer de sua história.

O conceito de lugar, importante para a determinação das territorialidades dos locais a serem estudados e seu significado coletivo, foi abordado através de autores como Miguel Angel Roca (1984) e Aldo Rossi (2001), a partir dos quais se entendeu que, os lugares urbanos estão carregados de experiências acumuladas e que estas têm significados próprios, importantes de serem considerados num estudo urbano.

Para o entendimento do processo de crescimento urbano e das transformações espaciais decorrentes, o autor Kevin Lynch (1980) contribuiu para a consolidação do conhecimento destas relações, que abordam a construção da imagem da cidade a partir das diferentes formas da apreensão da paisagem. Identifica a influência dos elementos do sítio físico e de paisagem construída na orientação das pessoas nos lugares e sua identificação pelas mesmas.

Quadro Panorâmico das transformações sócio-espaciais pelas quais tem passado a Ilha de Santa Catarina

Considerando a Ilha de Santa Catarina como âmbito de estudos, verifica-se que as escalas de apreensão caminham entre o urbano e o territorial. As características físico-geográficas propiciaram uma ocupação descontínua: entre os espaços urbanos se interpõem espaços naturais e espaços de produção agrícola. Para o entendimento deste particular sistema, diversas leituras e estudos que caracterizassem o sítio e sua ocupação foram necessários, de forma a apreender:

- As características do sítio físico e dos ecossistemas naturais da Ilha de Santa Catarina;
- O processo histórico de ocupação do território da Ilha de Santa Catarina;
- Transformações sócio-espaciais em andamento no presente na Ilha de Santa Catarina, fruto do desenvolvimento urbano-turístico.

Todas estas leituras tiveram como base fundamental a pesquisa bibliográfica, incorporando também análises de mapas, fotografias aéreas e visitas de campo.

Para a descrição do sítio físico da Ilha de Santa Catarina foram utilizados livros e trabalhos que estudaram a geomorfologia, o clima, a hidrografia e os ecossistemas naturais. Entre os trabalhos pesquisados encontram-se CECCA (1997), e Scheibe (2002), que propiciaram um entendimento sobre a variedade de paisagens existentes na Ilha, os ecossistemas naturais e possibilidades de interação com as ocupações rurais, urbanas ou turísticas.

O estudo do processo histórico de ocupação do território da Ilha de Santa Catarina foi realizado através da leitura de historiadores locais e outros autores que desenvolveram suas pesquisas sobre o contexto do sul do Brasil, como: Virgílio Várzea, Oswaldo Rodrigues Cabral, Sérgio Luiz Ferreira, Nereu do Vale Pereira e Marly Bustamante Mira, Paulo Lago, Nazareno de Campos e Augusto César Zeferino. A partir destes autores entendeu-se sobre a evolução da ocupação desde as primeiras presenças humanas, representadas por indígenas, até a situação atual, onde podem ser verificados problemas tanto ambientais como sócio-espaciais existentes hoje na Ilha de Santa Catarina.

O contexto do crescimento do turismo, como atividade econômica de grande repercussão nas transformações ocorridas e em andamento sobre a ilha, foi abordado através de autores como Hoyêdo Nunes Lins (Lins, 2002) e Nereu do Vale Pereira (Pereira, 2002) que contribuíram para o entendimento do processo de implantação do turismo e a sua relação com a ocupação do território.

Sobre as transformações sócio-espaciais em andamento no presente, fruto do desenvolvimento turístico, e as formas urbanas resultantes, muitos trabalhos de diferentes autores foram desenvolvidos sobre aspectos específicos da Ilha de Santa Catarina. Para este estudo os seguintes autores tiveram uma grande contribuição: Lizete Assen de Oliveira, CECCA, Ayrton Portilho Bueno, Almir Francisco Reis, todos os trabalhos realizados por estes autores são da década de 1990. Abordam a análise do espaço da Ilha de Santa Catarina através do estudo das estruturas urbanas e territoriais que foram geradas pelos processos de crescimento contemporâneos, aprofundados através de dois recortes analíticos: os impactos dessas estruturas em relação aos ecossistemas costeiros e as novas redes de espaços públicos e construídos que vêm sendo geradas.

Estudos de caso - Localidades insulares da Ilha de Santa Catarina:

Configuração e identidade sócio-espacial

No sentido de aprofundar os estudos, detectando características de identidade incidentes nas localidades insulares sujeitas ao processo de transformação urbano-turístico, foram desenvolvidos estudos de caso em localidades que apresentam configuração espacial representativa do modo de espacialização característico da Ilha de Santa Catarina. Para tal estudo foram escolhidas as seguintes localidades: Ingleses, Barra da Lagoa, e Pântano do Sul. Estas localidades foram selecionadas em função dos seguintes critérios;

- Origem semelhante a partir de comunidades pesqueiras que se transformaram paulatinamente em balneários;
- Características similares de paisagem, sítio e ecossistemas costeiros;
- Localidades na costa leste da Ilha de Santa Catarina;
- Comunidades em diferentes estágios de transformação urbano-turística.

Nessas localidades foram realizadas leituras visando explicitar suas características sócio-espaciais. Estas leituras repetiram, em uma escala local, aquelas realizadas para o todo da Ilha de Santa Catarina, envolvendo três análises principais:

- As características do sítio físico e dos ecossistemas naturais;
- O processo histórico de ocupação do território
- As transformações sócio-espaciais em andamento, bem como a configuração espacial resultante.

As leituras dos trabalhos dos autores Almir Francisco Reis (Reis, 2003), Ayrton Portilho Bueno (Bueno, Oliveira, Dischinger, 1988), Lizete Assen de Oliveira (Bueno, Oliveira, Dischinger 1988 e Oliveira, 1999), Marta Dischinger (Bueno, Oliveira, Dischinger,

1988) e Neli Pereira (Pereira, 2004), que trataram de temas específicos de localidades da ilha, auxiliaram no processo de análise e conclusões sobre os núcleos escolhidos.

No desenvolvimento do trabalho foram imprescindíveis os levantamentos cartográficos das áreas em estudo, fotografias e desenhos. Também foram realizadas visitas a campo para observação dos ambientes naturais e dos espaços urbanos locais, de modo a poder analisá-los a luz dos conceitos trabalhados.

ESTRUTURA DO TRABALHO

O presente trabalho estrutura-se em 3 capítulos principais, complementados com a Introdução e as Considerações Finais.

Primeiramente, na Introdução, é apresentado o tema, com a sua relevância e delimitação, assim como os objetivos, a metodologia utilizada na pesquisa e a estruturação do trabalho.

O Capítulo 1 - *Referencial teórico conceitual* - apresenta a fundamentação teórica do trabalho, explicitando os conceitos que permitiram as análises realizadas. Aborda os conceitos de identidade e permanência, lugar, a relação entre configuração urbana e identidade espacial e finalmente, tece considerações acerca do processo de crescimento urbano-turístico.

O Capítulo 2 - *Ilha de Santa Catarina: sítio físico, crescimento e transformações urbano-turísticas* - apresenta um panorama da Ilha de Santa Catarina, tanto nos seus aspectos de ambiente natural como também seus aspectos sociais, culturais e urbanos, através do histórico do processo de ocupação e das transformações contemporâneas que vêm acontecendo.

O Capítulo 3 – *Localidades insulares da Ilha de Santa Catarina: Configuração e identidade sócio-espacial* – apresenta o principal conteúdo empírico do trabalho. Neste capítulo, as localidades de Ingleses, Barra da Lagoa e Pântano do Sul foram estudadas em diversas escalas. O estudo foi desenvolvido com o intuito de apontar os elementos de identidade nestas localidades pesqueiras. Estas escalas permitiram compreender a inserção dessas localidades na estrutura urbana da cidade como um todo e em seu entorno local. Foram abordados os seguintes aspectos: inserção no meio físico, processo histórico, desenvolvimento urbano-turístico e configuração atual das localidades.

Finalizando o trabalho, desenvolveram-se as considerações finais, onde se discorre sobre os elementos de identidade espacial reconhecidos no estudo realizado e sobre como estes podem ser considerados num processo de planejamento que objetive a preservação ambiental e qualificação do processo de crescimento urbano em curso.

CAPÍTULO 1 - REFERENCIAL TEÓRICO-CONCEITUAL

1.1 Identidade e permanência espacial

Com as fortes transformações ocorridas no território da Ilha de Santa Catarina, em função do desenvolvimento do turismo, as localidades insulares modificaram sua estrutura física e social. Este capítulo objetivou elaborar um referencial teórico-conceitual que explicitasse as relações entre configuração urbana e identidade espacial das localidades estudadas, tendo em mente o objetivo principal do trabalho: detectar elementos de permanência espacial que possibilitem a manutenção das características locais ainda existentes.

Mora (1951) no seu Dicionário de Filosofia coloca que segundo Aristóteles “o idêntico é o *mesmo*; a identidade é definida como *uma unidade do ser, unidade de uma multiplicidade de seres ou unidade de um só ser tratado como múltiplo*”. Coloca também que o princípio da causalidade é o mesmo que da identidade aplicado à existência dos objetos no tempo e, é o caso mais característico desta identificação a que tende tanto a ciência como o pensamento comum.

Abbagnano (1998, p. 758) não define identidade, mas entra com o conceito de permanência, definindo-o segundo Kant, “(...) *expressa, em geral, o tempo como correlato constante da presença da aparência da mudança e dá concomitância*”. Em outros termos “*é o tempo enquanto duração*”.

Gutierrez (1989, p. 30) analisa a idéia de identidade, como ser “o mesmo” e a referência à persistência apesar da mudança das variáveis que transformam os espaços e a sociedade como um todo. Este conceito evidencia que a história se reflete nos feitos culturais e sociais que integram a força viva das comunidades. Assim a identidade do homem, com a sua paisagem natural e cultural, é o caminho para detectar seus modos de vida e escalas de valor, de forma a obter uma resposta adequada às suas necessidades e requisitos a partir das possibilidades concretas.

Este autor coloca o conceito num enfoque antropológico, sendo a identidade definida por aquilo que diz respeito a todos e pertence a todos, o que implica essa relação de “ser o mesmo” e de manter o reconhecimento através do tempo, apesar das alterações de variáveis. Destaca que o que mais qualifica a identidade é o sentido de inclusão no todo. Pertencer, ser parte de algo em comum é uma característica essencial da identidade. Não se poderia concebê-la sem esse sentido integrador, vinculada à idéia de prolongar nossas formas culturais até chegar a um conjunto de elementos que nos conferem identidade, justamente por fazer parte de nós mesmos. Este “fazer parte não é passivo”, ao contrário, é

o único caminho de construção da história que recupera o passado como atualidade do presente e condicionante do futuro.

A noção de pertencer diz respeito a todos, e implica atender a uma realidade plural. Gutierrez (1989, pg. 3) afirma que o pluralismo aqui é entendido como respeito a um conjunto de modos de vida, sistemas de crença, tipos de manifestações culturais e que apesar de suas diferenças, tem pontos de convergência em certos aspectos que lhes conferem identidade.

Assim a identidade é um elemento essencial de uma sociedade, pois, tem a ver com todos e com cada um de seus membros, não permitindo critérios autoritários e totalitários que podem menosprezar os princípios já de pertinência, participação e pluralismo.

Aponta que os centros históricos latino-americanos "(...) são verdadeiras lições de arquitetura através do tempo, mas que vêm se degradando com a política agressiva de especulação urbana, a falta de consciência cívica e a ausência de uma ação municipal coerente. A construção da cidade por meio da especulação imobiliária muda as próprias referências de identidade".

Como vemos modificações estruturais acontecem tanto na América Latina como um todo tanto quanto especificamente na Ilha de Santa Catarina. Daí a necessidade urgente de caracterizar claramente os elementos que definem elementos identitários dos centros urbanos existentes. Quando se coloca "centros urbanos", não necessariamente estamos nos referindo a grandes centros, mas também a localidades que tem em si uma centralidade, em função do papel que desempenham no meio onde estão implantadas, como é o caso das localidades praianas da Ilha de Santa Catarina, locais escolhidos para este estudo.

Gutierrez declara veementemente a sua surpresa com a coerência da arquitetura popular em nossos povoados históricos, o equilíbrio entre o assentamento e a paisagem natural, a relação entre a vida sócio-cultural, a produção e o uso controlado dos recursos básicos. Esta coerência também pode ser apreciada neste estudo, nas três localidades aqui estudadas. Percebe-se este respeito ao sítio físico em contraponto ao que se verifica hoje com as novas ocupações, onde não há preocupação pelo local de implantação do empreendimento em detrimento do aspecto ambiental, já que o elemento fundamental é o lucro imobiliário.

Coloca também que "a arquitetura é um testemunho excepcional na formação da memória histórica dos povos dentro do conjunto dos bens culturais produzidos pelas comunidades, sendo elemento de formação da identidade. A obra arquitetônica é testemunho histórico sedimentado e acumulado dos modos de vida do homem, não só dos que a conceberam na origem, mas também dos que ali viveram através dos tempos e lhe

conferiram novos usos e significados simbólicos. A obra une as qualidades atuais com o valor acumulado de uma continuidade histórica e cultural que só se perde com a destruição física do bem”, Gutierrez (1989, p. 32).

O autor afirma que a cidade pode ser definida como uma complexa estrutura de símbolos com os quais os habitantes reconhecem seu passado e se identificam hoje, relacionando suas vidas com a origem da cidade. Mas ao contrário disto vemos uma crescente dificuldade do morador em reconhecer e reconhecer-se no ambiente da cidade em que mora. Nestes casos é muito importante a reconstrução da identidade que parece ser um dos desafios cruciais que afeta os latino-americanos, pois não somente se destroem as paisagens existentes, mas também se importam modelos formais e tecnológicos alheios e fora de contexto. A vigência atual de exemplos arquitetônicos do passado, que manifestam atualidade, suas possibilidades de assumir novas funções e a permanência de muitos deles como marcos de interesse urbano, enriquecem a vida da comunidade e põem em prática seus mecanismos de identificação.

Gutierrez (1989, p. 39) destaca ainda que “(...) o sentimento de que tudo é provisório, que acompanha esse modo de produção do espaço, é um fator incontestável de desenraizamento. Ele implica um sentimento de que a própria cultura é provisória e conspira contra a afirmação de uma personalidade vicinal, urbana, regional e em última instância, nacional”. Vemos hoje essa afirmação presente em nossas cidades e também nas localidades escolhidas, porque a proposta conjuntural existente privilegia o lucro e entrega a cidade à especulação imobiliária desenfreada. Afirma que a cidade construída pela “especulação imobiliária constitui o apogeu da desintegração das identidades, na medida em que nega a urbe como um bem comum e despreza os valores sociais e culturais que constituem essa identidade”. A modernidade é necessária e o compromisso com nossa própria cultura não implicam em renunciá-la, mas, significa compreender que existe uma modernidade própria, que nasce da realidade existente. É uma modernidade responsável e histórica, na medida em que responde a demandas ambientais e sociais concretas.

As localidades do estudo representam pequenos centros urbanos, portanto é necessário entender o conceito de espaço urbano ali contido. Segundo Vaz (1991), o espaço urbano é o aspecto estrutural da cidade. Além de ser o suporte das atividades sociais, como conceito sociológico, é um meio que poderá oferecer possibilidades e restrições a estas práticas. Sua natureza social determina que o espaço da cidade seja histórico, no sentido das ocorrências em marcos temporais, geográficos e culturais. Em outras palavras, esse espaço é sempre concreto, possuindo qualidades físicas em convivência com seus atributos sociais. Não é um fenômeno estático, pois se encontra em constante transformação devido a sua natureza social.

O mesmo autor afirma que qualquer espaço é prenhe de fluxos sociais, políticos e econômicos e que possuem identidade própria. O exame das configurações espaciais destes diferentes fenômenos permitirá o conhecimento da complexidade daquele espaço. Sendo assim, a noção de espaço é diferente para cada ator social. Dependendo dos interesses e do raio de ação dos atores sociais a referência pode ser o bairro, a cidade ou ainda o espaço nacional ou internacional.

Mas tanto os moradores de um determinado local quanto os governantes e ainda os investidores sabem que estas relações não têm sua origem nem conclusão nos limites de uma só esfera de convivência, sendo importante administrar os diferentes interesses que podem ser convergentes e divergentes e que acontecem num dado espaço do território, que no mais das vezes, não coincide com os limites legais e administrativos estabelecidos.

Para Rossi (2001, p. 57) a cidade é depositária de história, "(...) a forma da cidade é sempre uma forma de um tempo da cidade". É o que a faz ir mudando de rosto, ainda que certos elementos primários perdurem e sejam decisivos para sua formação e evolução. E isto não é do ponto de vista físico, mas principalmente pela idéia que temos dela como síntese de uma série de valores.

A permanência de espaços urbanos antigos e de monumentos não obriga a inalterabilidade dos usos, dos significados ou dos comportamentos e atitudes que gera. É aqui que se coloca a validade ou não da valorização dos monumentos, de nossos espaços construídos ou formas urbanas. A diferença entre passado e futuro, do ponto de vista da ciência urbana, consiste no fato de que o passado é em parte, experimentado agora e este pode ser o significado das permanências urbanas: elas são um passado que pode ser experimentado na atualidade.

1.2 Paisagem

A paisagem tão rica do sítio físico da Ilha de Santa Catarina é o elemento principal de sua atratividade e do desenvolvimento da atividade urbano-turística.

A paisagem urbana se configura primeiramente na forma determinada pelo seu sítio físico, com uma configuração territorial mais ou menos rica em elementos naturais, dependendo dos recursos naturais. Podemos ver esta diferenciação entre cidades onde as suas imagens estão referidas aos seus atributos naturais como é o caso de Florianópolis ou do Rio de Janeiro, sendo que outras cidades como Curitiba, São Paulo estão referidas aos seus aspectos construídos.

Castro (2003) coloca que os componentes da paisagem são: o espaço físico natural, os fenômenos naturais locais, os movimentos e as relações humanas que estão sujeitos a percepção de cada indivíduo. A apreensão da paisagem é sempre um processo

seletivo de informações que pode variar com a disponibilidade perceptiva de cada indivíduo e sujeita a sua história pessoal.

Lynch (1997), que aborda a construção da imagem da cidade, na qual a paisagem é elemento fundamental, coloca "(...) as imagens ambientais são o resultado de um processo bilateral entre o observador e o ambiente observado com grande capacidade de adaptação e sob a luz dos seus objetivos, seleciona, organiza e confere significado ao que vê" assim nos mostra as particularidades e as diferentes formas de apreensão dos espaços.

Um mesmo espaço pode comportar muitas paisagens ao longo do tempo, do ano, do dia ou de muitos anos. A paisagem noturna é diferente da diurna, e diferentes pessoas freqüentam um espaço ou realizam atividades em diferentes horários e dias contribuindo para a variação da paisagem. Também as estações do ano com suas variedades climáticas mudam a luminosidade, as fases da vegetação determinando fluxos e usos, transformando a paisagem. Mas, ao longo do tempo, a paisagem urbana se modifica fisicamente de forma intensa.

A paisagem pode ser percebida de várias escalas. Dependendo do ponto de vista e do objetivo do observador, a visão pode ser mais ou menos abrangente o que traria informações de várias naturezas e escalas. A visão de uma paisagem do ponto de vista panorâmico permite observar o conjunto com seu entorno e relações específicas e como este se apresenta com seu traçado urbano, arquitetura, vegetação, rios, etc. Localizando o observador agora dentro do local antes apreendido, a forma de entender as informações é completamente diferente, porque estamos vivenciando aquela paisagem com maior proximidade.

Santos (2006) toma como base as reflexões desenvolvidas em sua experiência na elaboração do Plano Diretor de São José dos Campos/SP onde identificou a recorrente dificuldade por parte dos governantes em compreender os aspectos da paisagem e as possibilidades que se abrem na incorporação desta no planejamento dos espaços.

O uso dos recursos naturais que estão disponíveis num determinado tempo, e numa determinada quantidade, a forma como são apropriados e a configuração resultante são decorrências de uma abstração que a ideologia escolheu como apropriada num determinado momento. Chauí (1980) coloca também esta relação de como a classe dominante representa a mesma, e sua relação com a natureza e com os demais homens. Justifica-se assim a adoção de padrões de uso e ocupação dos espaços, discutíveis quanto à apropriação dos recursos, quanto aos desenhos resultantes, quanto à acessibilidade e principalmente quanto à paisagem. Assim os problemas de distribuição espacial e da apropriação dos recursos no meio urbano são manifestamente de configuração, problemas de paisagem. Dessa forma a paisagem deixa de ser uma abstração a serviço da ideologia e

passa a fazer parte da categoria cuja análise pode auxiliar no estudo e na compreensão do espaço.

A paisagem é construída segundo os princípios sócio-culturais e técnicos, aos quais podem ser atribuídos valores. Estes valores dizem respeito às coisas para as quais se atribui importância, as quais são imprescindíveis e necessárias, aquilo que representa “o lugar”.

1.3 Lugar

Aldo Rossi (2001, p. 147) destaca a importância da localização dos lugares urbanos, pois sua posição geográfica pode qualificá-los e convertê-los num fato único, carregado de significados coletivos (históricos, culturais, espaciais e psicológicos). Um critério importante na distinção e reconhecimento de um lugar urbano é seu caráter de unidade. Os sítios urbanos com significado têm uma carga que os estende além dos seus limites, gerando uma territorialidade própria.

O conceito de lugar foi definido por ele como: “(...) resultante de uma relação universal e especial entre certa situação local e as construções ali sediadas” (Rossi, 2001). O conceito proposto remonta aos antigos, gregos e romanos, onde era essencial o local onde seria implantada uma cidade, que teria a tutoria de divindades protetoras, o *Genius Loci*. Os clássicos retomam a noção de *locus*, despojam da dimensão mitológica e a investem de forma profana, topográfica e funcionalmente: o lugar seria o elemento prévio, responsável pelo fundamento. O que explica a individualidade de uma cidade, de uma construção ou de um monumento é, para Rossi, alguma coisa relacionada ao vínculo local, fato determinado pelo tempo e pelo espaço, pela sua dimensão topográfica, pela sua memória.

Um critério importante na distinção e reconhecimento de um lugar urbano é seu caráter de unidade, que lhe é próprio como é a característica específica de uma pessoa ou de uma obra de arte. Os sítios urbanos com significado têm uma carga de dinamismo que os faz estender-se além dos seus limites gerando uma territorialidade que lhe pareceria própria. Assim é a igreja numa vila, que domina a paisagem urbana, a municipalidade ou um local de baile, que geram uma área demarcada previsível.

Nos lugares urbanos há ritos de entrada e saída, fronteiras que qualificam o espaço, que nos oferecem a sensação de estar “dentro” ou “fora” e, que, nos modificam cada vez que entramos e saímos deles. Para determinar o caráter e o valor de um espaço urbano, poderia se perguntar o que seria essa cidade sem esse lugar.

Roca (1984) coloca que dificilmente será qualificado de urbano um espaço ou objeto que não esteja prenhe de vivências. A eleição dos lugares que se referem à imagem

existencial da paisagem urbana tem um significado que é uma maneira de existir autônoma, própria de lugares urbanos. Uma palavra os designa: a rua, a praça, o bar, a estação, o mercado, etc.

Passar numa cidade não é mais do que descobrir seus lugares essenciais, que estruturam seu ser real e imaginário. Todas têm eixos especiais como afirma Lynch, que “facilitam” seu entendimento. Os percursos podem ser bulevares, avenidas ou ruas muito transitadas, carregadas de história. Como tudo o que o homem tem construído, a cidade é um texto decodificável. A cidade coexiste com ela mesma: bairros, edifícios, formas e estilos diversos, evidenciam um espírito próprio que aparece de sua unidade.

O certo é que os séculos têm se sucedido sobre o tecido urbano, destruindo e voltando a construir em incessantes seqüências que apagam suas iniciais, mas que podem ser vividas por uma procura paciente ou inspiração coletiva. Arantes (1993) aborda a questão da justaposição de mundos no contexto urbano. A autora coloca a noção de fronteiras simbólicas, para a pesquisa na cidade. Essa noção, ao mesmo tempo, separa e une percepções de mundo contraditórias, que compõem a vida social na cidade:

Os elementos de uma cidade podem-se expressar através da composição:

A rua – Dá limite e identidade ao tecido urbano, contribuindo com o seu traçado não somente para resolver problemas de transporte, mas também para estruturar a imagem existencial da cidade. A rua é uma unidade sólida e expressiva das forças urbanas, com um espectro amplíssimo de possíveis apropriações e manifestações físicas de linguagem, gestos, cultura, etc.

O quarteirão – tecido – Os quarteirões são os sólidos do tecido urbano, as figuras que valorizam e definem esse fundo de trajetos, estares, ruas e lugares de expressão nas praças.

A praça – Tem o caráter de *mundis* e o céu é sua proteção. Na praça os limites são outros, os próprios do tecido urbano, reunindo esquinas, fronteiras e limites, condensando num espaço-lugar a essência urbana.

O bairro – É a categoria analítica que se relaciona com a noção de identidade. A identificação de um espaço como *bairro* pode se dar através dos ritmos de uma prática social cotidiana.

Os conceitos aqui colocados pretendem fundamentar as análises realizadas no Capítulo 3 sobre as amostras escolhidas das localidades pesqueiras de forma a qualificar estes espaços urbanos. Procuraram-se as características de unidade, territorialidade (ritos de entrada e saída – fronteiras), o seu dinamismo e finalmente a imagem de suas paisagens urbanas.

Entender como são usados, com qual intensidade, com qual finalidade, quais são as configurações que resultam destas peculiaridades de uso e ocupação, e qual relação com a natureza e com o sítio físico constituíram fundamentos essenciais da pesquisa realizada.

CAPÍTULO 2 – A ILHA DE SANTA CATARINA: SÍTIO FÍSICO, CRESCIMENTO E TRANSFORMAÇÕES URBANO-TURÍSTICAS.

A Ilha da Santa Catarina, com 48,90 km², localiza-se na Região Sul do Brasil, no Estado de Santa Catarina, no ponto mais oriental do estado, onde se encontra a capital, Florianópolis (Figura 2). Para o entendimento do processo de transformações por que tem passado, apresentam-se, a seguir, as características físicas do sítio, a sua evolução histórica e as transformações urbano-turísticas em andamento. A compreensão do sítio físico e dos ecossistemas naturais objetivou entender os limites e possibilidades que estabeleceram à progressiva ocupação do território ilhéu. O entendimento do processo de ocupação permitiu entender a situação atual da urbanização, como resultado de um processo histórico. A análise de ambos promoveu a identificação de permanências, de forma a poder especular possibilidades de futuro da Ilha.

2.1 - O ambiente natural

2.1.1 - Clima

O clima regional é expresso em dados meteorológicos médios, que no caso da Ilha de Santa Catarina, se apresenta como bastante úmido graças, em parte, às chuvas distribuídas ao longo dos meses, com relativa regularidade, sendo mais concentradas de dezembro a março com precipitações médias anuais de 1406 mm.

A umidade relativa do ar, com ajuda da brisa oceânica contribui para enquadrar o clima como mesotérmico úmido. Esta umidade as vezes é muito prejudicial no sentido de permitir a aparição de fungos que promovem a aparição do mofo dentro dos edifícios promovendo alergias. O valor da umidade relativa do ar fica constantemente em torno de 75% a 85%, índice bastante alto ficando apenas um pouco menos que Manaus e São Luiz, e um pouco mais de que São Paulo.



BRASIL



SANTA CATARINA



ILHA DE SANTA CATARINA

Figura 2 - Mapas de Localização da Ilha de Santa Catarina. Fonte: Google Nov/08

Os ventos que desempenham um importante papel no clima local são bastante determinados. O mais freqüente é o proveniente do quadrante nordeste e o de maior intensidade, do quadrante sul, que leva a mudanças de temperatura com súbitas descidas de valores. Quando são fortes, vêm acompanhados por chuvas frontais, trazendo a “lestada”, muito temida por velejadores e pescadores artesanais, porque ela é quase sempre súbita surpreendendo a todos.

Lago (1996) coloca que os moradores nativos não olham o céu somente para ver as estrelas, mas para pressentirem a vinda do vento nordeste, geralmente bastante úmido, ou a chegada da massa polar que acompanha o vento sul.

A distribuição regular de chuvas é essencial para o suprimento dos mananciais, que são utilizados para fornecer água potável à cidade. Mas as chuvas torrenciais também fazem muitos estragos denunciando insuficiências no que tange à drenagem urbana.

Do ponto de vista da temperatura, a cidade encontra-se no subtropical, tendo um verão nem tanto abrasador e um inverno nem tão frio. No verão, alta estação, a temperatura média anual de 20°C, podendo chegar em fevereiro (mês mais quente) até 28°C. Estes valores médios podem, em alguns momentos, subir até acima de 30°C.

Os valores mínimos em média anual nos meses mais frios, junho a agosto se apresentam com o valor de 16,4°C podendo chegar a menos do que 12°C. Entre os valores médios, extremos surgem, quase chegando a ponto de congelamento em alguma madrugada invernal.

A amplitude térmica está presente ao longo dos meses, mas também, é sentida da distribuição diária da temperatura. Lago (1996) concorda com a afirmação de A. Seixas Neto, de que “Florianópolis tem suas estações: verão e vento sul”. Segundo o mesmo autor a nebulosidade lhe rouba muitos dias de sol, em torno de 2300 horas/ano, pouco a mais que a vizinha Porto Alegre com 2260 h/a e bem menos que Fortaleza com 2600 h/a. Portanto dizer que Florianópolis “é terra de sol e mar” é uma verdade pelo menos dentro das médias aqui colocadas.

2.1.2 - Geomorfologia

Scheibe (2002) coloca que a atual Ilha de Santa Catarina resultou da interligação de um grande número de morros que correspondem a topos de blocos mais elevados. Antes da sedimentação acontecida, em épocas de nível mais elevado do mar, sua configuração não era de uma ilha, mas de muitas ilhas, característica que vem sendo salientada em vários trabalhos acadêmicos.

Os maciços formam duas grandes dorsais, uma no centro-norte, mais larga, com altitude máxima de 493m no Morro da Costa da Lagoa; a outra no Sul separado pela

planície onde se situa o aeroporto, atingindo 519m no Morro do Ribeirão da Ilha, o mais alto da Ilha. Destes maciços alguns são afloramentos de diabásio, que se apresentam em diques como é o caso da Ilha do Campeche. Os diabásios promovem o aparecimento de areias negras visíveis em diversas praias da Ilha, como no caso da Praia do Pântano do Sul.

Os costões, como o belo exemplo dos afloramentos da Joaquina, ou da ponta da Armação, ocorrem normalmente em locais sujeitos a maior intensidade do ataque do mar. Podem ser extensos e contínuos, como no extremo sul da Ilha, entre as praias de Naufragados e de Pântano do Sul, ou constituir partes de antigas pequenas ilhas separadas por praias como a Ponta das Aranhas e dos Ingleses, no extremo norte desta.

Segundo Lago (1996) considera-se planícies costeiras, ou baixadas litorâneas, às superfícies mais ou menos planas de sedimentos marinhos. Estas se apresentam através de feixes de arcos de praia, dunas, lagoas e depressões úmidas.

Os terraços costeiros encostam-se às baixas vertentes dos maciços costeiros, como da Planície Entre Mares, entre a Praia do Morro das Pedras e a Baía Sul, possibilitando a formação da planície do Rio Tavares, com seus terraços baixos e manguezais. Acompanham a linha dos morros dos Ingleses até a Barra da Lagoa, e mais ao sul, no Canto da Lagoa até a Lagoa do Peri – Praia da Armação passando pelo Campeche.

As planícies litorâneas são ricas quanto aos seus componentes biológicos representados pela flora de estratos arbóreos, sub-arbóreos e arbustivos, pela fauna de grande diversidade de espécies animais como mamíferos, aves, anfíbios, répteis e insetos incluindo microorganismos.

As dunas e restingas podem ser enquadradas como integrantes das planícies costeiras. Se apresentam em dois principais campos de dunas que são o da Lagoa da Conceição - Joaquina e a dos Ingleses - Rio Vermelho. Estes se desenvolvem na direção Sul-Norte, condicionadas pelos maciços e pelas direções dos ventos, que se alternam de Nordeste, mais frequentes, e, de Sul, mais intensos, o que resulta em dunas parabólicas formadas com a cúspide para o Norte.

A ilha apresenta uma extensa rede hidrográfica cujas bacias principais são: Ratones (a maior), Saco Grande, Lagoa da Conceição (água salobra), Itacorubi, Rio Tavares e Lagoa do Peri (água doce). Existem também três lagoas de pequeno porte: Lagoinha do Leste, Pequena, do Jacaré e da Chica, esta última praticamente desaparecida em função da ocupação antrópica.

2.1.3 - Ecossistemas

Para ser estudada, a vegetação da Ilha pode ser dividida em vegetação litorânea e Floresta Ombrófila Densa. A vegetação litorânea abrange as restingas (formações litorâneas

paralelas à linha da costa e resultantes da deposição de sedimentos marinhos), as dunas e os manguezais (terrenos atingidos pelas águas salgadas do oceano). A Floresta Ombrófila Densa (Mata Atlântica) pode ser dividida em Floresta da Planície Quaternária (região plana entre a restinga e os morros com vegetação de altura de até 15m), e Florestas das encostas dos morros (com alturas de até 30m).

As florestas encontram-se principalmente nas encostas dos morros nos locais mais inacessíveis, principalmente nas regiões da Lagoa do Peri, Ribeirão da Ilha e Maciço da Costeira, no sul da ilha, no Monte Verde na parte central da ilha, Costa da Lagoa e na localidade de Ratonos no norte, todas em locais hoje delimitados como APP e protegidos por lei.

Hoje em dia, mesmo os locais remanescentes, que não foram totalmente desmatados, sofreram extração seletiva através da retirada de árvores de maior valor econômico, e ainda para extração de lenha. Assim a Ilha não apresenta uma mata primária totalmente original praticamente em nenhum lugar. Segundo o Atlas do Município de Florianópolis (2004) o desmatamento iniciou com o estabelecimento da colonização açoriana. O uso da madeira para lenha, construção naval e civil, móveis e exportação foi culpado de parte deste desmatamento. Mas foi a agricultura que causou o maior impacto sobre a vegetação. A declividade acentuada, baixa fertilidade dos solos e falta de técnicas apropriadas ao cultivo acentuou a erosão e obrigou aos agricultores a abandonar as terras já trabalhadas e ir à procura de novos e melhores locais. O declínio da agricultura permitiu uma regeneração espontânea da vegetação. Hoje, o maior responsável pela degradação da cobertura vegetal é a ocupação irregular do solo com a construção civil ligada à especulação imobiliária. Apesar de este processo estar em andamento, verifica-se em várias áreas da ilha a recuperação da cobertura vegetal nativa, nas encostas de morros e também em algumas áreas de planície, com o abandono de práticas tradicionais de cultivo de subsistência. Também a demarcação e decreto oficial de várias áreas como áreas de APP, contribuiu para esta crescente recuperação.

As Florestas das Planícies Quaternárias caracterizam-se por ser o elo entre a restinga e a Floresta Ombrófila Densa. Esta floresta hoje é praticamente inexistente já que suas áreas foram desmatadas para uso com agricultura e pastagens. Os remanescentes existentes encontram-se no Pântano do Sul e capões isolados nas áreas de Jurerê e Daniela.

A vegetação de restinga se caracteriza por espécies vegetais adaptadas às condições adversas: solo arenoso, salinizado e pobre em substâncias nutritivas. Ela ocorre na linha da praia, mais próxima ao mar, onde as condições de solo e clima são ainda mais adversas, sendo formada por herbáceas e gramíneas. Em ambientes mais interiorizados, as

condições do solo melhoram e a ação dos ventos e do mar é menor, possibilitando o surgimento de associações mais complexas e de outras espécies de maior porte.

Esta vegetação tem um importante papel na fixação do solo das planícies costeiras. Na Ilha de Santa Catarina, as restingas estão situadas nas áreas sedimentares. Esta formação vegetal tem sido pouco valorizada socialmente, tanto em termos ambientais quanto paisagísticos promovendo a sua generalizada destruição nas áreas costeiras transformadas pelo desenvolvimento urbano - turístico.

A vegetação de restinga constituía originariamente cerca de 7% da cobertura vegetal da ilha (CECCA, 1997). A ocorrência das restingas na ilha se dá nas praias de: Daniela, Jurerê, Canasvieiras, Ponta das Canas, Santinho, Rio Vermelho, Praia Mole, Campeche, Joaquina, Rio Tavares, Morro das Pedras, Armação, Naufragados, Pântano do Sul e Lagoinha do Leste.

Ao longo dos caminhos e sobre as planícies, as áreas de restinga eram utilizadas para agricultura. Esta prática foi responsável pela devastação acontecida até as décadas de 40 e 50, devido à necessidade de novas terras cultiváveis.

Os manguezais constituem-se em planícies de maré que se ligam aos pequenos estuários que caracterizam a foz dos rios, que desembocam nas baías Norte e Sul. São sistemas litorâneos e dinâmicos de grande importância ecológica. Possuem densa e característica vegetação e sua importância ecológica tem sido ressaltada em vários trabalhos de pesquisa. Eles ocorrem em terrenos baixos e relativamente abrigados formados por várzeas, banhadas por águas de salinidade variável. Os mangues existentes na ilha são o do Rio Ratonas, do Saco Grande, do Itacorubi, do Rio Tavares, e da Tapera.

Os manguezais têm grande importância no conjunto dos ecossistemas costeiros específicos da Ilha porque aportam nutrientes ao mar e constituem para muitas espécies marinhas, áreas de alimentação, reprodução e abrigo. Suas características paisagísticas nunca foram consideradas, já que em função de sua conformação pantanosa, apresentam dificuldades de acessibilidade, sendo assim pouco propícios para a utilização humana.

Este conceito, porém, está se modificando visto que a sua distribuição e localização na cidade os torna visíveis e presentes em muitos percursos cotidianos. Isto promoveu o surgimento de diversos movimentos no sentido de levar a população a entender e valorizar seu significado ambiental para a cidade. É o caso, por exemplo, do manguezal do Itacorubi, que hoje dispõe de deques para observação de sua fauna e flora em vários pontos da orla tanto sobre a Avenida Beira Mar como sobre a Avenida da Saudade.

Para a preservação dos manguezais foram criados vários dispositivos legais de preservação a nível federal, estadual e também municipal, mas a sua degradação continua ligada ao processo de urbanização desordenado.

2.2 - Histórico do processo de urbanização

O sítio físico da Ilha de Santa Catarina promoveu a organização da ocupação urbana de forma dispersa, que se processou de forma paulatina, à medida das necessidades da coroa portuguesa de ocupação e domínio do território, assim como das novas necessidades advindas do desenvolvimento econômico da cidade.

A Vila de Nossa Senhora do Desterro foi a primeira localidade urbana fundada na Ilha de Santa Catarina. As sedes das freguesias foram fundadas posteriormente e, finalmente, as localidades de menor porte, agrícolas ou pesqueiras, que foram surgindo sem planejamento, configuradas sob a forma de núcleos ou dispersas pelas estradas insulares. Essa situação promoveu uma relação entre o centro da cidade e a orla marítima como elementos atrativos para criação de urbanidade.

No processo de ocupação da Ilha através do crescimento dos núcleos, as configurações urbanas apresentam processos singulares. Variam entre a forma da praça litorânea e da malha viária regular, características dos desenhos da vila do Desterro e das sedes das freguesias, à espontaneidade dos núcleos agrícolas e pesqueiros de menor porte, de traçado orgânico, desenvolvido ao longo do tempo. Estas áreas, com vida urbana incipiente, eram acompanhadas nos caminhos por propriedades comunais, terras de uso público e comunitário.

O crescimento e desenvolvimento dos balneários, na Ilha de Santa Catarina, aconteceram com um pouco de atraso em relação aos processos acontecidos em outras regiões do país, transformando e ocupando de forma sazonal as terras semi-rurais e suburbanas.

Conforme CECCA (1997) podem ser definidos para o entendimento da dinâmica do desenvolvimento da cidade, três grandes períodos históricos:

- O “modo de vida ilhéu”, que se inicia no século XVI e vai até 1926;
- O desenvolvimentista, entre 1926 e 1981;
- A Ilha da Magia, que vai desde 1981 até nossos dias.

O primeiro período se desenvolve quando os europeus chegados tratam de incorporar a cultura dos nativos carijós, até a instalação da Capital da Província em 1738. Após este período, surge o período militar, que se instaura com a construção do complexo de fortalezas com o intuito de defesa do território. E finalmente o período portuário que vai até inícios do século XX.

O segundo período inicia com a construção da Ponte Hercílio Luz (Figura 3), em 1926, onde se inicia também o período de expansão administrativo do governo estadual até

meados da década de 60. Neste período se fazem grandes investimentos em infra-estrutura local e regional como: asfaltamento da BR 101, construção da malha rodoviária no interior da ilha, construção da segunda ponte (Colombo Salles). Com estes implementos se desenvolve, também, a construção civil e o setor terciário adquire poder para se expandir.



Figura 3 - Ponte Hercílio Luz, marco do início da expansão da cidade.
Fonte – CD Room do Relatório da Construção, 2002.

O terceiro período, tem como marco, a construção do empreendimento de Jurerê Internacional, iniciando um período do desenvolvimento do turismo que se prolonga até hoje. A indústria do turismo em Florianópolis não é um fenômeno acidental: as elites vislumbravam projetos já no início do século XX, mesmo antes da construção da ponte, quando pensaram em transformar a ilha num centro internacional de turismo. Mas estes projetos somente foram implementados no período da década de 70, quando da geração de uma política pública de implementação do turismo como projeto econômico para o município.

Em todos estes períodos, situações de desequilíbrios foram criadas, tanto para a sociedade local como para o seu ambiente natural. Primeiramente a eliminação dos povos nativos e o desmatamento; na segunda fase, a negação das culturas locais e a modernização; na terceira fase, a ocupação maciça do território sem um ordenamento espacial coerente, e a orientação de capitais externos sobre os rumos da economia local, com segregação sócio-espacial.

Hoje, na primeira década do século XXI, novas transformações urbano-turísticas estão em andamento. Neste período verificamos a existência de uma dicotomia entre o poder público, atendendo às exigências de capitais externos e a população que, em função

da convivência com outras culturas vindas com os novos moradores, exigem novas posturas frente ao “desenvolvimento” em andamento.

2.2.1 – Urbanização da Ilha

Na medida em que esta pesquisa estuda fundamentalmente a organização espacial decorrente do processo histórico de ocupação do território da Ilha de Santa Catarina, apresentamos na seqüência seus elementos estruturadores principais: as estruturas da Vila do Desterro, núcleo inicial e atual centro da cidade de Florianópolis, o processo de interligação da Ilha, através da criação de freguesias, núcleos rurais e ocupações lineares dispersas por todo o território. Cabe salientar que estes elementos já estavam estruturados no período da colonização açoriana, momento em que a Ilha é efetivamente ocupada.

2.2.2 - A Vila do Desterro, atual centro de Florianópolis

A Vila do Desterro está localizada estrategicamente na Ilha, em posição centralizada e equidistante das diferentes localidades, junto ao ponto onde de mais fácil acesso para a travessia para o continente. Reis (2002) descreve que a Vila reunia cotidianamente em seus espaços públicos toda a vida social e econômica promovendo uma animação própria de centro de intercâmbios. A estrutura, político-administrativo-religiosa ali sediada, comercial, atacadista e varejista, somada ao seu movimentado porto, atraía moradores de toda a Ilha e do continente próximo. Pode-se imaginar a movimentação promovida pela chegada no mercado público dos produtos provenientes dos mais diversos pontos da Ilha e do continente próximo. Essa animação percorria as suas ruas e praças, num mercado aberto ao ar livre, possibilitando a sociabilidade e a possibilidade de interfaces sociais diversas.

Cumpriu um papel de pólo aglutinador não só da Ilha e do Continente próximo, mas também da capital político-administrativa da Província e posterior estado de Santa Catarina. Outra função de grande importância da vila foi ser porto e entreposto comercial do estado, pelo menos até o início do século XX.

Segundo Veiga (1993), o modelo de locação da cidade de Nossa Senhora do Desterro, responde à preocupação com a defesa, ou seja, a forma de implantação das cidades litorâneas portuguesas, em platôs próximos ao mar, tendo a retaguarda protegida por uma encosta. A possibilidade de um bom lugar para o porto também foi ponto essencial e decisivo para a escolha da locação do núcleo original da cidade.

A importância da Praça XV na definição do traçado da vila do Desterro é fato destacado pelos estudos que tratam do tema. Autores como Peluso (1953), Cabral (1971), Peluso (1981), Vaz (1991) e Veiga (1993) descrevem a importância deste traçado. A existência de praça ampla e retangular, com a igreja de um lado, o mar do outro e casario nas laterais, onde se situaram também as construções oficiais (Casa de Câmara e Cadeia, Casa de Governo), caracteriza não apenas Desterro, mas grande parte das vilas e cidades litorâneas de Santa Catarina. Tal modelo, a partir da chegada dos açorianos, foi oficialmente induzido.

O núcleo da cidade da antiga Vila do Desterro se estrutura, em uma malha bastante regular, dividida pela Praça XV em três porções diferenciadas. A praça, com sua forma irregular, articula estas três porções no sentido de conformar um todo. Assim, a cidade consolidou-se sobre eixos viários antigos que atuaram como vetores de expansão do núcleo central. O outro elemento diferenciador no contexto da malha uniforme foi dado pela fachada litorânea, com toda a vida portuária ali existente.

Florianópolis teve por parte dos governos estaduais e municipais a implementação de uma legislação preservacionista assim como foram executados projetos que contemplaram a proteção do seu acervo cultural e histórico construído. Este instrumento de tombamento foi aplicado em Florianópolis por primeira vez já antes de 1973, por parte da União que atuou tombando cinco fortalezas da cidade. Em 1974 foi promulgada a legislação de tombamento municipal, provavelmente uma das primeiras do Brasil, dentre as quais se encontra o conjunto arquitetônico da Rua Conselheiro Mafra.

Hoje a sede da capital se apresenta muito modificada da sua estrutura original, em função da densificação em andamento progressivo. O centro da cidade conserva ainda o seu poder aglutinador que aos poucos vai se esvaindo com processos de descentralização com as novas localizações dos órgãos públicos e outros pontos de interesse comercial e de serviços. Mas mesmo assim, hoje ainda é percurso obrigatório para uma grande parte da população assim como de turistas que freqüentam o centro da cidade tendo como um dos atrativos principais, a Praça XV.

2.2.3 - Interiorização da Ilha

Em 31 de agosto de 1746 se abria o edital para a inscrição dos moradores das ilhas do arquipélago dos Açores que desejassem transferir-se para o Brasil. Este edital estabeleceu as exigências, bem como as condições oferecidas aos que quisessem candidatar-se à emigração. O primeiro Governador da Capitania de Santa Catarina, José da Silva Paes foi o executor da alocação das novas povoações seguindo as regras dispostas pela Provisão Régia, que estipulava as regras para sua acomodação definitiva. Os novos

assentamentos deveriam ser localizados em sítios previamente escolhidos, devendo conformar uma população de cerca de 60 casais em cada local. Foram determinados a dimensão do lote agrícola, fixado em “um quarto de légua em quadra” isto é, 1650m de lado; a localização dos logradouros públicos, e também, das praças, ruas, moradias, e a da Igreja (Cabral, 1979).

Muitos foram os problemas enfrentados na instalação inicial dos casais porque as condições do transporte eram sumamente precárias, havendo um alto índice de mortalidade na travessia. Nem todas as promessas feitas no Edital Real foram cumpridas, e, ainda, o modelo de ocupação territorial proposto sofreu muitas adaptações em função da situação local e outros interesses.

Reis (2002) destaca que as regras impostas levaram a um modelo de ocupação adaptado ao território insular e criou uma estrutura que perdurará, pelo menos em suas características principais, até o presente, ultrapassando inclusive, a estagnação da base econômica original que lhe deu suporte. Esta espacialização é elemento de permanência de destaque tanto no Sul do Brasil como na Ilha

A partir da chegada dos açorianos, a economia da Ilha de Santa Catarina e continente próximo desenvolveram-se baseada numa estrutura agrária de pequena propriedade e no trabalho familiar. Este fato foi bastante ressaltado por analistas de diversas áreas, em função de sua diferenciação do modelo colonial principal, representado pelo latifúndio escravista-exportador. Elemento de caracterização da produção açoriana do litoral sul brasileiro era a pequena propriedade vinculada ao uso de áreas comunais, as quais se apresentavam como “verdadeiros fundos de quintal da comunidade”, segundo Campos (1991). Documentos atestam que já no início do Século XVII, ainda na época vicentista, já era praticado o uso comum da terra.

As localidades do interior da Ilha tinham na sede, seu entreposto comercial, que tanto negociava a sua produção, como recebia suas mercadorias. As incipientes vias terrestres e as precárias ligações marítimas mantinham as relações básicas. O Século XX não alterou muito esta situação nas suas primeiras décadas, mas o declínio da mortalidade, o aumento da natalidade e os imigrantes chegados de localidades vizinhas induziram a um crescimento demográfico. Para a ilha, o Século XX mostrou um crescimento mais rápido: 45 anos (1920 – 1965), 25 anos (1965 – 1990) e 20 anos (1990 – 2010) para dobrar a sua população (Mira, 2002). Os núcleos espalhados pela ilha cresceram na mesma lenta proporção: somente a sede conseguiu dobrar a sua população em 60 anos 1795 a 1855.

2.2.3.1 - Freguesias

As sedes das freguesias (Figura 4) que foram fundadas posteriormente à Vila do Desterro, caracterizavam-se pela função polarizadora do entorno agrícola imediato. Destes núcleos urbanos temos testemunhas até hoje, e mesmo que o motivo de sua fundação fosse similar, cada um deles tem hoje uma configuração bastante singular.

A vida social que caracterizava as comunidades do interior da Ilha era de um forte fechamento, o que era reforçado pela desarticulação espacial dos diversos núcleos. São estas características de isolamento social que possibilitaram a manutenção, de certa forma até mesmo nos dias de hoje, de um universo cultural extremamente rico, caracterizado por uma série de hábitos e tradições: o falar, as festividades religiosas, a produção artesanal, a realização de trabalhos coletivos.

A configuração de algumas freguesias no interior da Ilha manteve-se até início do século XX, caracterizando-se pela escolha do local para implantação da capela que se transformaria em igreja com a sua praça frontal. A partir dela, seguiam-se as casas construídas de forma dispersa e ligadas por trilhas. Os testemunhos construídos, hoje ainda existentes, mostram que a igreja era localizada em locais mais altos e em vários casos perto do mar. As planícies em continuidade do território, entre morros, formadas por restingas, alagadiços e dunas eram considerados campos comunais, grande área livre de uso coletivo para atividades agropastoris e sem delimitações.

As sedes das freguesias do interior da Ilha se caracterizavam por possuir um papel polarizador em relação ao entorno próximo. À semelhança da Vila do Desterro, o porto constituía o ponto mais freqüentado dessas localidades. O destaque dado à praça nas localidades da Ilha, a exemplo de outras fundações de ascendência portuguesa, marca a presença do poder real e do poder religioso, permitindo que este local fosse espaço de acolhida para as manifestações coletivas da população dispersa. Ainda hoje as praças constituem espaços bastante utilizados, tanto no cotidiano quanto em ocasiões festivas, estabelecendo-se como centros referenciais e espaço público principal dessas localidades.

A repetição da praça litorânea com esta configuração, não apenas na Ilha, mas em todo o litoral catarinense, marca de forma clara as cidades e povoações, dando-lhes uma forte identidade, que permanece até os dias de hoje. Havia uma incipiente ocupação prévia, decorrente da colonização vicentista nos locais das freguesias. Esta ocupação prévia dos sítios escolhidos para as localizações dos primeiros casais açorianos na Ilha é destacada, dentre outros, por CECCA (1997) e Oliveira (1999). Este é o caso dos portos do Ribeirão da Ilha e de Santo Antonio de Lisboa, ou de Trás dos Montes (Trindade) e da Lagoa da Conceição, acessíveis a partir do Desterro por trilhas terrestres.

A seqüência de fundação das freguesias segundo CECCA (1997), expressa o momento da existência organizada de localidades como centros de poder civil e religioso, na Ilha de Santa Catarina. Acontecem entre 1750 e 1835, quando foi fundada a maioria das freguesias. Nos mesmos anos também, no continente próximo, foram fundadas as freguesias de Nossa Senhora do Rosário de Enseada de Brito e São Miguel e São José da Terra Firme.

Comparando as sedes das freguesias com a Vila do Desterro, percebe-se que o que muda entre ambos é a escala dos assentamentos. A locação da praça e da igreja, paralela ou perpendicular ao caminho, e a importância da configuração dada pela praça, e reforçada pela arquitetura das igrejas, constituiu-se sempre um referencial identitário extremamente forte dessas localidades.

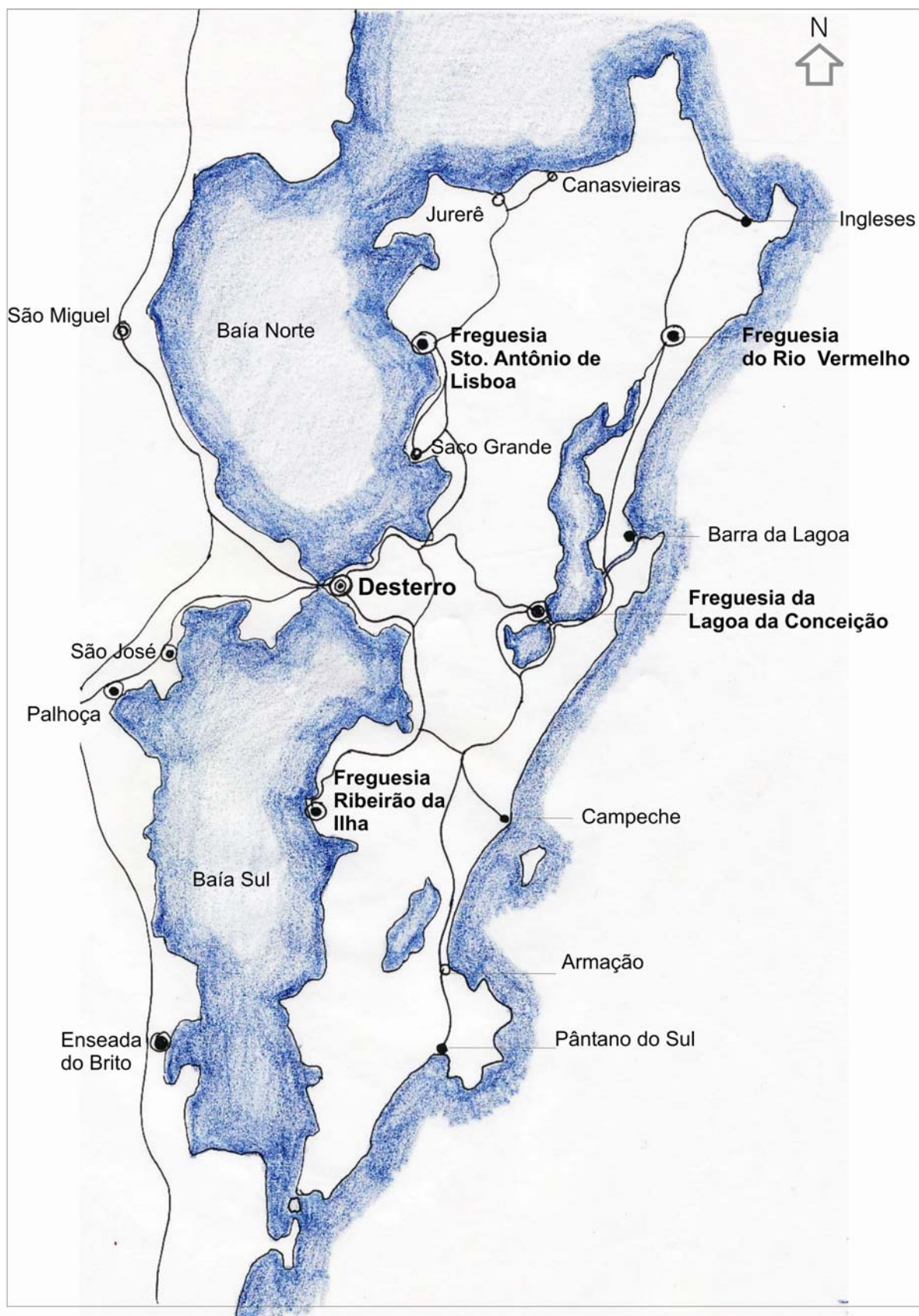


Figura 4 - Mapa da Ilha com a localização das Freguesias, núcleos pesqueiros e os caminhos coloniais de comunicação.

Fonte – Autora sobre mapa do Google Earth - Nov/2008

2.2.3.2 - Os núcleos pesqueiros e agrícolas

O mar sempre desempenhou um papel real e simbólico para a Ilha de Santa Catarina, tendo presenciado o crescimento e as transformações urbanas com modernização dos hábitos da população. Também a pesca como atividade produtiva esteve presente em todo o processo de ocupação do litoral catarinense.

As localidades de menor porte, como as localidades pesqueiras (Figura 4), eram configuradas sob a forma de núcleos, locados sobre a orla, e outros, internamente a ilha, de forma dispersa, pelas estradas insulares, criados em função de polarizar a produção local.

Quanto à sua conformação urbana não apresentam uma ordenação aparente, em contraponto às freguesias e a sede da Vila do Desterro, que tiveram sua fundação por ordem real. Há vários núcleos pesqueiros no interior da Ilha de Santa Catarina dos quais são representantes: a Barra da Lagoa, o Pântano do Sul e Armação, Ingleses entre outros, que mantêm em parte a sua configuração original.

Nesse processo de transformação urbano-turística, na maioria das localidades a estrutura original sofreu grandes modificações, que serão tratadas pormenorizadamente no próximo capítulo.

2.2.3.3 - As ocupações lineares

São configuradas por ocupações constituídas por pequenas parcelas agrícolas que se localizavam ao longo dos caminhos que se estendem a partir da praça principal, nas freguesias e dos pontos de escoamento de produção pesqueira, desde a praia, nas localidades pesqueiras. Estes caminhos ligam a freguesia e os núcleos pesqueiros com seu entorno agrícola e com as áreas comunais, organizando a acessibilidade às parcelas rurais, e também fazem a conexão comercial destes núcleos com outras localidades, inclusive com a Sede. Destaca-se do contexto global em alguns casos, a concentração de moradias e outros serviços comunitários (a igreja, algum comércio) em determinados pontos, organizando localidades agrícolas (Figura 4) como Canasvieiras. São estradas, mas também verdadeiras ruas, que se distribuem pelo território insular unindo as discontinuidades urbanas promovidas pelos inúmeros eventos existentes no sítio físico. A comunicação além dos caminhos se dava através de transporte fluvial pelos inúmeros rios que cortam a ilha e pelo mar.

Com a inauguração da Ponte Hercílio Luz e com o incremento dos transportes motorizados, construíram-se novas estradas, surgidas algumas, sobre as trilhas existentes que cortavam as encostas nos locais mais favoráveis ao trânsito de veículos, outras rodovias foram construídas com seu traçado externo aos núcleos retirando deles a

polaridade local, perdendo importância no contexto geral. Foram muitas as dificuldades de integração entre o Distrito Sede e os distritos do interior da ilha devido à péssima situação das vias rurais e a inexistência de meios de comunicação mais eficientes.

2.2.4 - Áreas comunais

Um dos elementos de maior importância e destaque na produção açoriana no litoral sul brasileiro é a caracterização da pequena propriedade vinculada ao uso de áreas comunais (Figura 5) as quais se apresentavam como “verdadeiros fundos de quintal da comunidade”, segundo Campos (1991). Documentos atestam que já no início do Século XVII, ainda na época vicentista, já era praticado o uso comum da terra.

Segundo o autor, na Ilha de Santa Catarina, toda comunidade possuía uma área comunal, e, é o estado onde as terras de uso comum ocorreram com maior frequência. Na ilha, muitas vezes, duas ou mais comunidades poderiam se utilizar de uma mesma área. A sua utilização esteve difundida entre os pequenos produtores açorianos e durou até algumas décadas atrás, como o caso da Colônia em Canasvieiras ainda em uso até 1986.

O autor coloca que, as terras utilizadas para uso comum eram predominantemente as regiões planas existentes com uma vegetação característica de mangues, dunas, restingas e florestas de planícies quaternárias. Estas áreas perfaziam um território de cerca de 74km².

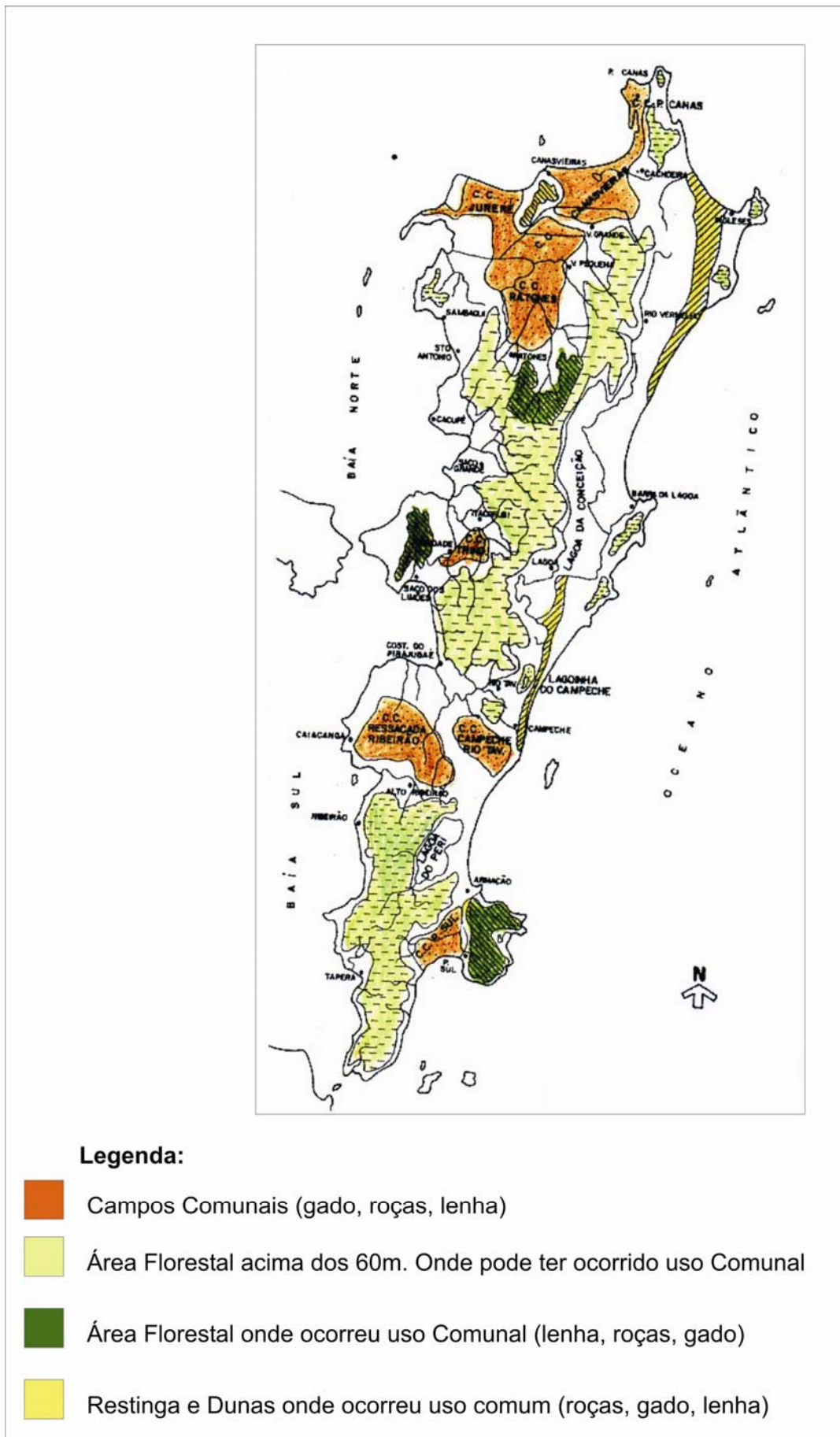


Figura 5 – Campos comunais na Ilha de Santa Catarina
 Fonte: Nazareno de Campos, (1991, p. 108)

Há uma relação entre as áreas de restinga e as áreas comunais de Jurerê, Canasvieiras, Ingleses, Rio Vermelho, Barra da Lagoa, Campeche e Pântano do Sul. Com o desmatamento as áreas mais úmidas dos banhados foram utilizadas como pastagens e fonte de água em grande parte de forma comunal. Mas não somente estas áreas eram utilizadas, também as encostas dos morros eram utilizadas para a retirada de lenha, madeira, coleta de frutos e plantas medicinais e ainda para fazer algumas roças, o que eleva ainda mais o percentual utilizado de forma comum.

Este panorama iniciou um processo de modificação em sua estrutura em função do processo de apropriação que ocorreu inicialmente lentamente, aprofundando-se no Século XX a partir das décadas de 1930 e 1940. Significou que as terras inicialmente sem uma utilização econômica viável passaram com o tempo a ter interesses capitalistas principalmente por causa do processo de crescimento urbano e da valorização imobiliária de áreas periféricas e posteriormente por causa do uso turístico (Campos, 1991). Estas terras, inicialmente sem valor, passaram, com o tempo, a apresentar interesse, principalmente a partir do processo de crescimento urbano e valorização imobiliária, mas também em alguns casos, essa apropriação se deu por parte do Estado.

As mudanças que aconteceram a partir dos anos 70, foram de ordem econômica, social, política, cultural e de infra-estrutura e, trouxeram modificações comportamentais na esfera local e nacional, promovendo a implantação de um turismo intensivo. Isto promoveu a demarcação de limites das propriedades, tanto nas planícies quanto nas encostas, quando a terra além do valor de uso passou a ter valor de troca entrando numa economia de mercado urbana.

As leis que existiam confirmavam os campos como “campos logradouros públicos” como área pública de uso comum, mas nem sempre as leis podiam ser aplicadas com exatidão, como ocorre até hoje.

A apropriação destas terras segundo o mesmo autor foi objeto de discussões e conflitos entre quem tinha intenção de apropriar-se e o Estado. Muitas foram privatizadas de forma nem sempre clara, estas privatizações foram de influencia direta do empobrecimento de pequenos produtores que se utilizavam destas terras para uso agrícola.

Vários ocupantes ou intrusos conseguiram o usufruto através de permissão de autoridades locais em detrimento de outros moradores, outros simplesmente ocuparam com ou sem permissão. Esse usufruto era dado àqueles que o uso de área comunal era necessário à sobrevivência e acabava se convertendo e apropriação.

2.3 – Transformações urbano-turísticas contemporâneas

As transformações sócio-econômicas que aconteceram no país na segunda metade do século XX possibilitaram a acessibilidade à Ilha de Santa Catarina. A decadência do porto de Florianópolis foi um fato de grande relevância para a economia local. Este declínio deve-se tanto ao seu pequeno calado quanto às mudanças estruturais que a partir da década de 20 se deram no país, dentre elas, a substituição do transporte marítimo e ferroviário pelo transporte rodoviário com a entrada em cena da ponte Hercílio Luz. A cidade de Florianópolis teve grandes prejuízos econômicos em função da decadência das atividades portuárias já que perdeu o seu lugar como entreposto exportador da produção agrícola e industrial da região, e também pela sua própria posição geográfica excêntrica à nova rede de transportes. A cidade permaneceu com suas tradicionais funções administrativa de capital do estado, tendo a atividade econômica ligada ao setor atacadista decrescido fortemente também.

Assim a partir da década de 70 se deu a interiorização da ilha, com a venda de terrenos na borda d'água incentivado pelo crescimento e melhoria do sistema viário. A consequência disto foi a perda paulatina da paisagem bucólica que hoje se apresenta numa grande e quase continua área urbanizada apenas cortada onde os ambientes naturais são preservados ou ainda nos vazios a espera de um novo uso por parte da especulação. Estas circunstâncias promoveram a implantação de um turismo intensivo. Incentivou também a demarcação de limites das propriedades, tanto nas planícies quanto nas encostas, quando a terra além do valor de uso passou a ter valor de troca entrando numa economia de mercado urbana.

Entre 1960 e 1970 o fluxo populacional não procurou o centro da capital para moradia, mas sim os bairros que ofereciam melhores condições de habitação e redução de distância ao trabalho, quando da criação da Universidade Federal e a Eletrosul, desenvolvendo assim as áreas da Trindade, Córrego Grande, e outros novos bairros nascidos após a década de 1970 como o Jardim Anchieta e outros, e, ainda o adensamento de antigos bairros como Itacorubi e o Saco Grande.

Também a melhoria das estradas com novos traçados e as facilidades imobiliárias fomentou o deslocamento populacional para o interior da ilha. As praias tiveram uma grande explosão demográfica que nem sempre se mostrou positiva.

A nova paisagem demográfica se mostrou claramente após 1970 com a urbanização que engloba todo o território da Ilha. Em 1940 Santa Catarina era um estado rural, com 79% da população morando no campo. A microrregião de Florianópolis era mais urbanizada com 43%%, e mais ainda a Ilha de Santa Catarina com 64% de sua população morando na cidade. Estes números aumentaram progressivamente chegando a 97% em

2000, com o incremento da imigração que chegou em 1991 a 15,5%, com novos moradores vindos de outros estados e ainda do Mercosul, sobretudo de Rio Grande do Sul e países vizinhos como Argentina, Uruguai e Paraguai. Nesta primeira década do Século XXI, a grande maioria dos imigrantes chega do Estado de São Paulo fugindo da pressão da grande cidade. Esta maré migratória promoveu um crescimento que está acentuando a ocupação do espaço e contribuindo para a sua degradação ambiental, assim como criou necessidades de implantar uma infraestrutura que permita manter a qualidade do ambiente e da vida.

Planos de ordenação do conjunto se fizeram necessários à medida que o tempo passava, mas em função da rápida ocupação do território, o planejamento não teve a eficiência necessária. Esta ocupação gerou necessidades prementes de infraestrutura e equipamentos, que foram sendo implantados de forma emergencial. Estas respostas a maioria das vezes foram e são tardios, os estrangulamentos sejam viários ou de outros serviços atualmente fazem parte da vivência diária dos moradores da ilha.

Mira (2002) coloca que o estagnado crescimento demográfico acontecido na Ilha, ao longo do Século XIX e das primeiras do XX, foi reflexo do pequeno dinamismo econômico regional. Havia o predomínio da agricultura de subsistência e das pequenas propriedades, onde a mandioca era o produto principal e o seu beneficiamento resultava na farinha, que se constituía no principal produto de comercialização, local, regional e nacional. Mas esta produção não gerava capital e por conseqüência não criava estímulo para investir em outros setores, como o industrial.

As primeiras décadas do Século XX trouxeram avanços tecnológicos que evidenciaram uma profunda transformação segundo CECCA (1997) “na essência sócio-econômica da Ilha”. A iluminação elétrica e o avanço dos veículos automotores fizeram entrar em crise a atividade portuária e progressivamente a estagnação da agricultura. Além dos avanços na técnica naval, a inauguração da ponte Hercílio Luz em 1926, estabelecendo a ligação ilha-continente, extinguiu aos poucos o trânsito de balsas e lanchas assim como todo o sistema viário e fluvial praticado até então, não somente com o interior da ilha como também com os portos das cidades vizinhas de São José, Palhoça e Biguaçu.

Com o incremento do transporte rodoviário houve um grande incremento de entrada de produtos de outras regiões mais competitivos e tecnicamente mais avançados. De porto intermediário, transformou-se em cidade consumidora apenas. Em 1940 segundo CECCA (1997) o porto registrou a entrada de 643 navios número similar às décadas de 70 e 80 do Século XIX até que em 1970, pouco antes da construção do aterro da Baía Sul, registrou apenas a entrada de 15 navios.

O declínio da agricultura e da atividade pesqueira foi bastante acelerado, em função da substituição por produtos vindos de outros locais mais competitivos que a produção local.

Assim a produção da ilha transforma-se em produção apenas de consumo próprio e a produção industrial reduziu-se a apenas uma empresa localizada sob a ponte Hercílio Luz.

A real integração rodoviária da cidade à rede de transportes nacional só aconteceu a partir da década de 70 com a construção da BR-101 e posterior construção da BR 282. Esta integração promoveu um crescimento das classes médias urbanas, que levou ao desenvolvimento do turismo na Ilha de Santa Catarina. Vale destacar que na década de 70, também, houve um expressivo crescimento do setor estatal, através da construção na cidade da sede de grandes empresas e da criação da Universidade Federal de Santa Catarina.

Estas mudanças foram acompanhadas de uma intensa urbanização, somada a um êxodo rural que afetou a todas as capitais brasileiras a partir dos anos 50, se acelerando a partir da década de 1970 do século XX. Com o aumento das comunicações nos anos 60 e 70, a instalação de grandes empresas nacionais e da Universidade Federal trouxe consigo um grande contingente de estudantes, professores, e profissionais em geral para suprir as vagas criadas por estas entidades dado que a população local não preenchia o perfil necessário a este atendimento. Este fluxo populacional, não procurou o centro da capital para moradia, mas sim os bairros que ofereciam melhores condições de habitação e redução de distância ao trabalho. Desenvolveram-se assim, as áreas da Trindade, Córrego Grande, Santa Mônica, e outros novos bairros nascidos após a década de 70, como Jardim Anchieta e vários outros. Também ocorreu o adensamento de antigos bairros como Itacorubi e o Saco Grande.

O primeiro loteamento aprovado pela Prefeitura Municipal de Florianópolis foi em Canasvieiras na década de 50 (Lei Nº 260/56, aprovada no dia 8/05/56). A implantação de mais loteamentos foi lenta e descontinua nas duas décadas seguintes. Jurerê foi o seguinte, implantado na planície norte. O projeto apresentava uma malha retangular regular subdividida em lotes iguais aos urbanos de 360m² a 500m². A implantação dependia do ritmo dos investimentos tanto privados ou públicos resultando residências e equipamento de padrão médio e alto.

Inicialmente os capitais de investimentos eram locais ou regionais, mas nos anos 80 as aplicações imobiliárias mudaram de visão. Os empreendimentos foram planejados por empresas especializadas, implantando projetos urbanísticos diferentes dos existentes visando uma clientela de renda alta, adotando padrões internacionais.

Surgem cadeias de hotéis internacionais e complexos turísticos, condomínios exclusivos e loteamentos de luxo. O padrão espacial destes novos projetos tem mudanças formais, trama mais complexa, regular e com quarteirões menores de 100m, saindo do xadrez, utilizados em épocas anteriores.

De modo geral estes desenhos são encontrados em Jurerê Internacional (Norte da Ilha) promovido pela Habitasul nos anos 80 com investimentos em grande escala com um longo prazo de implantação. Mais recentemente nos anos 90, surge o Novo Campeche que visou iniciar investimentos em outra escala e com outra morfologia no Leste da Ilha, etc.

Em Jurerê a diferença dos padrões dos projetos entre as duas épocas é marcante. Esta diferença de valor investido em um e no outro, mostra a modificação do perfil do novo turista que procura Florianópolis não somente para passear, mas também para investir, e ainda na última década para estabelecer moradia longe dos problemas graves urbanos vividos nas grandes capitais como São Paulo e Rio de Janeiro.

Em Canasvieiras pode verificar-se a trama em grelha original do loteamento ainda permanece. Nos anos oitenta os investimentos foram mais elitizados e nesta última fase sem grandes áreas para novos investimentos, está-se priorizando os edifícios isolados e condomínios fechados de alto padrão.

O crescimento populacional durante o período colonial foi apenas vegetativo de forma que a estrutura urbana existente foi suficiente para a população, sofrendo até recentemente poucas alterações. Com a demanda de espaços para atividade turística, inicia-se na década de 60, a implantação da infraestrutura em geral sendo que primeiramente a pavimentação tomou impulso, iniciou-se no Norte (anos 60), depois para o Leste (Barra da Lagoa, 1980) e ao Sul (Armação e Pântano do Sul, 1980). Outra contribuição decisiva para a transformação espacial da Ilha foi o fortalecimento da classe média alta em condições de aproveitar o tempo disponível, rápida implantação da rede de rodovias, assim como as ações dos órgãos estatais e privados que fortaleceram o aproveitamento da região para fins turísticos, transformando a sua paisagem radicalmente. O incremento populacional com novo perfil demandou novas solicitações que acentuaram o crescimento urbano com a ocupação das praias primeiramente como lazer, seguidamente com casas de veraneio.

Mesmo sem as chaminés, que são os símbolos do processo urbano-industrial no mundo, Florianópolis adquiriu uma força capaz de gerar efeitos de crescimento em espaços adjacentes. A área conurbada de Florianópolis apresentou taxas de crescimento urbano da ordem de 93,9% em 1991, mesmo sendo uma alta taxa foi inferior a da Palhoça que alcançou 94,4% que foi a maior da área da Grande Florianópolis. Isto significa que além de se apresentarem como cidades-dormitórios as cidades periféricas tornaram-se um espaço urbano de respostas a serviços especializados e de atividades do grande comércio.

Segundo Lago (1996) a ausência de chaminés em Florianópolis é uma questão de opção político e cultural. Os florianopolitanos e os novos moradores estão de certa forma,

envolvidos pelas idéias ambientalistas, que repelem as atividades industriais poluidoras, as que existem, se situam nos distritos industriais de São José e Palhoça.

Florianópolis dispõe da natureza que é seu maior chamariz, “capital turística do Mercosul”, entretanto apresenta contradições como, por exemplo, a falta de saneamento e a pouca importância com esse tema vem sendo tratado até hoje, comprometendo a qualidade da água. Estamos acostumados escutar e pensar que é a pressão da urgência das ações que impossibilita o planejamento, mas o que vemos, é a incoerência de políticos e alguns profissionais que por descaso ou comodismo fazem vistas grossas as exigências ambientais.

O impacto do turismo sobre o meio ambiente tinha sido reconhecido há muito tempo tanto pelos governos como pelos técnicos, mas o entendimento da urgência demorou bastante em chegar. Parte do problema pode ter sido a falta de coordenação entre a política de desenvolvimento e a ambiental. A política ambiental foi fragmentada pelas abordagens disciplinares individuais como a poluição da água, a poluição do ar e assim retardaram a abordagem multidisciplinar da questão. Precisou tempo para incorporar uma abordagem integrada que lidaria com os ecossistemas como um todo.

Todas as políticas e instrumentos de regulação de uso do solo, da atividade turística, da preservação e da conservação deveriam nortear a nova configuração dos lugares turísticos, ressaltando a participação de todos os segmentos da sociedade na implementação de diretrizes para o desenvolvimento.

Na Ilha de Santa Catarina uma grande parte da população nativa vive em constante dilema: vendem suas terras como fonte de renda, estas são loteadas e especuladas, com sua tranquilidade ameaçada, assim dedica-se ao novo morador ou turista que significa uma alternativa a vida incerta de pescador hoje. Esta vida é sazonal, irregular, encorajada pelos poderes públicos, que na maioria das vezes é promotora dos desequilíbrios no meio natural e nem sempre suficientes para sua subsistência.

A discussão sobre o turismo que se planeja para a nossa Ilha dentro do tempo presente, é antiga. Uma resposta para como conciliar o desenvolvimento com a preservação é uma resposta que com certeza cria um embate ideológico, que cada um com suas convicções defendem seus interesses sejam eles particulares ou coletivos.

Lins (2002) expõe na sua pesquisa duas décadas de experiência turística da Ilha e inquire sobre os reflexos da trajetória percorrida para que esta possa ajudar a pensar no futuro.

A economia florianopolitana, apoiada no fato de ser a sede da estrutura administrativa estadual com preponderância de atividades terciárias e com núcleos de ocupação com práticas tradicionais seculares, passou de repente a ter no turismo um novo e

importante setor. A movimentação turística da década de 1980 de algum modo aqueceu a economia local produzindo efeitos no comércio e nos serviços e criando novas oportunidades de trabalho, não somente na sede como e mais visibilidade nos locais que pontilham a orla ou as praias que atraem o principal fluxo de visitantes.

É preciso destacar o caráter sazonal do turismo da Ilha, devido à atratividade das numerosas praias e de outros recursos ligados ao verão. Esta sazonalidade significa que os recursos estão concentrados no tempo, implicando em contrastes de breves períodos de intensa utilização e longos intervalos de ociosidade. Claro que este fato não é exclusividade do nosso local, mas as expectativas depositadas no setor amplificam o sentido dessa questão.

O aspecto da desigualdade de distribuição no tempo é acompanhado pelo desequilíbrio na incidência geográfica, já que a porção da Ilha realmente envolvida na maior movimentação turística refere-se às áreas das praias do norte e leste, destacando-se o arco litorâneo que interliga Jurerê Internacional e Lagoa da Conceição, com Ingleses e Canasvieiras em posição destacada. Claro que a atratividade destas praias deve-se as águas mais cálidas e melhores serviços, a implantação de uma infraestrutura mais completa (transportes e comunicações) e investimentos privados.

Mas por outro lado não significa necessariamente que essas localidades redutos mais importantes do turismo na Ilha, tenham registrado efeitos multiplicadores ligados ao turismo. O efeito multiplicador se dá quanto maior a capacidade da própria economia local suprir as necessidades do consumo da área turística. Nem sequer na ilha como um todo se pode concluir que tal perfil é realidade.

Os reflexos de ordem sócio econômico em escala da comunidade foram marcantes. O crescimento do turismo revelou-se como vetor de expansão urbana, que se traduziu no adensamento de núcleos tradicionais se transformaram em bairros, com ocupação que não se limita a alta temporada e em muitos aspectos, independentes frente ao distrito sede, como Ingleses, Canasvieiras, e a Lagoa da Conceição. Este processo promoveu desgaste nos elementos de base sócio-cultural nos espaços tradicionais. Por exemplo, a pesca artesanal há muito em crise, mostrou o crescente desinteresse das gerações mais jovens que se sentiram atraídas pelas novas oportunidades de ocupação principalmente ligadas ao turismo ou atividades próprias do meio urbano, não obstante o caráter às vezes temporário ou o baixo nível das remunerações nas novas tarefas. Assim alugar casas para turistas passou a ser atividade de proprietários com a construção de edificações com fins rentistas, muitas vezes de qualidade duvidosa, improvisadas e alheias às normas urbanas. Deve-se destacar que o benefício derivado dessa prática não se concentra hoje somente nas famílias

nativas, ligadas as atividades da pesca e agricultura, de matriz açoriana a bastante tempo em desestruturação.



Figura 6 – Ingleses, hoje distrito independente da sede municipal. Década de 1990.
Fonte: Casa de Cultura, PMF.

A esta ocupação avassaladora seguiu-se o agravamento das condições ambientais, basicamente decorrentes do adensamento populacional sem a necessária provisão de ampliação da infraestrutura, sobretudo de saneamento. As condutas que se presenciavam são as de consumir a paisagem e os recursos sejam naturais ou sócio-culturais, e descuidam dos próprios fatores da atratividade turística (Figura 6). O quadro de deterioração destes elementos é captado pelo monitoramento como o praticado pela FATMA referente às análises de balneabilidade (Ver anexos). Os resultados são alarmantes, e inclui o maior cartão postal indicando tanto a Lagoa da Conceição e outras praias com forte atrativo como Ingleses, Canasvieiras e Jurerê, que concentram dejetos e impõem a condição de locais impróprios para banho.

Acredita Lins (2002), que o caminho do turismo é de impossível retorno, mas devem-se procurar as possibilidades que mudem comportamentos como a sazonalidade, que seja mais apto a beneficiar uma parcela maior da população local e menos agressivo em termos sócio-ambientais.

Na virada para os anos 80, IPUF produziu um Plano de Desenvolvimento Turístico do Aglomerado Urbano de Florianópolis, e na década de 90, o I Fórum Internacional de Planejamento Turístico de Florianópolis realizado por um conjunto de instituições e gerou o Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico de Florianópolis, mas a julgar pela

observação da situação atual estas tentativas não tiveram desdobramentos efetivos. Podemos ver um início destas atividades com a elaboração do novo Plano Diretor Participativo da cidade de Florianópolis onde as discussões de cada núcleo da ilha encontram-se em andamento para sua aprovação imediata.

Uma das soluções que Lins (2002) coloca é suprimir o caráter provisório das ações relacionadas a “preparar a próxima temporada”, e introduzir uma rotina técnica baseada em pesquisas, análises e avaliação das condições presentes e formular cenários futuros mais efetivos. O objetivo básico imediato seria programar e subsidiar decisões tanto públicas como privadas de promoção e controle.

Estas prioridades técnicas deveriam promover alongar o fluxo turístico. Uma das modalidades que se presta a este objetivo seria o turismo de eventos, para o qual já algumas providências estão em andamento, como a realização de eventos que se ampliou com a instalação de grandes espaços de convenções, não somente na área central, mas também em outros municípios conurbados, a exemplo os Centros de Convenções de Florianópolis e São José

O mercado de trabalho vinculado ao turismo é outra vertente que terá de ser acompanhada tecnicamente para avaliar o seu desempenho. Crucial é criar e vislumbrar mecanismos que criem elementos multiplicadores no campo do emprego a partir da expansão turística. Não se está falando de tarefas sub-remuneradas e marcadas por condições precárias de trabalho. O ideal imaginado é que a redução da sazonalidade proporcione tarefas mais duradouras, impulsionando a capacitação profissional e possibilitar melhores níveis salariais. O fato de existirem várias instituições que atuam na formação de recursos humanos possibilita algum otimismo nesse sentido, já que na Ilha de Santa Catarina as oportunidades de trabalho são reduzidas.

Toda atividade voltada a preservação das tradições sócio-culturais das localidades originais é outro fator a ser considerado. Essa herança é importante por si mesma para qualquer grupo social, mas os traços de perfil açoriano, ainda existentes merecem atenção por serem primeiramente como forma de sustentar a herança evitando o afastamento dos mais idosos e do perfil social das localidades, e também, como atributo turístico apreciável. E, através de uma avaliação técnica do quadro atual poderá se desenhar um norte para a sua preservação mesmo que seja guiada pela lógica dos negócios.

O patrimônio ambiental é o esteio do crescimento turístico da ilha, assim a análise da capacidade de carga (ecológica, social) dos pontos turísticos da orla para a determinação de locais de saturação, a partir dos quais ocorreria a degradação do ambiente físico econômico e social a estratégia técnica que se proponha. Ao Estado cabe a principal

mobilização e articulação dos vários setores interessados, mas sempre dentro de uma esfera nutrida pela área técnica.

Até agora nem os agentes que compõem o grupo ligado ao setor turístico, nem o setor público, e nem os grupos e organizações que defendem as condições da ilha, apresentaram iniciativa, capacidade de mobilização e articulação no sentido de atuar coletivamente de forma efetiva.

O futuro da Ilha quanto a sustentabilidade, tem a ver com o planejamento, investimento e uso dos recursos. Também se constitui em vetor de sustentabilidade turística, o que se convencionou em chamar ecoturismo, ou seja, aproveitamento dos atributos sem comprometer o seu uso futuro. A Ilha de Santa Catarina é candidata para crescimento de atividades com estas características, que estimulado e apoiado pode garantir um importante contrapeso ao turismo do verão, de grande impacto.

Mas como se constata, nenhuma dessas atividades econômicas insere o morador nativo como participante desse processo de acumulação de riqueza. Sem muitas alternativas de acesso a terra novamente, e vivendo em uma situação de subemprego sazonal, a população nativa contribui para o enchimento das periferias pobres da capital, somados aos migrantes do interior do estado, tanto se instalando na sede do município como nos balneários do interior da ilha.

Existe hoje na Ilha de Santa Catarina um crescimento de investimentos imobiliários por parte de capitais locais, regionais e grandes capitais internacionais. Nestes investimentos não predominam somente edificações para usos turísticos, mas também de investimentos de capital, assim como a construção de edificações para moradia permanente, influenciados pela propaganda criada para vender a imagem da cidade como a “capital com melhor qualidade de vida do Brasil”. Assim novas famílias aqui aportam de São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba, Porto Alegre e de outras grandes cidades do Brasil numa procura pelo sonho de morar na praia ou de ter uma vida tranqüila e com segurança para sua família. Muitos vieram morar em Jurerê Internacional, Ingleses, Canasvieiras, onde se criaram pólos urbanos de consumo interno. Vários shoppings centers foram construídos para atender a esta nova comunidade mais cosmopolita, criando-se em alguns casos conflitos de vizinhança na sua implantação, com enfrentamentos judiciais que afinal autorizaram as suas construções, como o Floripa Shopping e Shopping Iguatemi.

Os novos empreendimentos imobiliários podem ser vistos tanto no centro da cidade como nos balneários: Praia Brava como um novo bairro, Il Campanário (Jurerê Internacional), o Projeto Costa Norte (Ingleses), o condomínio La Perle (na Beira Mar Norte – Centro), Costão Golfe (Rio Vermelho) (Figura 7), o conjunto de condomínios Velas (Pântano do Sul), Condomínios Inteligentes (Cacupé) e outros espalhados pela ilha,

conformando uma tipologia globalizada e descolada totalmente do seu entorno natural, social e cultural, e no contexto de custos completamente desvinculado da media salarial dos moradores.



Figura 7 - Campo de golfe do Condomínio Costão Golfe. – Nov/2008

Por outro lado esse processo acelerado e crescente exigiu do Poder Público uma constante atualização de infraestrutura: calçamentos, duplicações, viadutos, serviços essenciais (ampliação de abastecimento de água, tratamento de esgoto, ampliação da rede de energia, ampliação do esgotamento pluvial). Processo este, que passou por cima do poder publico, que correu atrás tratando de resolver cada novo desafio, mas que não obteve sucesso porque o planejamento aplicado não obedece a uma ordem de prioridades necessárias da cidade, mas, sim a interesses particulares que com o crescimento desenfreado exigem cada vez mais novas estruturas, num processo autofágico.

2.3.1 – Permanências sócio – culturais e arranjos sociais na Florianópolis contemporânea

Os açorianos que desbravaram as terras do sul do Brasil trouxeram junto, seus conhecimentos, costumes, religiosidade, esperança e tradições insulares que se reproduziram ao longo de gerações que hoje, retratam a alma, o sentir, o fazer e o imaginário do povo de Ilha de Santa Catarina, ou seja, a “açorianidade” (Nunes, 2002) está entre nós numa Açores que se mantém através de um legado secular.

Esta cultura está presente nos saberes e fazeres cotidianos desta comunidade, que estão representados pela tecnologia tradicional dos engenhos, da pesca, da agricultura, na arquitetura, os folgedos, as danças a gastronomia, a música, a arte e o artesanato, as olarias com suas cerâmica utilitária e decorativa, nas brincadeiras e jogos, nas lendas, crendices e superstições, a literatura oral, advinhas, linguagem que se mostra na sua sonoridade e rapidez ao falar. Também trouxe no coração a fé e a devoção ao Divino Espírito Santo, culto e louvor ao Divino, que são as mais significativas manifestações açorianas da cultura popular do litoral de Santa Catarina, presente em 50 municípios, e, após 261 anos depois da chegada dos açorianos, a festa conserva elementos e conteúdos originais. Outras solenidades religiosas como a Procissão do Senhor dos Passos fazem parte da vida dos ilhéus, devido ao grande valor religioso do mundo católico, os fiéis vêm de longas distancias se abalando para cumprir “promessas”.

Mas esta cultura presente na vida dos florianopolitanos está em processo de modificação, como o panorama social e cultural devido às transformações urbano-turísticas em andamento.

Estas, acontecidas, determinaram alguns perfis sociais que segundo Bueno (Bueno, 1996) apresentam os balneários da ilha de Santa Catarina três tipos de arranjos sociais:

A maior parte dos *moradores nativos* é descendente dos açorianos. Mantém hábitos e práticas sociais paroquiais, decorrentes de processos socioeconômicos que os mantiveram isolados durante anos. Os mais idosos apresentam nível de escolaridade baixo devido sobretudo, falta de oportunidades de estudar, acontecido na sua juventude. Entre os jovens, o panorama da educação está em transformação tendo acesso à 2º Grau completo e em muitos casos atualmente a curso de nível superior. A convivência com visitantes de outros lugares promoveu essa transformação que é evidente, em geral, as comunidades tiveram perdas de identidade sócio cultural e espacial, sem ter obtido benefícios mais evidentes que a atividade do turismo poderia ter proporcionado.

O perfil sócio-econômico destas comunidades tem se transformado ao longo do tempo em função das mudanças históricas ocorridas, em função da expansão familiar as áreas de cultivo foram sendo ocupadas, e aos poucos a pesca tornou-se a atividade principal em comunidades da orla, como é o caso da Barra da Lagoa, que envolvia até pouco tempo (1996) 30% da população nativa economicamente ativa (Bueno, 1996), o mesmo ocorre com as localidades de Pântano do Sul e Armação.

O incremento turístico transformou a estrutura socioeconômica da cidade como um todo, grandes contingentes de moradores nativos dependem hoje de trabalho assalariado,

realizando tarefas para os veranistas de forma sazonal sendo a maioria das vezes sem vínculos empregatícios.

Os *moradores não nativos* que também são usuários permanentes optaram por estes locais na década de 70, atraídos pelas qualidades do ambiente natural, cultural e pelas facilidades oferecidas quando do início do incremento do turismo na Ilha de Santa Catarina através da construção de infraestrutura (estradas pavimentadas, serviços públicos e outras atividades econômicas).

Este grupo de moradores é um grupo com diversidade de origens e costumes (maioria das capitais dos estados do sul e dos países do Rio de La Plata), tem um comportamento cosmopolita, e em geral nível cultural superior aos nativos. Interagem bastantes com os moradores nativos sobre tudo nas relações comerciais e de serviços, e também compartilham as festas tradicionais.

A maioria destes usuários desenvolve tarefas econômicas e de serviços fora do espaço dos balneários, já que se trata de pequenos empresários, funcionários públicos e privados, esportistas (surfistas). Nos momentos de lazer apropriam-se dos espaços públicos preferencialmente as praias e também os locais de comércio e serviço.

Os *veranistas*, apesar de serem de origens diferentes, os seus hábitos e comportamentos mantêm semelhanças. Os turistas destacam-se pelo impacto que provocam nas estruturas físicas e sócio-ambientais dos locais visitados. Diferencia-se da comunidade local em geral, mas, os turistas platinos têm características específicas que os diferenciam mesmo dos outros turistas brasileiros. Certamente estas visitas aconteceram em função de vantagens cambiais, e passaram a exigir adaptações do local as suas necessidades, que acabaram acontecendo, haja vista a *argentinização* do norte da Ilha especialmente Canasvieiras e Ingleses, notada na linguagem utilizada pelos comerciantes locais e nos serviços turísticos oferecidos. No caso da Barra da Lagoa, este turista tende a se adaptar melhor ao meio, é um tipo não usual, aqui os platinos tendem a se entrosar melhor com os moradores locais.

Caracterizando os veranistas, estes são visitantes ocasionais, normalmente moradores da capital ou de regiões próximas, que freqüentam os balneários nos fins de semana e feriados, podem ser considerados menos impactantes porque não exigem expansões urbanas, mas contribuem para os impactos na infraestrutura viária e de abastecimento dos balneários. Quanto ao seu impacto nas estruturas pioneiras é de difícil avaliação. Pela proximidade de onde se originam, é facilitada a utilização dos balneários por diferentes faixas de renda, status social e cultural, perfil profissional e diversidade na apropriação do espaço urbano público. Utiliza-se da praia de forma intensa, o comércio e

serviços assim como criam vida urbana quando circulam a pé ou em veículos nas ruas próximas de acesso ao mar.

Os grupos sociais de renda mais alta na maioria dos casos tendem a se estabelecer em locais mais afastados dos centros dos balneários, preferindo espaços de pouca apropriação social do entorno. Escolhem mansões ou resorts, enclausurados e de difícil acesso. As atividades de lazer e recreação acontecem em áreas delimitadas das praias as vezes formando praias particulares próximas aos locais de hospedagem. Tem comportamento homogêneo assim como o tipo de comércio e serviço ali prestado confirmam a auto-segregação, mantendo distancia dos moradores locais.

Os grupos sociais pertencentes a faixas de renda média, do ponto de vista sócio-cultural é o estrato de renda que traz mais benefícios à comunidade pioneira. Compartilham o transporte público com os moradores locais, se abastecem no comércio da localidade, alugam suas casas e utilizam os serviços prestados pelos nativos, de forma que mantém relações bem próximas trazendo certos benefícios. O estrato de renda mais baixo se apresenta como comerciantes ou prestadores de serviços para as classes de renda média e alta. Geralmente estão na economia informal, espalhando-se em tendas ou como vendedores ambulantes pelas praias e ruas com intenso movimento, gerando vida na paisagem urbana, seja pelas cores, movimentos ou ainda sons. De alguma forma competem com o comércio formal, não formam um grupo com consciência de classe, mas participam intensamente da vida dos balneários.

A estrutura territorial da Ilha permanece, podemos perceber isso na centralidade que a Sede do distrito conserva, através de sua função administrativa e residencial; as freguesias e núcleos pesqueiros, hoje balneários, também apresentam o seu poder aglutinador; os caminhos, mesmo alguns não sendo os coloniais, também costumam além dos balneários, as várias manchas ocupadas ao longo deles; e, as antigas áreas comunais, hoje algumas privatizadas, transformando-se em espaços de parcelamento programado ou em grandes empreendimentos como o Sapiens Park; outros como os de Rio Vermelho e Barra da Lagoa com uso público no Parque Estadual do Rio Vermelho.

CAPÍTULO 3 - LOCALIDADES INSULARES DA ILHA DE SANTA CATARINA:

CONFIGURAÇÃO E IDENTIDADE SÓCIO-ESPACIAL

Este capítulo apresenta estudos de caso, analisando localidades praianas provenientes da transformação de antigos núcleos pesqueiros da Ilha de Santa Catarina. Os impactos provenientes da transformação urbano-turística nestes locais foram múltiplos: se densificaram se expandiram pelo território contíguo, as tipologias construtivas foram alteradas e se transformaram em balneários.

O estudo se realizou a partir da análise da relação entre o sítio físico, processo histórico de crescimento e configuração urbano-turística contemporânea dos núcleos escolhidos. O registro da ocupação física de cada núcleo, em função de sua localização territorial, assim como sua evolução, permitiu detectar elementos de permanência, fundamentais na construção de uma identidade que pretendemos seja o elemento atrativo para um desenvolvimento urbano-turístico apropriado.

Estas localidades possuem, ainda hoje, valores culturais e sociais que, sobrepostos num espaço físico com características locais próprias, lhes confere uma situação singular. Esta situação específica promove uma força que chamamos de permanências espaciais.

São apresentadas as configurações de três destes núcleos: Ingleses, Barra da Lagoa e Pântano do Sul. Esta escolha se justifica tendo em vista as transformações urbano-turísticas por elas sofridas e as possibilidades que poderão advir com a valorização de elementos identitários específicos de cada um deles que possam futuramente contribuir para um planejamento que respeite as condicionantes específicas de cada lugar.

Primeiramente se tecem algumas considerações sobre a relação dos moradores da ilha com o mar no seu contexto histórico de forma a entendermos como esta evoluiu até os nossos dias, caracterizados pelo uso ostensivo do mar e da valorização das terras próximas a ele, com o desenvolvimento do turismo promovendo as modificações do presente.

Num segundo momento, descreve-se sobre os núcleos pesqueiros na Ilha de Santa Catarina, o seu significado histórico, o desenvolvimento econômico da região e o resultado espacial resultante.

3.1. O mar e os balneários

O mar sempre desempenhou um papel real e simbólico para a Ilha de Santa Catarina. Fonte de alimento, defesa natural e ao mesmo tempo obstáculo, o mar foi uma personagem que sempre esteve presente no cotidiano dos moradores da Ilha. Durante

séculos presenciou as transformações urbanas e crescimento e modernização dos hábitos e costumes da população.

Justamente pela convivência íntima com o mar algumas contradições foram apontadas, no viver cotidiano dos moradores da orla nos primeiros tempos. Uma delas dizia respeito à aversão do mar, provavelmente vindo dos mitos dos monstros marinhos, dos perigos da navegação ou da força incontrolável do mar, sem esquecer os odores repugnantes por ele emanados, devido a ser um local de despejo. O caráter histórico da repulsa está também no temor da infecção das praias relacionado aos despejos dos abatedouros, curtumes e cemitérios capazes de devastar a saúde de uma cidade.

A salubridade do litoral é ameaçada já na sociedade do Século XVIII na Europa com o despejo do lixo no mar. Esse costume não se limitou a Europa. Cabral (1979) descreve a respeito da Nossa Senhora do Desterro "(...) praia é lugar de cachorro morto, lixo e lugar onde derramavam as vasilhas com a matéria para tudo se diluir com a maré...". Este costume continuaria segundo Cabral, mesmo nas posturas municipais após 1850: "Anos depois, junto à praia que abicavam as canoas com gêneros alimentícios na Praia do Largo da Matriz, e onde normalmente se fazia feira ainda assim deixavam despejos". Esta atitude ajuda a entender a contradição que a primeira vista aparece: a colocação das casas e outras edificações com o fundo para o mar.

O Código de Posturas da cidade de Desterro de 1888 proibia o lançamento de detritos, mas esta proibição somente valia para dia claro, já que à noite era possível o despejo das "águas servidas". Parece até que se pensava na qualidade da praia!, enquanto, se proibia lançar imundícies, se regulamenta os horários do lançamento delas. Numa população, que segundo o Censo de 1872 tinha 8608 habitantes, não é difícil imaginar o estado das praias ao lado do Largo do Palácio (hoje Praça XV).

Essas contradições do uso impróprio do mar, haja visto que dele se tirava e se tira o sustento de muitas famílias, seja através do porto na época colonial, e hoje, da pesca artesanal e industrial, que acompanham a vida do ilhéu.

O mar era lugar de serviço, pesca, extração e meio de comunicação, já que as estradas eram poucas e intrafegáveis, do mar se vivia, se morria, se chegava e se partia. A cidade de Desterro no século XIX possuía o porto que mantinha ligações marítimas com inúmeros locais nacionais e internacionais.

Toda e qualquer atividade que envolvesse produção, e por conseqüência questões financeiras, era controlada pela coroa portuguesa, e assim foi com a atividade pesqueira, que esteve presente em todo o processo de ocupação do litoral catarinense. Segundo Pereira (2001) a pesca foi um fator importante na territorialização do espaço catarinense tanto na economia de subsistência como de exportação da Capitania.

A indústria da pesca se iniciou quando da implantação da indústria baleeira, que teve um papel de destaque no comércio nacional e internacional. Por volta de 1740 se estabeleceu, na costa catarinense, o primeiro núcleo baleeiro denominado de Armação de Nossa Senhora da Piedade, hoje uma localidade com o mesmo nome, situada no atual município de Governador Celso Ramos. Na ilha se instalaria um núcleo baleeiro em 1772 na Armação da Lagoinha atual Armação.

A convivência com o mar foi aos poucos mudando em função de novas possibilidades que surgiram com os transportes que as novas tecnologias permitiram e a partir da comunicação ilha-continente, através da ponte Hercílio Luz que iniciou uma nova era na cidade de Desterro, com a descoberta da ilha e de suas belezas naturais como pontos atrativos para novos tipos de lazer.

A cidade construída de costas para o mar, agora o procurava como nova fronteira econômica a ser descoberta. Inicia essa transformação com a nova relação com ele, através do banho de mar, a valorização imobiliária dos terrenos de frente para o mar o perto dele e a conseqüente ocupação destes.

Ferreira (1994) nos descreve qual a relação que o cidadão ilhéu tinha com o mar antigamente. Mesmo que se pense que o banho de mar na Ilha de Santa Catarina era tão velho como a chegada dos seus habitantes, a verdade era outra, a pratica do banho de mar não fazia parte da cultura dos mais antigos moradores. Na Europa a prática dos banhos de mar teve raízes no século XVII e se firmou nos séculos seguintes, considerando que tinha uma razão medicinal e terapêutica. Em Florianópolis está prática parece ter se iniciado na década de 30, com a montagem de uma estrutura balneária e quando freqüentar balneários, tornou-se distinção social.

Virgílio Várzea (1997) na sua obra "Santa Catarina: A Ilha", publicada pela primeira vez em 1900, diz que a Praia de Fora foi a primeira estação balnear da capital, tendo algumas casas a beira mar. Sobre a mesma praia, chama a atenção nos jornais de 1932 a que o banho de mar passou a ter primazia na praia, mesmo frente ao remo, esporte de prática mais antiga. Outras iniciativas como a do Sr. Aarão Bonifácio residente a Rua Almirante Lamego (Praia de Fora) com a construção de "quartinhos para troca de roupa", e também a abertura da residência da família Muller na Praia do Muller, pode-se dizer que a infra-estrutura de mar começava a ser montada. Uma estrutura formal surgia no início dos anos 30 quando foi inaugurado o Hotel Balneário Canasvieiras, era freqüentado somente por famílias distintas criando-se um espaço sofisticado para o lazer a beira mar.

No continente, a praia de Coqueiros a partir de 1930 e o balneário da Ponta do Leal, inaugurado em 1937 foram muito procurados, e em 1948 foi inaugurado o Coqueiros

Praia Clube, que promovia muitos eventos ligados ao mar. Todas estas praias eram próximas à cidade sobre as baías norte e sul onde o mar era e, é calmo.

Esta mudança de comportamento, na realidade foi uma mudança de percepção da paisagem em função de novos princípios sócio-culturais e técnicos, foi uma nova apropriação dos recursos que estimulou uma configuração espacial específica.

Hoje a percepção da paisagem e os valores mudaram totalmente, a capital Florianópolis orgulha-se do seu potencial turístico, e todos os anos é invadida por milhares de turistas em busca do banho de mar em suas inúmeras belas praias. Mas, estas belezas estão sob ameaça frente ocupação desordenada que ameaça os ecossistemas e a sua paisagem física e cultural, que são os elementos de atratividade do turismo da Ilha de Santa Catarina.

3.2 - Os núcleos pesqueiros

Os núcleos pesqueiros são localidades situadas à beira mar, onde a atividade principal era a pesca. Tiveram um processo de ocupação bastante espontâneo ao longo do tempo, porque foram crescendo à medida que a atividade pesqueira foi se desenvolvendo, portanto sem uma ordenação aparente, em contraponto às freguesias e a sede da Vila do Desterro que foram planejadas e implantadas por ordem real. Dentre estas localidades são representantes: a Barra da Lagoa, o Pântano do Sul e os Ingleses. Os seus processos de transformação se apresentam de forma diferenciada dependendo de sua localização geográfica, relação com a estrutura urbana como um todo e outras peculiaridades locais.

O declínio da agricultura e da atividade pesqueira, a partir do começo do século XX, foi bastante acelerado, pois o crescimento demográfico foi muito desproporcional entre as áreas urbanas e as rurais. Parece que Florianópolis viveu a tendência mundial do êxodo rural promovido pela produtividade, mas não foi o caso. A produção rural e a pesca diminuíram em função da substituição devido a importação de produtos de outras regiões com mais produtividade e melhor tecnologia o que reduzia o preço não interessando mais a produção interna.

Nesse processo de transformação urbano-turística, na maioria das localidades a estrutura original foi perdendo muitas de suas características originais. Em alguns casos, como nos Ingleses, a ocupação em massa transformou a feição construtiva do local. Em outros casos, como na Armação, a praia tem uso múltiplo onde convivem pescadores e veranistas, e ainda houve uma confluência de interesses com a exploração dos barcos de passeio. Fenômeno similar acontece no Pântano do Sul, onde a atividade pesqueira convive com os turistas que freqüentam restaurantes ali localizados.

Podemos afirmar que a estrutura territorial que se originou no processo de colonização açoriana, no século XVIII, perdurou em suas linhas gerais até aproximadamente a década de 1960. Os elementos fundamentais desta estrutura, que tiveram uma evolução lenta e gradual, são: a vila, as áreas parceladas para uso agrícola e as áreas comunais, sendo hoje estas, as grandes reservas de terra a espera da valorização imobiliária.

A configuração dos núcleos pesqueiros se caracteriza por ter um traçado de forma orgânica, constituída por ruas e caminhos de segmentos curtos, quase sempre terminando na praia, formando um aparente labirinto. Mas esta aparente desordem mostra uma definição quando verificamos a sua ligação aos caminhos principais de conexão urbana que os articulam ao conjunto da Ilha.

Os caminhos principais de chegada, tendo uma continuidade muito maior, passam a concentrar os fluxos de pedestres, bem como as atividades de comércio e serviços existentes. A partir deles nascem vias de caráter mais local. A diferença destas vias internas é que geram espaços de controle local onde circulam quase unicamente os seus moradores.

3.3 – Ingleses do Rio Vermelho

A Praia dos Ingleses localiza-se na costa norte da Ilha de Santa Catarina, a aproximadamente 25 km do centro da cidade, chegando-se lá através da SC 401, sentido norte, até o trevo de Canasvieiras e posteriormente, pela SC 403 até a localidade. Esta via duplicada na parte do seu trajeto até o trevo de Jurerê, freqüentemente, sobretudo nos horários de pico, apresenta grandes filas dificultando a vida dos seus moradores e usuários, agravando-se no verão com a chegada dos turistas.

A área do distrito se estende sobre ampla planície de 20,47 km². Seus limites são bem destacados por eventos geográficos, representados por morros e cordões de dunas. Consideram-se limites, o divisor de águas do morro do Mauricio (SC 406), dos Canudos até a ponta da Feiticeira que faz divisão com a Ponta das Canas, ao oeste, e no extremo norte com a Praia Brava. Segue até o morro do Tabuleiro que faz divisa com São João do Rio Vermelho, passando por este, atravessa as terras do Sítio de Capivari, cortando de forma transversal o cordão de dunas que vai da Praia Grande ao Centrinho e finalmente alcança o morro das Aranhas (do Santinho) seguindo ainda pela sua cumeeira até alcançar o costão do lado sudeste. A altura média da planície onde se desenvolve o seu território é de 1,84m acima do nível do mar.

Segundo Várzea (1997) “o arraial dos Ingleses compreende a praia e ponta do mesmo nome: a ponta, que termina num cabeço de 190m de altura, é a mais oriental da Ilha e serve, como o Arvoredo, de ponto de reconhecimento às embarcações que navegando ao

leste, demandam a barra norte; a praia, de cerca da milha e meia, confina a oeste-noroeste com o Rapa”.

O mar local não apresenta boas condições para navegação de pequeno porte. A praia, propriamente dita, apresenta-se na parte mais sul, onde o mar é mais calmo e por causa disto sempre concentrou a maior parte das atividades da pesca. O mar calmo permite a saída das embarcações pequenas como canoas, e baleeiras. É ali que ocorrem os maiores lances de pesca da tainha e outros cardumes em busca de águas calmas.

3.3.1 Sítio físico

O ambiente natural dos Ingleses do Rio Vermelho proporciona uma grande diversidade de habitats: floresta de encostas, matas de planície, matas de restinga, campos de dunas e mangues (Mapa 1 da Figura 21).

A praia se abre na orientação leste-noroeste com uma extensão aproximada de 5 km.

Da descrição de Virgílio Várzea do começo do século XX (1991), alguns nomes de eventos naturais mudaram, mas, os limites são os mesmos: a praia é delimitada nas suas extremidades, ao Sudeste pelo Morro dos Ingleses, com 190 m de altura, sendo o ponto mais leste do Estado, e ao noroeste pelo Morro da Feiticeira com 206m de altura.

Localizada na porção norte da ilha, o processo de consolidação do seu território faz parte da formação geológica da ilha como um todo. A formação de sua planície, através da ligação natural de várias ilhas, pode ser percebida hoje, vendo os morros dos Ingleses e das Aranhas, mais ao norte, e, na parte leste, o maciço norte central da Ilha (morro do Mauricio e ponta da Feiticeira). Assim formaram essa imensa planície composta por dunas e restingas onde hoje estão assentadas aproximadamente, 30.000 habitantes (Zeferino, 2008 p. 69).

A praia dos Ingleses é privilegiada pela qualidade de suas águas, mas também pelo visual muito particular e exuberante promovido pelos conjuntos de ilhas que se situam perto da costa. Nos extremos avançados da praia estão as ilhas dos Moleques do Norte e a ilhota do Badejo. Pouco mais ao nordeste frente ao morro das Aranhas com 220 m de altura encontram-se as ilhas das Aranhas que se conformam por duas ilhas e quatro rochedos áridos, cobertos por vegetação, onde o maior deles possui um morro central com uns 90m de altura.

A localidade apresenta o clima predominante da Ilha de Santa Catarina, que segundo Köppen (1948) apresenta estações determinadas conforme o tipo de clima mesotérmico úmido, com chuvas uniformemente distribuídas durante todo o ano.

A situação geográfica da localidade na Ilha e os ecossistemas que ali coexistem conformam o ambiente natural dos Ingleses, criando um microclima específico local. Os ventos são os que mais atuam para determinar as condicionantes locais. Os predominantes na localidade são os do quadrante Norte, que são mais freqüentes no verão. Os ventos do quadrante Sul são mais freqüentes no inverno, mas, não atingem diretamente a praia, devido à proteção natural do Morro das Aranhas.

Por ser uma praia de mar aberto, no sentido nordeste, recebe o impacto dos ventos do mesmo quadrante, que são os mais freqüentes ao longo do ano. A praia dos Ingleses assim como outras localidades da Ilha de Santa Catarina e do litoral Sul é castigada eventualmente pelo fenômeno chamado de “lestada” (tempestade), que acontece quando uma frente polar se desloca para o leste e os fluxos dos ventos tomam a mesma direção, estes vem acompanhados de alta umidade, nebulosidade baixa e precipitações leves e contínuas. Por outro lado, os ventos provenientes do quadrante sul, não atingem o local que é protegido naturalmente pelo Morro dos Ingleses.

Devido à presença dos morros que a circundam, algumas manifestações de tempo diferentes acontecem, como a neblina no inverno, que corre a partir do morro dos Ingleses em sentido longitudinal norte/sul, encobrindo boa parte do lugar e dificultando, inclusive, a pesca.

As tempestades de areia, que são provocadas pelo vento sul, promovem soterramentos de ranchos e abrigos de pesca, no canto sul da praia, onde o campo de dunas se encontra com o mar. Em outras áreas as dunas danificam algumas residências construídas de forma irregular nestas áreas, com soterramentos parciais.

A rede hidrográfica local está formada por dois rios de pequeno porte que compõem um mesmo sistema: é o Rio dos Ingleses e o Arroio Capivari. Ambos os rios se localizam mais ao norte da praia e o Arroio Capivari (ou Macemira) é o mais expressivo, nascendo ao sopé do morro do Mauricio, na parte sudeste. Corre pela planície, indo desaguar na parte noroeste da praia dos Ingleses, tendo sua parte do curso superior tubulada. Sofre um intenso processo de degradação, com a recepção constante de esgotos domésticos lançados diariamente pela ocupação em andamento. Um dos causadores desta situação é o desrespeito a Resolução CONAMA N°302 de 2002 e com o Plano Diretor dos Balneários de 1985, que prevê uma faixa de preservação de 30m, com ocupações irregulares. O rio dos Ingleses tem suas nascentes no campo de dunas do lado leste da praia do Sítio do Capivari, mas corre no sentido norte, cruza a SC 403 e desemboca no Rio Capivari. Encontra-se numa parte tubulado, também, desembocando no arroio Capivari perto da sua foz, mais ao norte da praia. Em menor proporção, o ambiente dos manguezais está presente na região,

localizado na desembocadura do Arroio Capivari. Este ambiente natural também se encontra muito atingido devido a concentração de efluentes domésticos.

Existem vários córregos menores que cobrem o território, mas a maioria deles estão tubulados, como o da Rua das Bananeiras, o do centrinho e o da Rua do Siri. Outros pequenos riachos, alguns transitórios junto aos costões e, outros fixos, junto ao Morro das Aranhas, desembocando do lado da praia do Santinho.

Lagoas de pequeno porte, normalmente temporárias, aparecem em períodos de muita chuva nas áreas entre as dunas, sendo a do Jacaré, entre a comunidade das Aranhas e a praia do Santinho, de regime perene onde se origina o rio das Aranhas, que desemboca na parte sul da praia do Santinho.

Deve ser ressaltada a existência do Sistema Aquífero Sedimentar Freático dos Ingleses, importante reservatório subterrâneo que abrange toda a área do Distrito, estendendo-se até a Praia de Moçambique. Este sistema natural tem grande importância para o abastecimento de água potável para a população dos Ingleses. Mas, a atenção sobre este bem natural tem que ser redobrada, por causa de duas situações que estão em andamento que comprometem a sua capacidade e possivelmente a sua qualidade.

Um desses problemas é a ocupação desordenada, com a malha urbana promovendo a impermeabilização do solo, impossibilitando a infiltração da água da chuva, necessária para reposição do manancial. Outro problema referido à ocupação intensa é a quantidade de ponteiros existentes. Na maioria das residências, situação que se agrava na época de veraneio, comprometendo o fornecimento de água por parte da CASAN que se utiliza deste manancial para a distribuição de água na localidade.

Outra situação polêmica nos Ingleses é a construção do campo de golfe que acabou criando uma polêmica pública mesmo sendo um empreendimento particular por estar localizado por sobre parte do aquífero. Existem pareceres de ambientalistas colocando a ação negativa dos tratamentos químicos para manutenção da grama, que podem vir a comprometer a qualidade do manancial vindo a atentar contra a saúde pública.

Apesar de todas as discussões em âmbito público, ambas as situações continuam em andamento e provavelmente com aval jurídico, porque o campo de golfe está em fase de conclusão e a ocupação cresce a cada dia, sem aparentes providências públicas.

A Mata Atlântica ou Floresta Ombrófila Densa, mesmo que modificada na sua estrutura, estende-se pelas encostas dos morros circundantes, abraçando o sítio de uma forma quase circular, lhe dando “aconchego” segundo Zeferino (2008, p. 19). Hoje é possível admirá-los vendo as suas encostas em franco estado de recuperação da mata original. Caracteriza-se pelos diversos estratos vegetais, elevada densidade e

heterogeneidade de vegetais e animais. A fauna é extremamente rica e podem ser encontrados numerosos mamíferos, aves e répteis.

A planície se apresenta com uma variedade de ecossistemas: dunas, restingas e lagoas intermitentes com vegetação típica, praia, rios e córregos, e na foz, vegetação de mangue. O solo das planícies, de tipo arenoso quartzoso, era responsável pela maior produção agrícola do lugar. A fauna nativa teve uma diminuição generalizada com a urbanização, se recolheu às encostas dos morros onde existem hoje as áreas de APP.

A vegetação típica está presente na área de restinga, que acompanha o sistema dunar tanto sobre o cordão da praia como no sistema interno e sobre a planície. Deste sistema pouco resta, porque estas áreas estão praticamente ocupadas ou em processo de ocupação. Mas no sistema de dunas Moçambique-Ingleses pode se ver esta vegetação característica em boa parte de sua extensão.

Na ilha de Santa Catarina existem dois campos de dunas que representam depósitos eólicos: chamado das Aranhas, localizado entre a Praia de Moçambique e Ingleses, e os da Joaquina mais ao sul no setor central da Ilha. No ecossistema local existe outro campo de dunas um pouco menor que se desenvolve no mesmo sentido que o das Aranhas, localizado ao sul da praia do Santinho até o sudeste dos Ingleses. O primeiro está localizado no setor sudeste, mais perto da ocupação original dos primeiros pescadores ou Companhia, que está disposto no sentido norte-sul

Na Praia dos Ingleses a ocorrência das dunas se dá também ao longo da praia. Mas a urbanização atingiu totalmente este ecossistema, e hoje pouco resta destas dunas sobre a praia, apenas pequenos cordões mais ao norte em local de ocupação mais recente. A parte sul da praia atingida por várias ressacas do mar acabaram reduzindo a quase nada a largura da faixa de areia, prejudicando também as edificações ali construídas.

3.3.2 Processo histórico de ocupação

O sítio original da vila estava junto à duna do sistema Moçambique–Ingleses, à beira mar, o local tinha o nome de Companhas ou Campanhas (Figura 8) segundo Zeferino (2008), possivelmente derivado de um termo português proeragem ou companhas, camaradagem, ambos os termos são utilizados até hoje (Mapa 2 da Figura 21).

Crispim Mira já em 1920 se expressava assim sobre os Ingleses: “(...) Admirável estação balnear há de ser a que um dia, for aí construída”. O texto do autor já delineava o futuro do lugar, somente foi acontecer no fim do Século XX.

A região dos Ingleses se desenvolveu a partir do Distrito do Rio Vermelho, sendo esta a comunidade mais próxima. Sua localização serviu no início como posto de reconhecimento de embarcações que chegavam pelo lado norte da Ilha.

Era uma vila de pescadores-agricultores, que se dedicavam a maior do tempo à agricultura, mas, nos tempos de safra (tainha e enchova, etc), trabalhavam também, na pesca.



Figura 8 - Núcleo pesqueiro dos Ingleses do Rio Vermelho na década de 1960. Verifica-se a sua implantação na parte sul da praia e encostada na grande duna, beirando as duas vias de comunicação. Percebe-se ao longe no sentido das Aranhas (Santinho) o parcelamento perpendicular as vias com pequena largura e grandes comprimentos. Pode-se observar também a extensa largura da areia da praia (parte sul), ainda não modificada pela ação do mar em consequência da ocupação antrópica. Fonte: Acervo da Casa da Memória – Florianópolis

No começo de século os Ingleses era uma localidade bem movimentada, possuindo um núcleo com uma população de origem açoriana, que se agrupava em torno de uma pequena capela consagrada a Nossa Senhora dos Navegantes, construída em 1881 por um agricultor abastado da época. A antiga capela foi demolida na década de 1960 como na maioria das localidades da ilha, com o objetivo de modernização da igreja e para dar lugar a um templo maior devido ao aumento da população Mas, a festa do padroeiro, que atraía uma multidão de romeiros e devotos vindos da circunvizinhança, continua se realizando anualmente.

O nome, segundo Virgílio Várzea (1985), pode provir de um naufrágio de uma barca de nacionalidade inglesa que varou perto da costa numa “lestada”, em fins de século XIX, e encalhara perto de uma ilha, salvando-se toda a companhia da qual, alguns homens ficaram no lugar, constituindo família e dedicando-se a pesca e aos serviços rurais.

A localidade ficou em estado de dormência até praticamente os anos 70 do século XX. Segundo Zeferino (2008), isto aconteceu devido ao isolamento e falta de comunicação e de investimentos públicos. A infra-estrutura viária era muito precária. Para a sede do município, estrada não existia, o acesso acontecia somente através de caminhos a pé, a cavalo ou carroça. Também se ia até Ratoles onde, depois se podia ir de barco por via

fluvial e depois por mar até o centro da cidade. Nos anos 50 o transporte motorizado particular resumia-se a dois caminhões na localidade e não existia transporte público. Nos anos 60 é que outros veículos foram adquiridos por comerciantes locais. Muito lentamente algumas melhorias viárias foram realizadas, promovendo a ocupação nas bordas dos caminhos e dando lugar à implantação de pequenos comércios e algumas residências.

Na agricultura o que se destacava era o plantio de mandioca, sendo os engenhos de farinha dominantes na paisagem local. Existiam dezenas deles, sendo o centro da composição espacial do lugar. Segundo o Sr. Doca, existiam 42 engenhos ao todo (Zeferino, 2008), mas talvez ele esteja aquém do número real, porque já não mais se lembrava de todos. Estes desapareceram nos anos 60 e 70, desativados em geral em função da venda de terras para a gente de fora. Os engenhos de açúcar que existiam resistiram menos que os de farinha desapareceram totalmente pelos anos 60.

Os últimos vestígios de agricultura terminaram pelos anos 80, nada restando hoje dessa prática, porque todas as terras foram parceladas e transformadas em loteamentos e condomínios. Outro elemento que restringiu a prática da agricultura foram as novas normas ambientais aplicadas sobre os ecossistemas existentes.

Com o desenvolvimento da indústria da pesca três “salgas” (armazém de comercialização e estoque de mercadorias) de maior porte e outras menores existiram nos Ingleses, mas que desapareceram completamente nos anos 70. Pelas observações de fotografias da época o autor concluiu que esta atividade cresceu sobremaneira entre os anos 50 a 70, declinando significativamente até chegar a situação atual onde os pescadores artesanais encontram-se agrupados no canto sul da praia. Esta atividade da pesca era um trabalho sazonal em função das safras da tainha, enchovas, camarão e sardinha.

Aos poucos, as outras atividades econômicas praticadas pelos moradores nativos como a agricultura e a pecuária foram deixadas de lado na mesma década, mas a população não migra para muito longe do seu local original, começa a ocupar os terrenos das plantações e inicia os serviços de atendimento à nova economia do turismo.

A pesca em sua forma tradicional parece ter seus dias contados, já que várias práticas foram abandonadas, a canoa de “uma tora só” continua resistindo, mas a proibição de corte dos garapuvus dificulta a sua continuidade. A figura do pescador não aparece mais como atrativa para os jovens que vão a procura de novas oportunidades na cidade.

A localidade parece ter estado dormente durante décadas, pois chegou à metade do século XX com a população estagnada e semi-isolada do resto da ilha. Na década de 50 foi criado o Distrito de Ingleses do Rio Vermelho, mesmo assim, a distribuição da população era bastante esparsa e, segundo CECCA (1996), o que da uma noção do pequeno número de habitantes, era que em 1954 conforme o FIBGE contava com 284 residentes, sendo que

o município de Florianópolis contava naquela época com uma população de 48.624 habitantes. Mas, logo no início da década de 60 já havia no local, 2.994 habitantes.

O lento crescimento, segundo o IBGE, se manteve até 1980, e o censo desse ano mostrou que nessa década a população iniciou um aumento significativo de 32,08% chegando a 2.695 habitantes, tendo um crescimento populacional surpreendente nas décadas de 1980 a 1990 onde a taxa anual atingiu o valor de 7,32%. No mesmo censo a localidade apresentava 689 residências permanentes e 171 de uso ocasional. E, é a partir desta década que a taxa de crescimento de número de residências foi muito grande, chegando a um total de 4.362 domicílios, sendo 47 % de uso ocasional, uma percentagem grande que indica a sazonalidade do uso residencial.

Nos anos 70 foram realizadas melhorias na infraestrutura como: pavimentação da SC-401 até o trevo de Canasvieiras e a SC 403, energia, comunicação e educação com a instalação de uma escola de 1º grau completo, somados as suas características naturais criaram as condições para um aumento populacional. Nesta década é que o Distrito se transforma em balneário com a instalação e inúmeras casas de veraneio segundo Tânia Machri Ferreira (1999).

Mesmo que a atividade turística seja o maior fator de ocupação dos Ingleses, se verificou um aumento progressivo da procura da localidade para fixar residência (IPIUF, 1998). Esta quebra na sazonalidade permitiu o surgimento de comércio e serviços de caráter permanente.

A entrada do turismo trouxe modificações profundas, tanto na população local como no ambiente natural, sendo a principal transformação o fato de a terra deixar de ter valor de uso para ter valor imobiliário ou de troca. Em termos espaciais, na configuração geral do território do Distrito dos Ingleses do Rio Vermelho, verificam-se permanências que identificam o lugar e estão presentes no parcelamento original da terra, nas estradas coloniais na base do morro, nos caminhos sobre a planície e na conformação morfológica da vila. Estas permanências continuam em maior ou menor medida, presentes na localidade, apesar das enormes transformações colocadas pelo presente. Daí a importância de aprofundarmos a estrutura colonial apresentada pela localidade dos Ingleses até o início do desenvolvimento urbano-turístico na década de 1960. Esta estrutura se reflete no desenho das vias, na configuração das ocupações agrícolas lineares e dos campos comunais, como apresentado na seqüência:

a) A vila

O sítio original da vila esta ligada à implantação da pequena capela de 1881, no local de Companhas no canto sul da praia.

A estrutura da vila, muito simples, decorria de uma ocupação e crescimento a partir do caminho geral do Rio Vermelho que passava pela vila e ia até as Aranhas, que também a ligava ao resto do território insular. Tinha como característica a espontaneidade do traçado orgânico, o mar, era o elemento articulador da malha viária que a ele chegava.

Sobre este caminho principal de chegada instalaram-se a Igreja e o Salão Paroquial, sendo a praça original a própria praia, onde se estendia o local de festas, encontro de toda a comunidade. O caminho era de forma sinuosa, costurando o parcelamento, onde surgiam vielas muitas estreitas, que comunicavam os terrenos dos moradores entre si. Posteriormente outros equipamentos de comércio e serviços se instalaram sobre este caminho.

A disposição das edificações era de proximidade, ocupando um lote que, também tinha um traçado perpendicular à rua. A moradia independente para os filhos era construída no mesmo lote paterno, subdividindo-o o que configura já um adensamento progressivo. Esta prática originariamente familiar continuou a ser praticada com o desenvolvimento do turismo, com a subdivisão dos lotes para venda para uso de veraneio inicialmente, e posteriormente para novos moradores.

A vila original, cercada pela duna e pelo mar, e com uma ocupação bastante rarefeita, com uma ou duas casas por lote, permitia uma visualização e participação da paisagem do entorno imediato. Na chegada à vila, pequenas e modestas residências se apresentavam. Algumas eram cobertas de sapé, mas a telha de calha estava na maioria das construções, e também nos ranchos das canoas. Telhas “francesas” eram consideradas de luxo. Mesmo com paredes externas de alvenaria, as divisórias internas muitas vezes eram de madeira, e a maioria não tinha forro. Portas e janelas eram de madeira maciça, posteriormente, algumas tiveram melhorias colocando vidros e venezianas. Não existiam banheiros até os anos 70.

Podemos colocar que a partir da descoberta turística, a localidade dos Ingleses manteve por pouco tempo essa característica de vila porque o seu sítio espremido entre o caminho principal, o mar e as dunas, teve um crescimento longitudinal por sobre os caminhos que percorriam as planícies facilitadoras da ocupação, levando a perda de limites.

b) Ocupação linear.

Estava representada pelas estradas de chegada do Rio Vermelho e pelo morro do Mauricio. Unindo os dois caminhos, acompanhava à linha da praia, margeando as dunas. Estes caminhos mantêm até hoje a sua feição colonial e rural: estreitos e sinuosos. A ocupação era rural, representada por poucos moradores localizados nas suas sedes das pequenas chácaras, sobre a planície ou na lateral da encosta. Os lotes, ainda do

parcelamento original, eram de estreita testada sobre os caminhos e grande comprimento em direção à duna ou ao morro.

A construção das sedes das propriedades agrícolas e a prática da agricultura utilizando as encostas foram responsáveis pela devastação da vegetação original (Mata Atlântica) até década de 1950. A plantação de mandioca, para a produção de farinha foi cultivado nas áreas de solo arenoso, como se pode verificar nas localidades onde houve maior produção de farinha de mandioca da Ilha, como no Rio Vermelho com boa parte de seu território ocupado originalmente por restingas.

c) Campos comunais

Áreas de restingas e planícies foram ocupadas e utilizadas como áreas comunais para diversos usos: alguns cultivos, extrativismo de madeira e lenha, outros produtos naturais, criação de gado (invernada) nas várias comunidades da Ilha. Consideravam-se terras comunais tanto os campos sobre as áreas de restinga quanto às encostas dos morros. Nestes, além da agricultura a mata era utilizada tanto para o corte de lenha para consumo, extração de madeira para as canoas ou para as edificações.

3.3.3 Configuração urbano-turística

O turismo que se desenvolveu em todas as localidades da ilha, a partir da década de 1970, vem causando grandes transformações locais, fazendo com que a tradicional e pacata vila de pescadores dos Ingleses praticamente desaparecesse frente às transformações ocorridas.

Este crescimento, no final da década de 1980 e início da de 1990, chegou ao auge, com a chegada em massa de turistas estrangeiros, sobretudo argentinos, uruguaios e paraguaios, que fizeram dos Ingleses a sua praia preferida depois de Canasvieiras.

No início os moradores nativos aceitaram as transformações porque as suas terras supervalorizaram de uma hora para a outra. Isto promoveu deslocamentos internos de muitos proprietários e, sobretudo os donos de áreas próximas à praia ou à estrada principal que venderam suas terras. Buscaram novas opções de moradia e produção em locais mais distantes como o Sítio do Capivari e Praia do Santinho. Estes deslocamentos de população promoveram uma expansão exponencial das áreas urbanizadas e em processo de mudança para ocupação.

Toda esta ocupação se deu de forma desordenada, sem planejamento, afetando diretamente os recursos naturais, que eram teoricamente e biologicamente fortes limites a essa ocupação. Nem a existência do Plano Diretor dos Balneários, ou de leis federais de

preservação ambiental, foram aplicadas, ocorrendo uma “concordância” de ações por parte do poder público. Há vários exemplos destas situações irregulares como:

- A ocupação sobre os 33 m de preamar ao longo da orla da praia, comprometendo os ecossistemas litorâneos com as edificações ali construídas. Estas por sua vez sofrem constantemente o perigo do avanço do mar, atingidas por ressacas comuns em certas épocas do ano (Figura 9 e 10);
- Poluição da praia comprometendo a sua balneabilidade devido ao despejo de esgotos domésticos ligado à rede pluvial, como é caso da parte do extremo sul da praia onde a densa ocupação está levando à eutrofização da praia, com proliferação de algas sobre as areias;
- Poluição da rede fluvial local, com o despejo de lixo doméstico e esgotos nos seus cursos (Figura 11);
- Construções sobre os 30 m de APP nas margens do Arroio Capivari;
- Dunas ocupadas com construções irregulares;
- Banhados aterrados, vegetação de restinga da orla devastada.



Figura 9 - Ocupação da faixa de preamar no local da antiga Campanha (núcleo original), o mar ameaçando as edificações, ao fundo o Morro dos Ingleses, canto sul da praia. Nov/2008.

Percebe-se aqui que os interesses financeiros levaram este ambiente com grande diversidade natural, a uma situação de prejuízo gravíssimo para a comunidade e o meio ambiente.



Figura 10 - Parte sul da praia ao lado da grande duna chegando ao mar, perto do Morro dos Ingleses. Nov/2008



Figura 11 - Rio dos Ingleses dentro da área urbana do balneário. Nov/2008.



Figura 12 - Passagem para a praia na lateral de um edifício multifamiliar nos 30m de APP do Arroio Capivari - Ingleses Nov/2008

A comunidade perdeu qualidade da paisagem natural e construída; liberdade de acesso aos bens públicos (praia, morros, dunas) com novos cercamentos, apropriações e construções (Figura 12); também, possíveis complicações de saúde, com a contaminação dos rios, do esgoto pluvial e por consequência da água do mar, que recebe estes detritos como depósito final, comprometendo o próprio motivo de toda movimentação do turismo.

Por outro lado esse processo acelerado e crescente exigiu do Poder Público uma constante atualização de infraestrutura, que em nenhum momento conseguiu resolver, porque sempre correu atrás das novas necessidades criadas. por esse processo urbano-turístico desenfreado.

A Praia dos Ingleses aparentemente se mostra como representando um tipo de acerto entre capital imobiliário e Estado, mas que mostra um processo de acumulação, que implica em valorização da terra e exclusão social. Verifica-se a promoção do desvirtuamento da identidade espacial e cultural local acabando com as atividades de subsistência como a pesca, atividade econômica origem da localidade, a agricultura e pecuária. Estas atividades perderam a razão de ser em função da mudança profunda no perfil dos novos usuários do Balneário.

A população local, que antes se constituía basicamente de descendentes dos primeiros açorianos, começou, a partir dos anos 80, a receber um incremento de migrantes que hoje representa a parcela mais significativa numericamente, sobre a população local.

Estes migrantes têm várias origens: outros estados como Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo em número expressivo e do interior de Santa Catarina.

Zeferino (2008) coloca que hoje se torna difícil reconhecer os ambientes onde viveu na infância, porque ocorreu uma despersonalização das relações sociais como conseqüência natural das transformações em andamento.

A população local sofreu, além das mudanças numéricas e de origem, também nas suas atividades econômicas. Passou, de ser uma comunidade predominantemente pescadora e agrícola, para uma população voltada para a prestação de serviços, sendo que esta transformação aconteceu num período de tempo muito curto. Conforme o FIBGE, a população rural dos Ingleses em 1970 era de 12.072 habitantes e, urbana de 661 habitantes, e, em 2000, a parcela rural estava com 639 habitantes e a urbana com 15.875 habitantes. Pelo número inexpressivo de população rural sobre a urbana nota-se a mudança de perfil de atividade econômica que com o decorrer dos anos deve ter reduzido ainda mais.

Outro aspecto muito importante a ser analisado é sobre a disposição espacial da população frente a estas mudanças. Nos anos de 1970 esta se concentrava nas Companhas, e ao longo das estradas de Aranhas, Araçá, Sítio de Capivari e ao longo da estrada de acesso da sede (hoje SC 403), e a linha paralela à praia (onde hoje está o centrinho), pois o restante da praia, o norte, era deserto e as planícies eram agrícolas. Na configuração atual, o sítio do Capivari é o que concentra a maior parte da população fixa, tendo a população se espalhado por todas as áreas disponíveis (Figura 13 e 14). A área no sentido norte da praia, hoje Rua das Gaivotas, está irreconhecível, as áreas das planícies limitadas pela praia e o morro da Feiticeira, todas ocupadas e também, as que antigamente pertenciam ao caminho para os Canudos.



Figura 13 - Ocupação urbano-turística adensada no bairro Sítio do Capivari de Baixo em primeiro plano. Ao fundo vê-se o morro da Feiticeira, limite norte da praia e o mar. Out/2008.



Figura 14 - Ocupação urbano-turística adensada no bairro Sítio do Capivari de Baixo em primeiro plano. Ao fundo vê-se o morro dos Ingleses, limite sul da praia. Nov/2008.

O salto maior foi nos anos seguintes, em 2000 a população sobe para 16.000 habitantes exigindo mais espaço para seu assentamento e se consolida uma ocupação e organização espacial e funcional com grandes problemas. Empreendimentos turísticos, como hotéis, pousadas, novas residências, edifícios, colégios, comércio e serviços se instalam para atender a nova realidade.

A rede viária encontra-se consolidada, pouco restando para novas implantações. As áreas de floresta, nos morros, estão em franca recuperação livres do desmatamento para uso agrícola, mas as dunas e restingas estão pressionadas pela ocupação humana, que avança com áreas residenciais. Os rios e córregos muito modificados (Figura 15 e 16) estão quase todos canalizados e tubulados, e a lagoa do Jacaré praticamente desaparecida por causa do entorno de ocupação antrópica.



Figura 15 - Foz do Arrio do Capivari, canalizado na maior parte do seu curso. Destaca-se vegetação de mangue nas suas margens. Nov/2008.



Figura 16 - Foz do Arrio do Capivari. Nov/2008.

A praia “de baixo” ou trecho sul, com o avanço do mar nos anos de 1970 e 1980 e conseqüente desaparecimento da areia da praia não permite a permanência na praia dificultando o seu uso nesta parte. Isto apresenta serio dano ambiental e de segurança porque as casas sobre a praia estão sempre ameaçadas com ressacas.

Outro problema premente é a implantação e funcionamento do sistema de tratamento de esgoto sanitário. O esgoto com tratamentos locais que tem tido grande contribuição à poluição das águas do mar e dos rios. Nos meses de verão o problema se agrava com a demanda dos veranistas e dos trabalhadores que chegam para atender essa demanda turística.

Muitos novos agentes estão envolvidos na administração do lugar, políticos, empresários, estudiosos e pesquisadores, visitantes, forças múltiplas, mesmo assim o que se observa é a ação de um crescimento sem limites, sem medir as possíveis conseqüências. Vários projetos estão em andamento. Segundo Zeferino (2008), o sistema de esgoto, o campo de golfe, investimentos públicos e privados, numa nova parceria, mas o resultado esperado precisa ser discutido porque vários destes projetos são polêmicos.

O PDP em andamento pretende através de a participação popular acertar em suas futuras ações. Ações estas, que deverão ser permanentes e comprometidas para enfrentar os problemas ambientais, de organização espacial e de natureza social. Assim os diversos setores devem promover ações conjuntas que levem a um bom êxito as mesmas em beneficio de toda a sociedade. As novas gerações formam o alicerce social e técnico, base principal para este grande desafio.

Apesar de todas as modificações, alguns pontos conservam permanências bastante difíceis de serem detectadas, e, que podem ainda dar testemunho do passado, e, se tomadas algumas medidas, ainda caracterizar a localidade dos Ingleses.

a) A vila

Iniciou-se no encontro da Rua João Becker com a Rua Osnildo Lemos, em direção ao mar e as características originais da ocupação praticamente desapareceram, frente à ocupação atual. A sua identificação se apresenta apenas, quando descoberta, pela presença da nova igreja, de difícil percepção, construída no mesmo local que a antiga. A igreja e seu entorno é o único local que apresenta uma permanência da morfologia da ocupação da vila original (Mapa 2 da figura nº. 21). As vielas sinuosas e estreitas ainda existentes, que derivam a partir dela, no sentido da duna; o adensamento das edificações e a locação das residências, de forma assimétrica, em pequeníssimos lotes incrustados entre a viela e a duna, mostram ainda a estrutura original que ali permaneceu consolidada no tempo como um registro do passado (Figura 17).



Figura 17 - Viala do núcleo original, ao fundo a grande duna, limite físico da ocupação.
Dezembro/2008

A capela, localizada de forma central, era o símbolo humano protegido pelo poder divino frente à imensa força dos eventos físico-geográficos existentes. Cada localidade teve uma forma de interpretar as condições locais para a implantação de sua igreja (elemento de congregação da comunidade), o que teve resultados diferenciados para cada caso. Nos Ingleses, assim como na Barra da Lagoa, a igreja foi locada de frente para o mar provavelmente para aproveitar o espaço que a praia lhes oferecia para estender a área dos cultos, de forma a alocar mais pessoas. A própria comunidade da igreja, não percebendo o valor importantíssimo da ligação com o mar, construiu uma edificação comercial na sua

frente, a poucos metros, fechando a sua relação com o mar, ligação fundamental de sua antiga implantação (Figura 18). Apesar desta triste circunstância, a necessidade de encontro está presente, assim foi deixado um pequeno pátio em seu redor, que na verdade é a entrada para a viela interna, que substitui a praia dos tempos antigos.

A ligação estreita com o mar é um elemento de identidade que marcou a fundação da localidade. Hoje, a perda dessa ligação representa a importância adquirida pelo turismo e pela especulação, em detrimento dos aspectos culturais que estão embutidos no espaço em torno da igreja, onde tantas manifestações culturais, religiosas e políticas aconteceram.



Figura 18 – Igreja de Nossa Senhora dos Navegantes – Ingleses. Destaca-se a implantação de edificação comercial no espaço frontal de antigo domínio da igreja. Nov/2008.

b) Ocupação linear

Como já foi apontado, a localidade teve a sua ocupação, primeiramente através do núcleo original, e aos poucos, habitações e pequenos equipamentos comerciais foram surgindo, de forma linear, ao longo dos caminhos principais que comunicavam o núcleo original com as localidades vizinhas Canasvieiras e Ponta das Canas ao oeste e a Freguesia do Rio Vermelho a sudeste, situação que ainda é uma permanência local (Figura 19).

A partir dos principais caminhos foram surgindo vielas e becos secundários abertos sobre a planície.

Nos locais onde antes existiam pequenas casas de antigos moradores, surgiram empreendimentos imobiliários como hotéis, pousadas, resorts e conjuntos residenciais tentando atrair turistas e hoje, novos moradores, que procuram as praias não somente para lazer, como também para moradia definitiva. Juntamente com este crescimento imobiliário, as antigas “vendas” (comércios de secos e molhados), localizadas ao longo dos caminhos, foram sendo substituídas por novos equipamentos comerciais como supermercados, restaurantes, shopping centers e outros serviços de maior porte, de forma a servir ao grande número de novos moradores e turistas recém chegados. Este fato mostra um acelerado processo de ocupação, com um altíssimo adensamento construtivo, em poucas décadas, e por conseqüência um aumento significativo da população, cuja composição sofreu grandes modificações estruturais, tanto sociais como culturais.



Figura 19 – Configuração de ocupação linear, após o local da vila original, sobre o antigo caminho das Aranhas (Santinho), hoje Rua Osnildo Lemos. Nov/2008

O arruamento implantado no distrito, sem plano prévio, resultou numa malha de padrão urbanístico orgânico, em forma de espinha de peixe com quarteirões multiplicados por causa de sua pequeníssima largura, que tem gerado um significativo passivo para futuros investimentos em organização física e em manutenção da infraestrutura (Mapa 1 da Figura 22). A rede viária principal, sobre os antigos caminhos originais, necessita urgente atenção das autoridades. Encontra-se estrangulada principalmente no trecho de Aranhas até o Centrinho, quando no verão, longas filas se formam, demandando muita paciência aos moradores e turistas.

As outras implantações, conforme o desenho 1 da Figura 22, seguem o padrão em espinha de peixe. Os caminhos originais são os únicos elementos que concentram as

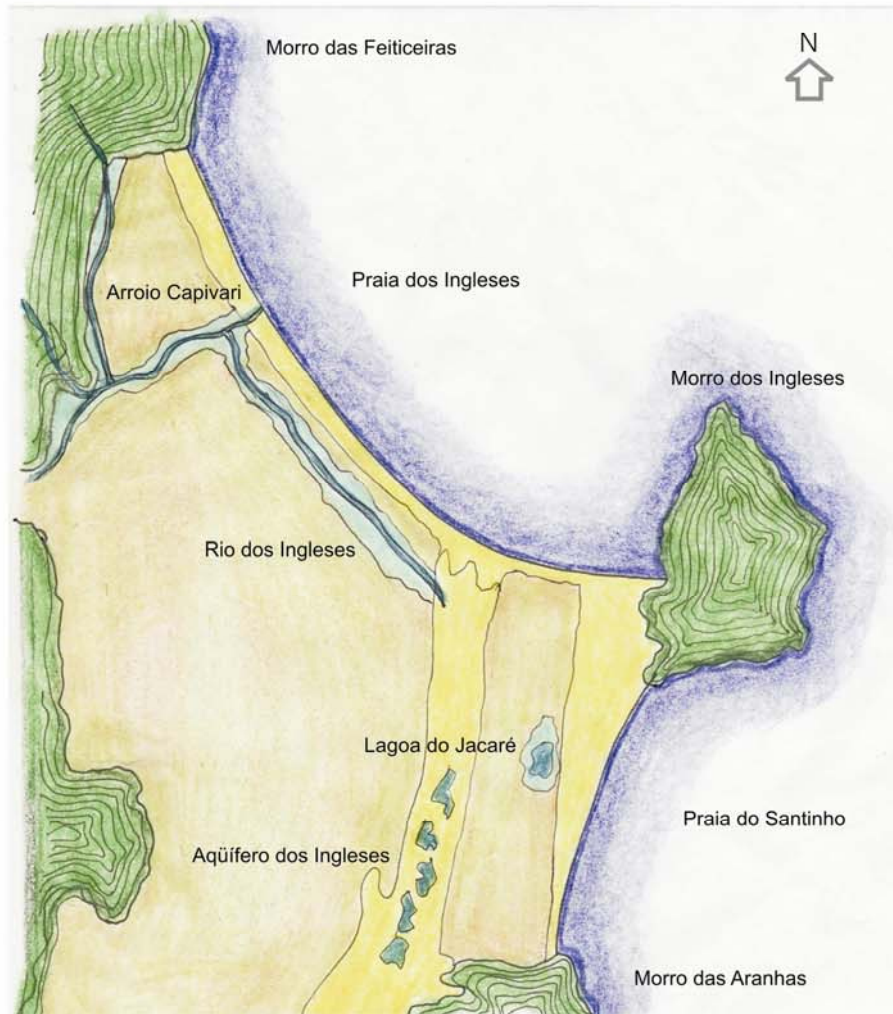
atividades da localidade, com praticamente a mesma largura de caixa de antigamente e sem melhorias como calçadas com larguras convenientes para pedestres ou ciclovias, problema esse enfrentado pelos moradores na maioria do épocas do ano, se agravando na temporada de verão.

c) Áreas comunais

As antigas amplas áreas comunais da região, de uso em comum da comunidade de Rio Vermelho, sobre as restingas e encostas de morros foram sendo ocupadas sem que o poder público tivesse uma reação a essa “urbanização espontânea”, aparentemente foram levados pela violência do processo em alguns casos, ou vencidos pelas forças do capital imobiliário que dessa situação se beneficiou (Campos,1991).

01 - Sítio Físico

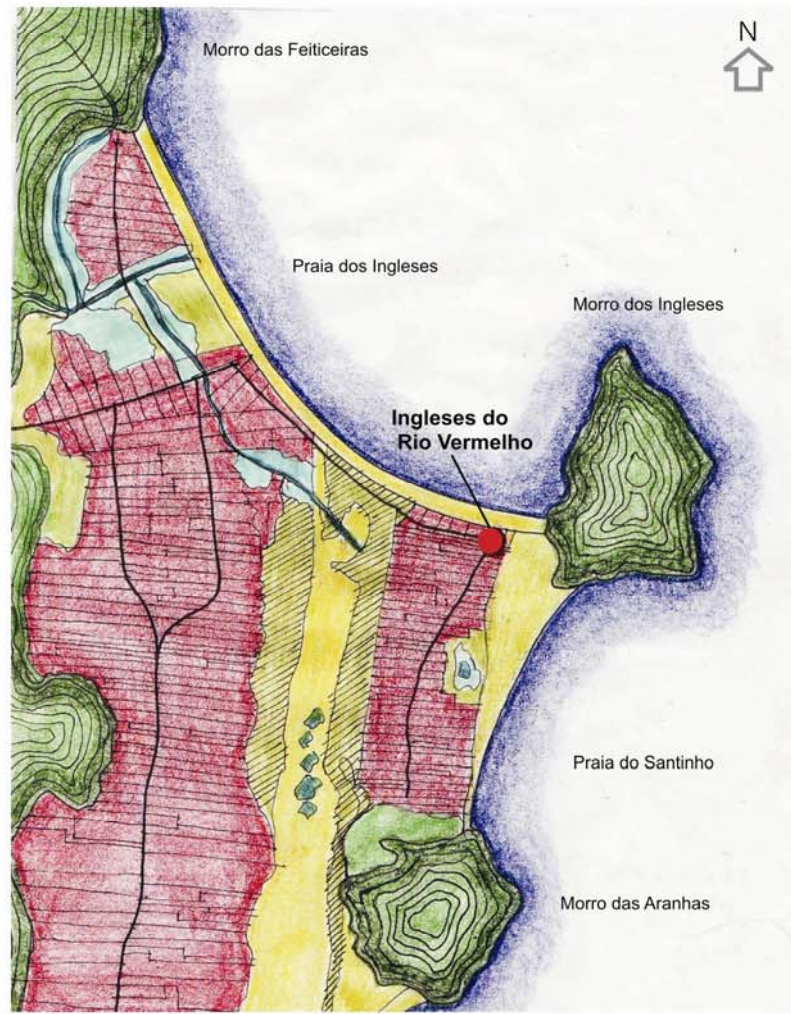
Escala: 1/50000



- Legenda:**
- Mata Atlântica
 - Restinga
 - Duna
 - Planície Alagada
 - Lagoas

02 - Ocupação Colonial

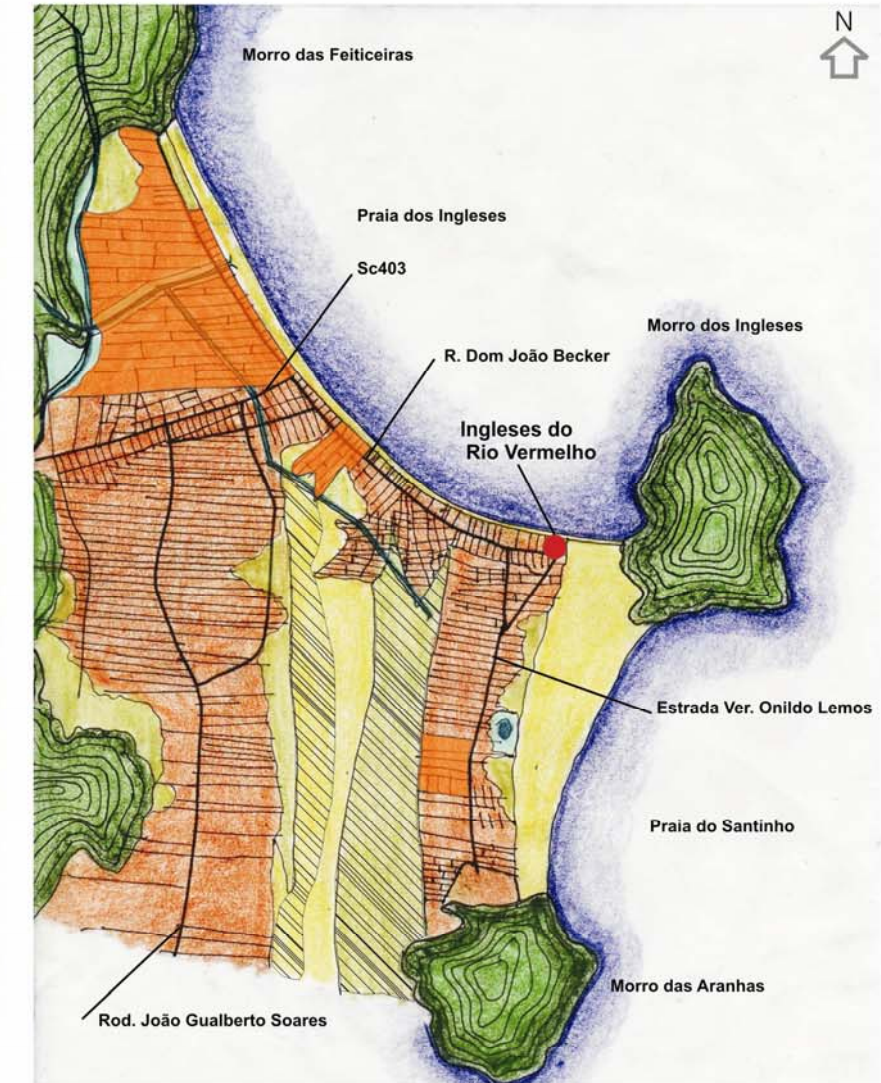
Escala: 1/50000



- Legenda:**
- Núcleo Original
 - Áreas com Parcelamento Agrícola
 - Áreas Comuns
 - Duna Fixa

03 - Ocupação Urbano Turística

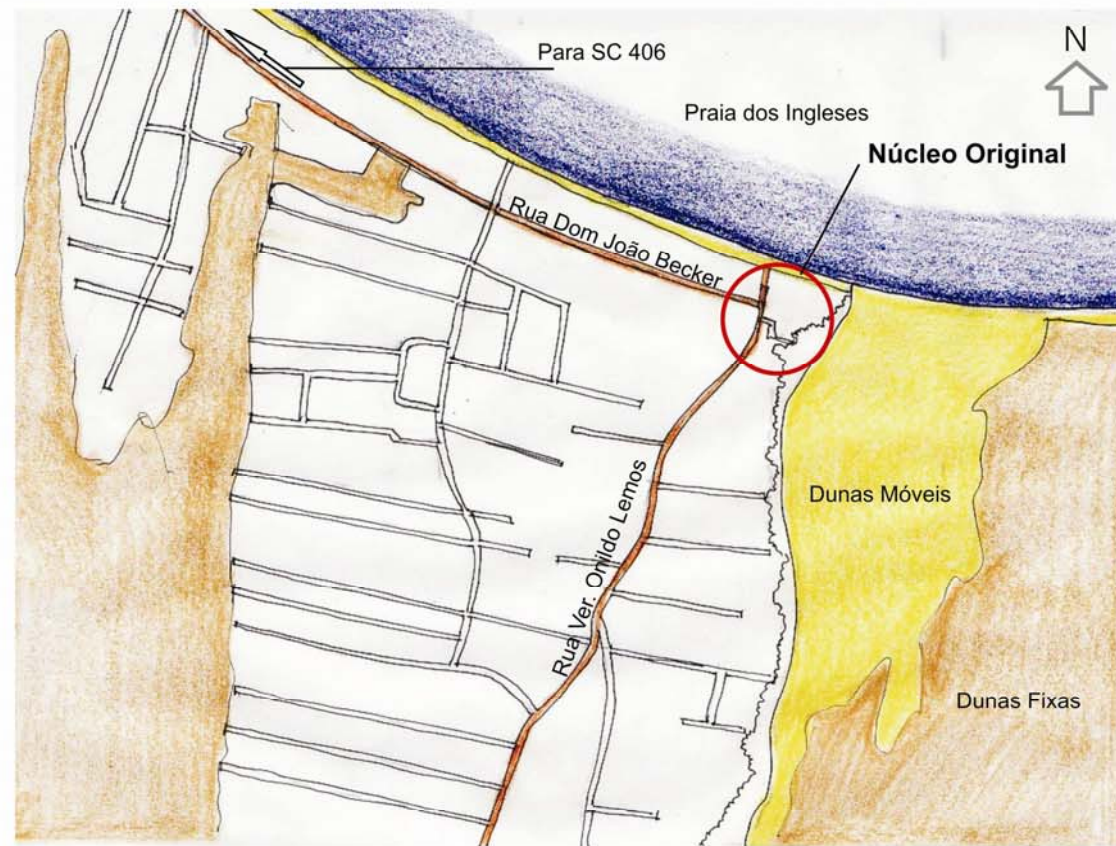
Escala: 1/50000



- Legenda:**
- Núcleo Original
 - Expansão por sobre áreas agrícolas parceladas (sobrepapelamento)
 - Expansão por sobre áreas Comuns (Loteamentos e Condomínios)

Ingleses do Rio Vermelho

Figura 20 - Mapas do Sítio Físico, do histórico da ocupação e das transformações urbano-turísticas atuais. Fonte: Autora sobre Google Earth. Jul/08



1- Malha Urbana - Escala de Entorno

Legenda:

- SC 406 - Nível Insular
- Vias Principais - Nível entre Localidades
- Vias e Becos - Nível Interno

2- Malha Urbana e Ocupação Atual

Ingleses do Rio Vermelho

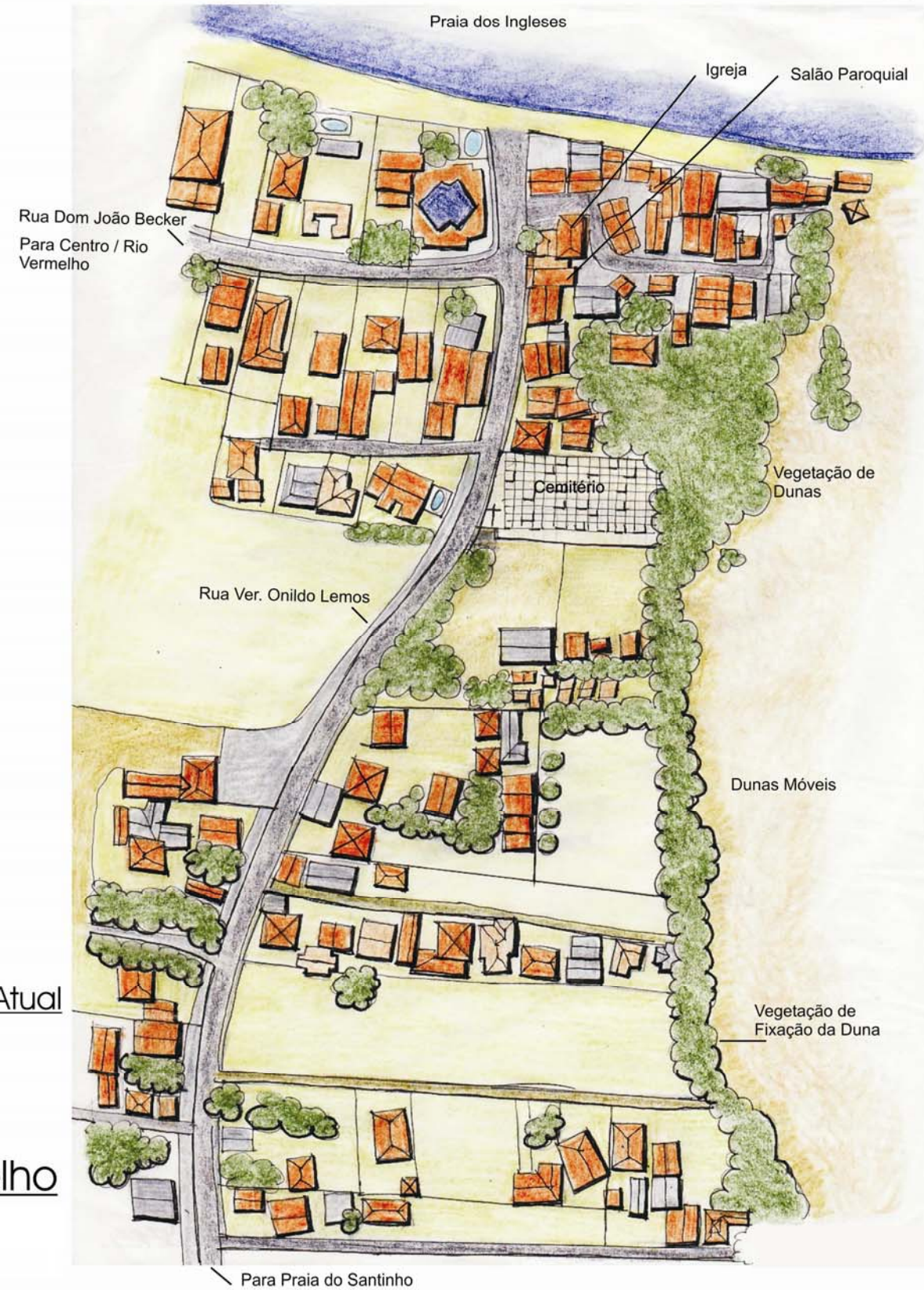


Figura 21 - Plantas da malha urbana com o entorno e planta da configuração de ocupação atual. Fonte: Autora sobre Google Earth. Jul/08

3.3.4 Ingleses do Rio Vermelho - Considerações Finais

A pesquisa realizada visou verificar a existência de elementos de identidade espacial na localidade de Ingleses do Rio Vermelho.

No núcleo original os elementos determinantes de sua identidade frente, as suas condicionantes naturais, em grande parte se perderam. Em função da grande extensão do território ocupado, os limites físicos não são claramente percebidos com a urbanização que avança por sobre as dunas restingas e morros.

A identidade das localidades originais, a vila original, os caminhos e áreas parceladas, e as áreas comunais, mesmo que persistam é pouco percebido, devido as grandes transformações urbano-turísticas presentes na localidade com o adensamento e ocupação irrestrita.

A localização da vila original é um elemento específico que marca o lugar, mas que não pode ser claramente ser percebido porque a transformação ocorrida em função da ocupação especulativa, a descaracterizou totalmente. A localização da igreja e do cemitério nos remete a suas origens (Figura 22), mas a agressão que a igreja sofreu no seu elemento primordial de permanência que era o contato com o mar, relação de origem de sua implantação, foi perdida. Pequeno conjunto residencial de pescadores permanece com sua viela estreita e passagens de comunicação intra-terrenos incrustados nas dunas.



Figura 22 – Vista desde o cemitério local, que permite a percepção da proximidade dos elementos de configuração espacial da vila original: mar, igreja, moradias e cemitério. Nov/2008

As estruturas coloniais de caminhos continuam presentes, estes, ainda estreitos e sinuosos, alguns pavimentados, mas, a grande modificação vai por conta da criação de

inúmeras novas vielas sobre as antigas áreas agrícolas. Estas por sua vez, sofreram grandes transformações como adensamento e reparcelamento.

Nos Ingleses o sitio físico permitiu o crescimento por sobre o parcelamento existente na planície de restinga, resultando numa exagerada mancha urbana uniforme. A malha urbana superlotada de vias, vielas e becos, parcelamento por sobre parcelamento agrícola original, sobre as dunas, encostas, mangues. O seu local de origem, perdido na imensidão da ocupação, não se vivencia mais, negando a sua relação com o mar, origem da vila.

Uma boa parte das áreas comunais existentes na localidade eram utilizadas também pelos moradores da localidade de Rio Vermelho. Estas áreas foram sendo privatizadas e ocupadas progressivamente por infraestrutura de atendimento ao turismo, como edifícios multifamiliares, pousadas, hotéis, e comércios em geral.

A situação atual da localidade é de emergência, os ecossistemas presentes muito ameaçados e construções sobre as dunas, ocupação das encostas dos morros do entorno e adensamento construtivo também em altura em toda a sua extensão.

3.4 – Barra da Lagoa

A Praia da Barra da Lagoa localiza-se na costa leste da Ilha de Santa Catarina com uma extensão de areia que, juntamente com a Praia de Moçambique, conforma um sistema com aproximadamente 8 km de extensão, orientada no sentido noroeste.

Chega-se à localidade através da SC 404, até a Lagoa da Conceição e depois pela SC 406, que passa pela Barra da Lagoa, distando do centro da cidade aproximadamente 20 km. A estrada continua até o norte da Ilha, nos Ingleses, passando também pelo Distrito de Rio Vermelho.

Hoje a Barra da Lagoa é um distrito, desmembrado do Distrito da Lagoa da Conceição pela Lei nº 4.806/95 de 21/12/1995. Além da sede só há outra localidade, a Fortaleza da Barra espremida entre a lagoa e o canal. A área total do distrito é de 4,75 km² que estão numa área privilegiada, incrustrados entre o mar, a Lagoa da Conceição e o Morro da Galheta. O distrito é cortado pelo Canal da Barra, que liga as águas da Lagoa com as águas do oceano. (Figura 23)



Figura 23 - Núcleo da Barra da Lagoa
Fonte: Google Earth – Acessado 27/03/2007

Este importante núcleo pesqueiro da Ilha de Santa Catarina recebe, desde a década de 70, grande quantidade de turistas. Este número cresce a cada ano com visitantes atraídos pelas suas belezas naturais (Figura 24). A Barra da Lagoa constitui hoje, o balneário mais freqüentado pelas classes populares da cidade devido, sobretudo, à facilidade de transporte urbano, mas, também por ser um local de moradia permanente.

O trajeto mais curto para chegar até a localidade passa, obrigatoriamente, pela freguesia da Lagoa, que se encontra em ponto estratégico do sistema viário da Ilha como um todo: acesso obrigatório à costa leste é, também, ponto de passagem de todos os deslocamentos que acontecem para o sul e para o norte da Ilha.

A Barra da Lagoa localiza-se junto à foz do canal da Lagoa da Conceição ao mar, em local protegido dos ventos, o que permite a saída e chegada das embarcações pesqueiras e turísticas.

Um local muito procurado por turistas é o Morro da Galheta, onde existe uma pequena trilha que passa entre edificações incrustadas no morro, no meio da mata. Moradias e restaurantes situam-se à margem do caminho que dá acesso à prainha de Vênus (assim chamada antigamente), conformada por uma pequena enseada cercada por enormes rochas e sítios arqueológicos. Para acesso a este local privilegiado e cruzamento do canal foi construída uma ponte pênsil para pedestres já na década de 60.



Figura 24 - Vista panorâmica desde o morro da Barra no sentido sudoeste.
Fonte: Google – Panamrio – acessado em ago/08

3.4.1 Sítio físico

Oficialmente, a praia da Barra da Lagoa conta com 650m de extensão, no entanto essa dimensão é apenas oficial, porque a falta de um acidente geográfico que a separe da Praia de Moçambique eleva esta dimensão para 8 km de arco praial. No local da Barra, o mar possui ondas suaves permitindo a prática de vários esportes aquáticos, lhe conferindo adjetivos de praia mansa, porque as grandes ondas provocadas em mar aberto são freadas pela correnteza do canal ao chegar ao mar e protegidas pelo morro do Parque da Galheta.

Para fazer uma descrição do sítio natural da localidade da Barra da Lagoa (Mapa 1 da Figura 35) é necessário referir-se à estrutura completa do conjunto que se denomina, segundo Caruso (1993), Sistema Praial Moçambique–Barra da Lagoa. Especificamente, o local, Barra da Lagoa apresenta algumas características especiais referidas ao seu ambiente localizado no extremo sul do sistema.

Sua formação faz parte da estrutura geomorfológica da Ilha de Santa Catarina apresentando segundo Caruso (1993), terrenos de Planície Costeira que estão representados por depósitos de encosta e pelos depósitos marinhos, eólicos e de laguna, depósitos estes de idade quaternária. O sistema Praial Moçambique–Barra da Lagoa se conforma da seguinte forma:

- Ao norte, a presença das formações elevadas do Morro das Aranhas;
- A oeste da área estão os depósitos marinhos, sendo o cordão interno, com areias de coloração amarronzada, por causa da presença de óxidos de ferro e o cordão externo, constituído por areias de cor esbranquiçada, cobertas na maioria das vezes por depósitos eólicos cobrindo locais com solos de turfa. Estes depósitos mais recentes estão presentes a partir do centro da área em direção ao norte com dunas ativas e fixas;
- Ainda no setor oeste, na depressão que separa os cordões arenosos, encontram-se depósitos de turfa e depósitos lagunares;
- A sudoeste, depósitos de encostas na forma de rampas estão localizados nas encostas dos morros com contribuição fluvial e também, os cordões arenosos na costa leste da Lagoa da Conceição com transições lagunares;

- Ao Sul, fechando o arco praial, novamente o maciço cristalino representado pelo Morro da Galheta (Figura 25).



Figura 25 - Arco praial do Sistema Moçambique Barra da Lagoa com 8 km de extensão, vista para o Sul. Ao fundo localidade da Barra encostada no Morro do Parque da Galheta e a direita, parte da Lagoa da Conceição.

Fonte: Acervo da Casa da Memória – Florianópolis

A localidade apresenta o clima predominante na Ilha de Santa Catarina, com características referentes ao tipo de clima subtropical. Devido a sua localização geográfica dentro da Ilha e dos elementos naturais que conformam o ambiente da Barra da Lagoa, o seu microclima está determinado pelos ventos, que são os que mais influenciam para determinar as condicionantes climáticas locais. Os que mais atuam são os ventos do quadrante Norte, mais frequentes no verão. Ventos do quadrante Sul são mais frequentes no inverno, mas estes praticamente não atingem diretamente a praia devido à proteção natural representado pelo Morro da Galheta.

O canal da Lagoa da Conceição é o elemento forte na paisagem da Barra, graças a ele, a ocupação humana foi iniciada, porque a sua chegada ao mar quebrava as grandes ondas do mar aberto, e também, porque permitia a comunicação fluvial das águas internas com o mar (Figura 26). Esta ligação com o mar determina que a "lagoa" é, na verdade, uma laguna. Após o canal, a restinga ocupava a região entre a Lagoa e as dunas antes do mar e a separa do distrito de Rio Vermelho ao norte.

A vegetação local original deste sistema, a restinga, se distribui ao longo de toda a faixa litorânea e, em quase todo o trecho dos cordões arenosos da praia. Hoje se apresenta concentrada na parte sul, em áreas mais estreitas que vão se alargando no sentido norte, até o Morro das Aranhas.

Este ambiente natural se apresenta com dois tipos de vegetação, dependendo de sua distancia do mar. A mais próxima da praia se desenvolve em condições adversas de solo e clima, esta formada por gramíneas e herbáceas. Os ambientes mais internos, tendo um solo de melhores condições e a ação do vento e do mar com menor intensidade, permitem a presença de associações mais complexas com espécies vegetais de maior porte.

As dunas do sistema Moçambique–Barra da Lagoa se estendem desde o morro e vão até a praia, já fora da zona das marés, e sua modelagem se deve à ação dos ventos, podem ser fixas ou móveis dependendo da sua cobertura vegetal. As dunas mais próximas ao mar apresentam um tipo de vegetação rasteira típica, mas na maior parte da área é do tipo de restinga mais densa e com estratos mais altos.

Uma ampla área intermediária encontra-se hoje, coberta por espécies exóticas, principalmente *Pinus Eliotti* e *Eucalyptus sp* misturados com alguma vegetação de restinga em recuperação, formando o Parque Florestal do Rio Vermelho, implantado pelo Estado, e criado pelo Decreto nº 2006 de 21 de Setembro de 1962, sobre as áreas de uso comunal do Rio Vermelho e Barra da Lagoa, que se estende com uma área de 1.110ha desde a Ponta das Aranhas ao Norte, até as proximidades da Praia da Barra da Lagoa, ao sul.

3.4.2 Processo histórico de ocupação

Segundo Bueno (1988) não existe registro sobre o início do povoamento da localidade da Barra da Lagoa antes da imigração açoriana. O que se tem certeza é da intenção portuguesa de construir uma fortificação militar no local hoje denominado Fortaleza da Barra, perto do início do canal. Esta fortificação nunca foi concluída e acabou soterrada sob as obras da construção da ponte sobre o canal (Mapa 2 da Figura 35).

Existiam naquela época as freguesias da Nossa Senhora da Conceição na margem oeste da Lagoa e ao norte a freguesia de São João do Rio Vermelho. As terras onde hoje se localiza a Barra pertenciam ao seu Flor Martins, rico proprietário da época.

O canal da Barra, elemento propício para o desenvolvimento da pesca, atraiu para lá pescadores artesanais que construíram alguns abrigos provisórios para os barcos causa principal para a fixação da população (Figura 26).



Figura 26 - Pescadores da Barra da Lagoa em mutirão construindo um molhe provisório com areia para limitar a entrada do canal no mar. Década de 1950.

Fonte: Casa da Memória – PMF.

O mesmo texto do autor coloca que, segundo relato de moradores, no início do século XX a localidade contava com no máximo umas 30 casas, somadas as duas ocupações nas desembocaduras, sendo que a maior concentração estava na chegada do canal no mar. A ocupação junto ao mar, era na margem oposta ao morro, mas, a inconstância da formação da foz impediu, por muito tempo, a implantação de edificações mais definitivas bem perto do canal. Isto só foi possível a partir de 1982, quando foi construído o molhe da barra limitando a foz do canal.

Mudanças sócio-econômicas mais estruturais aconteceram a partir da década de 1930, com as inovações tecnológicas aplicadas a pesca, que promoveu o deslocamento de pescadores para outros pólos pesqueiros de maior porte deixando de lado a pesca artesanal nas localidades pesqueiras da ilha, inclusive a Barra. Em função desta situação, houve uma diminuição no contingente nativo. A convivência dos moradores nativos com outras culturas trouxe consigo novas aspirações, que transformaram o comportamento da população local. Outro fator dessa época, que contribuiu para essa transformação foi o crescimento da vila do Desterro, que promoveu o deslocamento de pessoas para a sede do município, em busca de novas oportunidades de trabalho para complemento da renda da pesca, ou para procurar novos horizontes.

A partir dos anos 60, junto com o uso do local como balneário ocorreram modificações, ainda mais intensas na estrutura sócio-econômica do local. Assim, os ranchos de pesca foram retirados para o interior do canal, fato que não prejudicou a produção, mas modificou as relações espaciais da economia local. As novas necessidades dos turistas

promoveram a instalação de novos equipamentos e serviços à beira mar. Esta substituição da atividade principal da localidade trouxe modificações sociais e culturais profundas na comunidade. Esta não teve tempo de absorver as mudanças que poderiam ter sido mais positivas, desde que não provocassem situações como a degradação dos ecossistemas, desestruturação cultural e uma construção civil em massa, com conceitos externos diferentes das bases locais.

Atualmente a pesca artesanal não tem a importância econômica que já teve e, embora ainda represente uma fonte de renda importante, com a diminuição dos cardumes, em função da pesca industrial, faz com que o turismo seja hoje em dia, mais interessante economicamente.

A transformação do núcleo pesqueiro em balneário ocorreu a partir, principalmente, dos anos 70. Mas foi somente quando da regularização do leito e a construção do molhe do canal que se pode organizar de uma forma melhor o crescimento da localidade. Dentro da população fixa há muitos moradores de outras regiões do país e até do Mercosul, que escolheram a Barra da Lagoa para morar pelas suas qualidades ambientais, mas nos meses de verão a população chega a duplicar com a chegada dos turistas. A movimentação da economia em função do turismo envolve serviços como: hotéis, hospedarias, casas de aluguel, campings e casas de veraneio, restaurantes e inúmeros comércios diferentes. Estes serviços promoveram uma densificação da localidade através da construção de edificações para atender à demanda turística.

As situações que a invasão do turismo promove ano a ano são de difícil resolução como o congestionamento nas estradas de acesso, falta de água, falta de locais de estadia, contribuindo assim para eclipsar os elementos naturais e culturais que são os atrativos principais.

Na configuração geral do parcelamento do território do Distrito da Barra da Lagoa até o início das transformações urbanas turísticas na década de 60 apontamos permanências que estão presentes na conformação morfológica da vila, nas estradas coloniais, nos caminhos sobre a planície e no uso de terras comunais. Em síntese: a expansão da Barra da Lagoa desde o seu primórdio até as transformações urbano-turísticas do presente, se apresenta com as seguintes características:

a) A vila

A ocupação da localidade se desenvolveu entre as duas pontas do canal, a localidade de Fortaleza da Barra e a praia da Barra, propriamente dita. Isto promoveu uma ligação através de um caminho que desviava dos meandros do canal, promovendo um

traçado orgânico, que mantinha uma distancia variada em relação ao canal devido as mudanças sazonais de sua largura, que dependia da época do ano.

Estas circunstâncias e, a localização entre o mar, o canal e a lagoa, promoveram uma estrutura para a vila com características de espontaneidade do traçado, desenvolvido através do tempo. A estrada geral, que passa somente pela Fortaleza da Barra, fazia e faz a ligação com a Lagoa e com o Distrito do Rio Vermelho.

Os locais onde se desenvolvem as atividades da pesca e o canal são os elementos articuladores da malha viária. A eles se chega e deles se sai em várias ocasiões, destacando “o ponto final” local de maior urbanidade, localizado no triângulo de encontro entre o mar e o canal. O outro elemento articulador da malha orgânica é o acesso principal, que a comunica com o resto do território insular, e, o formato irregular do sítio físico (canal, morro, praia, lagoa) que é determinante para o traçado das vias.

Sobre a rua principal, e de frente para o mar, instalou-se a igreja com seu espaço frontal sobre a praia, local de encontro de toda a comunidade, de forma similar aos Ingleses. Esta estrutura caracteriza o centro cívico da localidade, o religioso e o civil. Posteriormente, à medida do seu crescimento, foram se localizando aos poucos sobre a via principal, equipamentos de comércio e serviço de primeira necessidade.

As ruas se estendiam a partir do caminho principal, de forma sinuosa costurando o parcelamento. Das mesmas surgiam várias outras vielas, muito estreitas, sem saída e de uso de carroças e pedestres que tiveram que ser adaptadas para o uso de veículos.

Em função da proximidade da casa com a rua, a vida quotidiana do interior das casas era quase de domínio público. Como nem sempre houve uma delimitação física dos lotes, os espaços abertos privativos eram visualizados desde o espaço público, não parecendo que os moradores sentissem necessidade do ter um espaço totalmente privativo.

A disposição das edificações era de proximidade, mas sem continuidade. Ocupavam um lote que tinha um traçado perpendicular à rua, mas sendo as ruas não perpendiculares entre si, foram surgindo lotes de todas as formas e tamanhos, resultando numa estrutura complexa que somente é entendida quando chegamos à via principal.

O crescimento e adensamento se deram, no inicio, com a divisão dos lotes para alocar os filhos já crescidos e sua nova família. Era providenciada uma moradia independente, através da construção de uma nova unidade no lote paterno configurando um adensamento progressivo.

Na última década antes das transformações urbano-turísticas acontecerem, a paisagem da vila, cercada pelo morro, o canal, o verde do parque e o mar, e, a ocupação com uma ou duas casas por lote, era lúdica com o entorno imediato bem visível. O traçado

orgânico diminuía as perspectivas das vielas, fechando espacialmente o assentamento, mas o entorno era bem perceptível, oferecendo referência de localização.

b) Ocupação linear

Esta ocupação estava representada pela estrada que unia as duas pontas do canal, organizado por caminho com traçado orgânico (Figura 27). Também ao lado do canal, e seguindo sobre a planície, a estrada geral cruzava a restinga entre a lagoa e o mar indo na direção norte para Rio Vermelho, onde atravessava áreas utilizadas como terras comunais. Estes caminhos mantinham a sua feição colonial e rural: pouca largura, sinuosidade e pouca manutenção. A região tinha pouca ocupação, com poucos moradores localizados nas suas sedes das pequenas chácaras, sobre planície da lateral do canal, ou na orla da lagoa. Os lotes sendo ainda do parcelamento original eram de estreita testada sobre os caminhos e maiores comprimentos.

O caminho entre as duas pontas do canal abria distancias variadas em relação a este, devido as mudanças sazonais de sua largura. Esta dependia da época do ano e das variações do clima determinando períodos de estiagem ou de cheia, surgindo meandros, ilhotes e charcos que dificultavam o uso da área.



Figura 27 - Ocupação colonial da Barra da Lagoa com seus caminhos principais e parcelamento rural com ocupação linear em pequenas sedes de fazendas. O núcleo, em primeiro plano, já se encontrava mais adensado junto ao canal. Ao longe se percebe a Lagoa da Conceição, as dunas da Joaquina e a sua Praia. Na lateral esquerda da foto pode se apreciar as Praias da Galheta e Mole e o famoso morro da Barra de difícil transposição naqueles tempos. Década de 1960

Fonte: Acervo da Casa da Memória – PMF - Florianópolis

c) Campos comunais

Ao longo dos caminhos gerais e vias locais, as áreas de restingas e planícies foram ocupadas e utilizadas também, como áreas comunais para diversas atividades.

No caso da Barra da Lagoa conforme Campos (1991) eram utilizados os chamados campos da Barra e campo Realengo, usados em comum pela população também do Rio Vermelho. Os morros adjacentes aos caminhos e as encostas também eram utilizadas nas partes mais altas, mas não para cultivo.

Essas áreas dentro do contexto da Barra da Lagoa representam a maioria das terras de entorno da localidade sendo a parte ocupada com uso antrópico de pequenas dimensões, por isso representaram uma grande reserva de terras de grande interesse para o desenvolvimento de uma infraestrutura turística na ilha. O que reduziu esta possibilidade foi a implantação do Parque Florestal do Rio Vermelho na década de 1960.

3.4.3 Configuração urbano-turística

A partir da década de 1960, a Barra da Lagoa foi descoberta como praia que oferecia uma situação singular, por situar-se no caminho de passagem para o norte da ilha. A existência de um núcleo urbano permitiu a chegada de turistas, desejosos para descobrir as belezas locais. O convívio com a comunidade, que sempre tratou os turistas com familiaridade, é um elemento da identidade do local. Por estar em posição secundária à Lagoa da Conceição, já famosa, o local tinha um ar mais interiorano, os preços de aluguéis eram mais baratos. A dificuldade, representada pelo cruzamento do morro da Galheta, devido a sua acentuada rampa, através de estrada de chão, a manteve isolada durante bastante tempo, até a década de 1980, quando foi executado o asfaltamento.

As novas atividades que resultaram do desenvolvimento turístico vêm ocorrendo nos mesmos espaços onde os moradores continuam exercendo muitas de suas atividades tradicionais. Essa sobreposição entre o assentamento original e a ocupação turística tem implicações diretas na forma como é utilizado o espaço público: ele mescla, de forma bastante intensa, vida cotidiana e atividades de lazer, moradores originais e turistas.

A especulação imobiliária, chegada junto com o desenvolvimento do turismo, promoveu modificações profundas que poderão abalar a sua configuração espacial frente a sua identidade (Mapa 3 da Figura 35).

a) A vila

Na chegada à vila através da Rua Altamiro Barcelos Dutra fazendo retorno após o “ponto final” (Figura 28) pela Rua Angelina J. Dos Santos, se percebe o traçado original e a configuração urbana da ocupação inicial. Na Barra da Lagoa, a malha viária, tem

configuração orgânica e traçado sinuoso, com ruas e vielas bastante curtas que se iniciam ora na linha do mar, ora no canal e se dirigem para as áreas planas. O conjunto das ruas e vielas tem aparência de labirinto, mas, é estruturado por caminhos principais, que articulam o conjunto. Estes concentram o maior fluxo de pedestres e as atividades de comércio e serviços, tanto para os moradores locais como para os turistas (Desenho 1 da Figura 36). Essas vielas estreitas, muitas sem saída e sem comunicação entre elas, são de uso de pedestres e, em muitos casos, são utilizadas passagens dentro de propriedades para acessar à moradia.



Figura 28 - “Ponto final” de chegada, local mais central da Barra, o encontro do canal com o mar. Neste local foi implantada infraestrutura de lazer foi ali implantada: calçadas, quadras, play-ground, sanitários, praça, uma nova ponte, quiosque e mesas de jogos. Mar/08

A Barra a praia mais freqüentada pelas classes populares, tem no chamado “ponto final” o mais importante espaço público local. O nome deve-se ao fato de ser o final da linha de transporte urbano que chega à localidade.

O crescimento se deu, em grande parte, através de desmembramentos sucessivos dos lotes originais, com adensamento construtivo e populacional e introdução de novos usos turísticos, que demandaram novos equipamentos de comércio e serviço. Este processo foi administrado, ao menos nos primeiros tempos, pelas famílias originais, mas em função do número elevado de turistas e novos moradores e pela especialização de alguns serviços, este panorama se alterou de forma que deu lugar a novos empreendedores.



Figura 29 - Comércio sobre um dos eixos de chegada ao centro do balneário. Abr/2008.

O desenvolvimento do turismo marcou fortemente a vila, constituindo uma nova fonte de renda na localidade, o que incentivou os moradores a ampliar, reformar e ainda construir novas unidades residenciais e edifícios multifamiliares para atender a esse novo público. Também promoveu um acréscimo considerável no número de equipamentos de comércio e serviços que ali se instalaram (Figura 29). Estes fatos foram os responsáveis diretos pela mudança espacial e pela densificação do espaço local, que se iniciou nos anos 70 e continua até hoje. Sendo os lotes urbanos parcelados sucessivamente, as casas estão muito próximas, muitas vezes contíguas e sem recuos, se apresentando como uma construção contínua (Desenho 2 da Figura 36).

A vila, localizada sobre áreas que hoje seriam consideradas de preservação, encontra-se com sua área de crescimento estabelecida pelos limites físico-geográficos e pelo Parque ao norte. Como consequência, as ocupações avançam para outros locais, também de preservação, como a encosta do morro da Galheta, sobre o canal e mesmo dentro do Parque Florestal. As edificações construídas sobre o canal e sobre as encostas trazem problemas ambientais diversos. A estação de tratamento de esgoto está em funcionamento, mas também está localizada em área de preservação. Constatamos que existem ainda algumas áreas sem ocupação, mas estas fazem parte da reserva de áreas acumuladas pela especulação imobiliária.

Apesar das mudanças do presente, que têm levado à substituição dos moradores originais e à criação de grandes empreendimentos turísticos junto ao assentamento original, como é o caso da Cidade da Barra, a maior parte da estrutura deste núcleo urbano mantém as características de sua ocupação histórica, com destaque para o parcelamento da terra e estrutura viária.

Na vila, as atividades relativas tanto ao turismo, à pesca e à vida quotidiana, praia e cidade se fundem num único espaço. E, em função dessa sobreposição entre núcleo nativo e balneário, mesclam no seu cotidiano diferentes tipos sociais: novos, antigos moradores e turistas criam um ambiente multifacetado. Esta forma receptiva de ser no atendimento ao turista, permite uma familiaridade maior entre visitante e morador, dando uma característica identitária ao lugar.

Analisados numa escala mais local, os espaços públicos da Barra têm dimensões variadas, reflexo da espontaneidade de sua construção. As construções, extremamente próximas, fecham os espaços públicos, comportando-se como suas paredes. A estrutura do traçado diminui a profundidade da perspectiva, ampliando a sensação de espaço fechado.

O parcelamento do solo com lotes bastante pequenos, associado à tipologia das construções, faz com que o espaço público seja extremamente variado com transições entre os espaços vazios e fechados. A vida que ocorre no interior das unidades edificadas é extremamente ligada àquela que ocorre no espaço público. Todas estas características da configuração dos lugares de uso coletivo da Barra da Lagoa criam um meio extremamente propício à existência de uma vida social rica e diversificada.

Na vila existem hoje inúmeras novas edificações tanto residenciais, como de serviços, pousadas, hotéis e todo tipo de comércio de atendimento ao turista (Figura 30). As novas edificações possuem o padrão de recuo frontal, apresentando espaços para jardins que se fazem presentes, modificando a estrutura original. O adensamento construtivo iniciou na área mais central e posteriormente nas áreas de expansão. Deu-se com a construção de mais andares, mais construções no terreno de cada família, ocupando em muitos casos praticamente todo o terreno.



Figura 30 - Vista de uma das inúmeras novas edificações de serviços, uma pousada e outros para atendimento ao turista. Abr/08.

b) Ocupação linear

A ocupação linear é similar a outras localidades da ilha, representada na Barra pelas ruas de conexão entre a Fortaleza e o Centrinho, Rua Altamiro Barcelos Dutra, a que liga a SC com o centrinho mais ao norte, Rua Julio José Gonçalves e pela SC 406.

O parcelamento é perpendicular aos caminhos, com testadas estreitas, mas os lotes de grande comprimento foram sobreparcelados, criando inúmeros novos lotes costurados por novas ruas e vielas. O resultado atual é uma ocupação urbana contínua sobre estas vias principais, que continuam como elementos organizadores do traçado atual, permitindo vivenciar ainda hoje essa permanência.



Figura 31 - Vista do canal com seu alargamento nos anos 70, antes da intensa ocupação ocorrida nas suas margens.

Fonte: Casa da Memória – PMF



Figura 32 - Vista do canal com a ocupação atual das suas margens. Abr/08.

c) Áreas comunais, terras de reservas para os loteamentos e condomínios.

Nas últimas décadas do século XX aumentou a pressão para o desenvolvimento de novos projetos urbanos e várias estratégias foram empreendidas através de estudos, objetivando a sua realização, que nem sempre levariam em consideração as demandas da população local. Esta reage às transformações nem sempre em consenso. Grupos ambientalistas, grupos nativos e ainda novos moradores, cada um tem as suas concepções sobre o que seria bom para o lugar. Assim parece que os empreendimentos legais seriam os mais impactantes, mas se verificamos as ocupações clandestinas, também elas impactaram o ambiente mesmo que a sua escala seja menor.

A Cidade da Barra é um loteamento planejado, foi implantado afastado do núcleo original, que aproveitou o acesso secundário da localidade (Figura 33). O seu traçado é regular bem diferente do existente na vila original. Este empreendimento da década de 80 atraiu muitos compradores pelo desejo de morar na praia, mas com certos serviços de cidade, somado aos encantos naturais, pela qualidade de sua praia, e claro, pelos baixos preços praticados no momento do seu lançamento. Mesmo tendo promovido uma ruptura com o modo de ocupação original, o loteamento é aberto, permitindo a sua transposição de forma livre.

Em termos de configuração urbana, a malha diferenciada, dimensões de arreamento bem mais generosas, a relação entre edificações e lotes, que apresenta novos padrões, permite uma diferenciação bastante clara do traçado de vila original. Tal diferenciação é positiva, em termos de manutenção e legibilidade, realçando características identitárias à Barra da Lagoa.



Figura 33 - Vista do Loteamento Cidade da Barra ao longe, e a via de conexão com a antiga Barra, ainda desocupada. Abr/08.

O projeto teve seu traçado sobre a restinga. Os novos moradores, funcionários públicos, profissionais liberais e aposentados, têm outra cultura e práticas, mas que ao mesmo tempo pretende usufruir as benesses naturais e sociais do ambiente que escolheu para morar. Como configuração urbana a sua interação espacial com a configuração local foi e ainda é diferenciada devido a que seu traçado foi muito diferente aos elementos tradicionais ali utilizados e fora do contexto local.

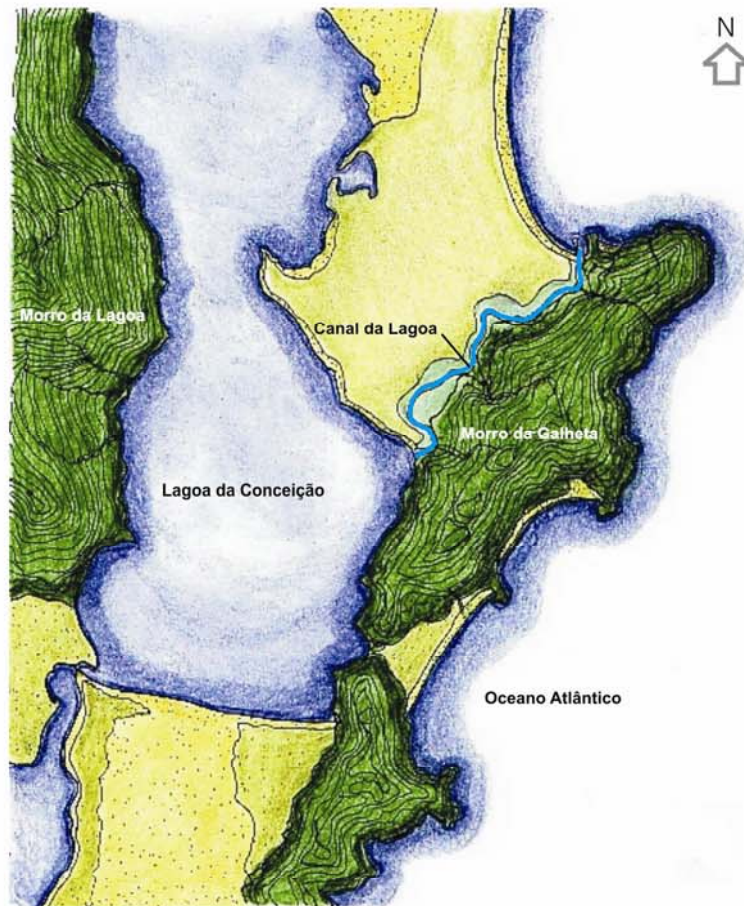
As áreas comunais da Barra transformaram-se em Parque, assim as reservas de terras locais para novos empreendimentos são bastantes reduzidas, assim o que pode se esperar é um provável adensamento promovido pela construção de condomínios residências multifamiliares ou ainda verticais.



Figura 34 - Canal da Barra, elemento físico fundamental na ocupação da Barra da Lagoa. Mar/08

01 - Sítio Físico

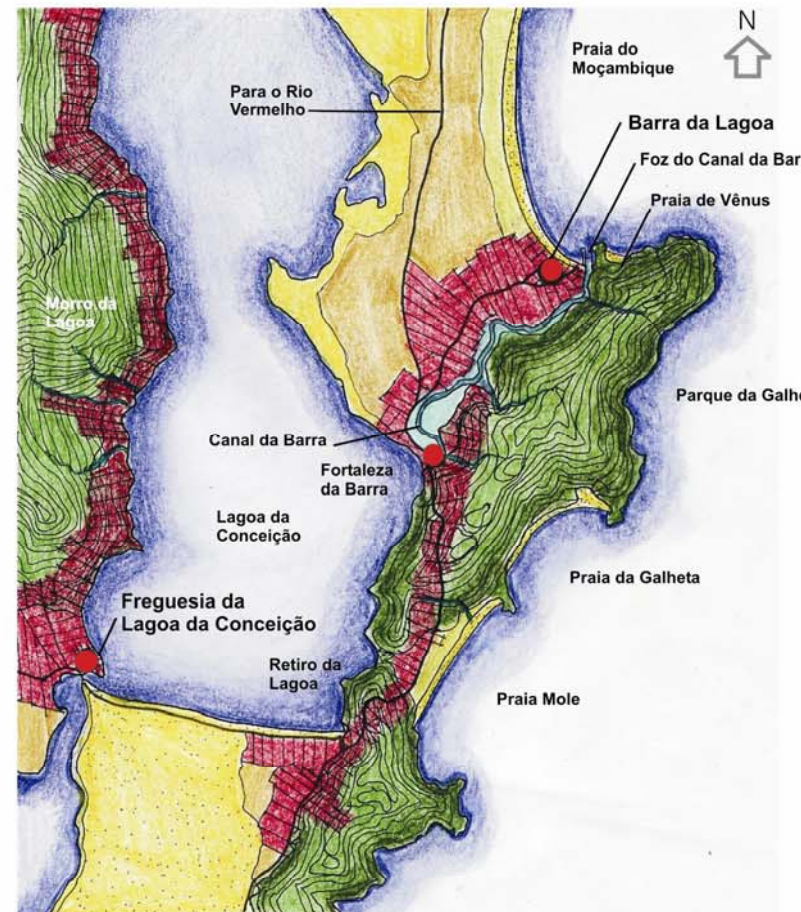
Escala: 1/50000



- Legenda:**
- Mata Atlântica
 - Restinga
 - Duna

02 - Ocupação Colonial

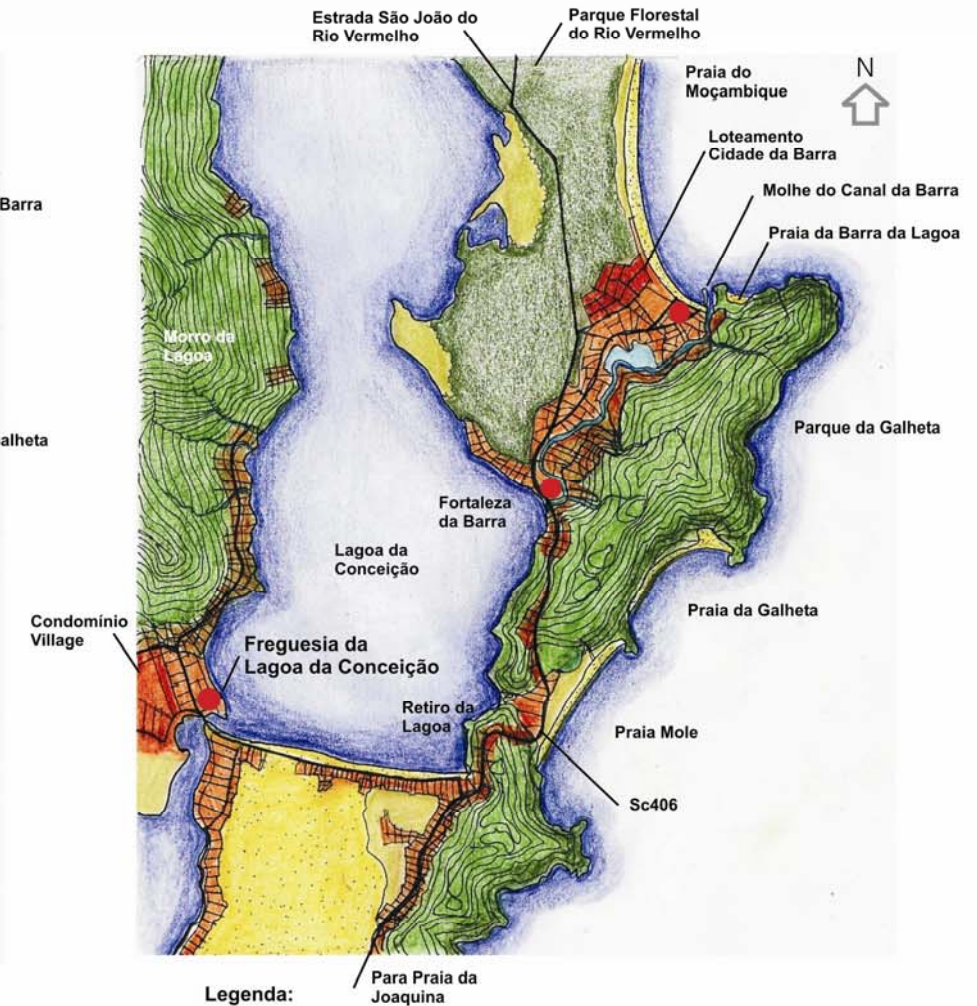
Escala: 1/50000



- Legenda:**
- Núcleos Originais
 - Áreas com Parcelamento Agrícola
 - Áreas Comunais

03 - Ocupação Urbano Turística

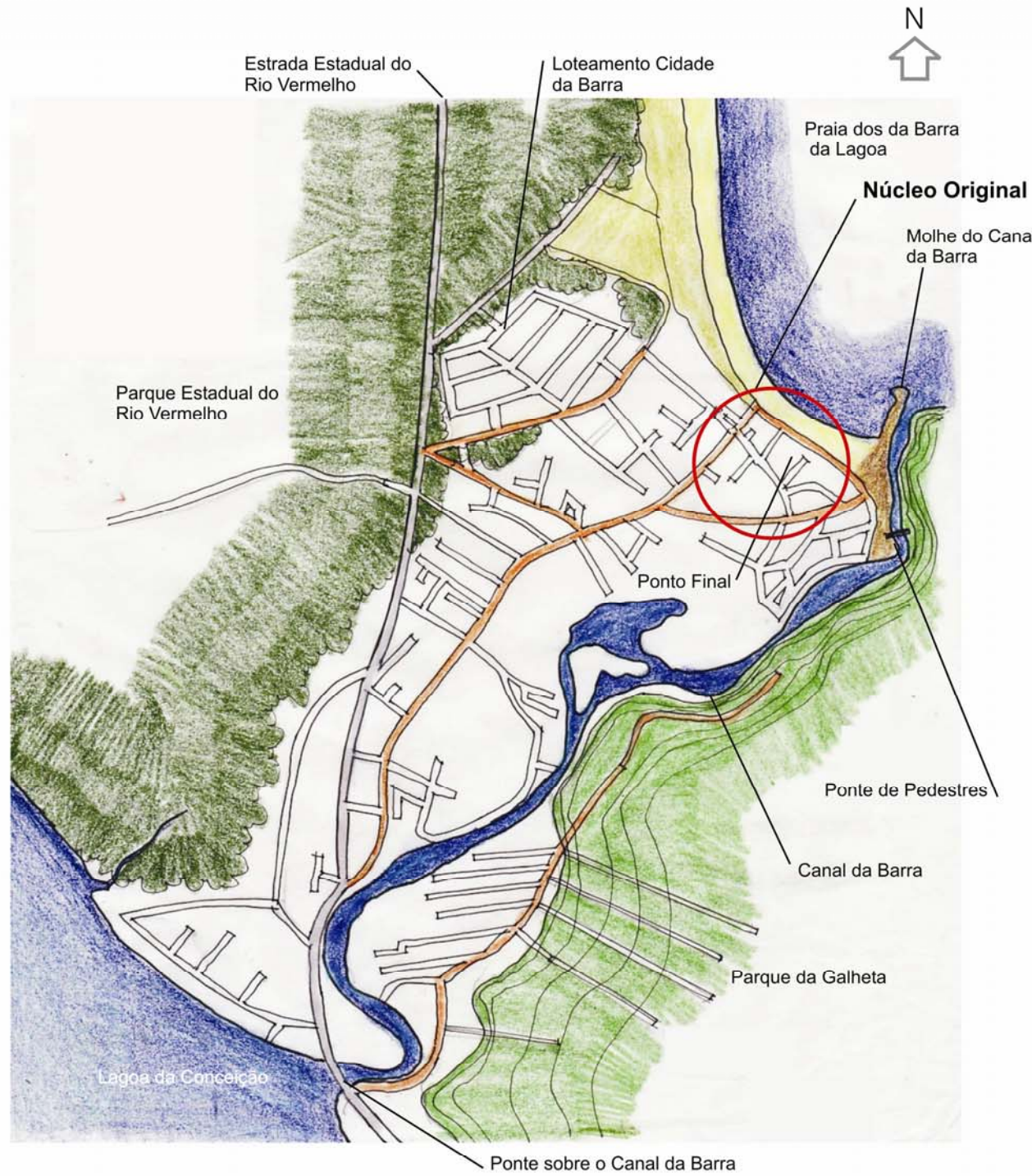
Escala: 1/50000



- Legenda:**
- Núcleos Originais
 - Expansão por sobre áreas agrícolas parceladas (sobrepapelamento)
 - Expansão por sobre áreas Comunais (Loteamentos e Condomínios)

Barra da Lagoa

Figura 35 – Mapas do sítio físico, do processo histórico de ocupação e das transformações urbano-turísticas. Fonte: Autora sobre Google Earth Jul/08.



1- Malha Urbana - Escala de Entorno

Legenda:

- SC 406 - Nível Insular
- Vias Principais - Nível entre Localidades
- Vias e Becos - Nível Interno



2- Malha Urbana e Ocupação Atual

Legenda:

- Vias com Paralelepípedo
- Vias de Terra

Barra da Lagoa

Figura 36 – Plantas da malha viária com o entorno e da configuração da ocupação atual. Fonte: Autora sobre Google Earth Jul/08.

3.4.4 Barra da Lagoa - Considerações Finais

A localização do sítio da Barra da Lagoa frente as suas condicionantes naturais é elemento determinante de sua identidade. A enseada sobre o mar ao leste, e a Lagoa da Conceição ao oeste, são costurados pela presença do canal que serpenteia ao pé do Morro do Parque da Galheta, assim como o próprio morro que representam barreiras à ocupação e a determinaram.

As estruturas urbanas estudadas que se apresentaram como elementos de identidade dos núcleos: vila original, caminhos e áreas parceladas, e as áreas comunais se encontram presentes na localidade da Barra da Lagoa, bastante definidas, persistindo apesar das modificações que já foram implementadas.

A vila da Barra da Lagoa cresceu determinada pelo caminho principal de chegada ao mar e sobre ele foram construídas as primeiras residências e comércios e a sua igreja e de frente para o mar, como local de congregação da comunidade. A malha se estendeu saindo deste caminho principal nas duas direções laterais, extremamente limitadas pelo canal, pelo mar e pelas áreas de restinga ao norte.

Na vila original os elementos de identidade espacial permanecem fortemente e podem ser percebidos através da malha urbana orgânica promovida na sua forma pela localização e da ocupação intensa dos lotes. A pesca artesanal, atividade original do nascimento do núcleo, apesar de seu declínio como atividade principal, ainda é muito presente na vila, com o movimento intenso dos barcos de pesca circulando pelo canal.

Os caminhos originais ainda podem ser percebidos em muitos locais em função da permanência das suas características, estreitas e sinuosas. Mas sobre as áreas parceladas rurais a ocupação atual é intensa, promovida pelo reparcelamento constante da terra onde a estrutura colonial não mais é percebido.

Grande parte das áreas comunais existentes, que eram utilizadas também pelos moradores da localidade de Rio Vermelho, tiveram um destino comum como áreas públicas, transformadas no Parque Florestal do Rio Vermelho já na década de 1960 do século passado. Outra parte foi transformada no loteamento Cidade da Barra com estrutura urbana diferenciada da vila original criando uma nova espacialidade assim como uma tipologia construtiva adensada com edifícios multifamiliares, tipologia esta inexistente até então na localidade. Permanecem ainda algumas áreas de restinga desocupadas entre o Parque, o mar e o loteamento que poderá ser área de reserva para uso particular, mas que não se verificou a real situação das mesmas.

Na Barra da Lagoa elementos de identidade, como os limites físicos do sítio ainda são fortemente percebidos, a malha urbana sinuosa nos remete a sua ocupação inicial,

assim como a proximidade das edificações próximas com o espaço público. As atividades e elementos ligados a pesca origem da vila também fazem parte do dia a dia da localidade. Mesmo assim, devido a modificação estrutural que as transformações turísticas impuseram, há necessidade de cuidados com o que hoje ainda permanece, a sua perda pode ser iminente. Os riscos colocados hoje na vila são o crescimento e adensamento contínuo.

A situação atual da localidade é de risco onde os ecossistemas presentes estão ameaçados com as construções sobre o canal, a ocupação da encosta do morro da Galheta e o adensamento construtivo em altura na vila poderá retirar dela a possibilidade da percepção do sítio e seus limites que nos situam no lugar chamado Barra da Lagoa.

3.5 - Pântano do Sul

3.5.1 Sítio físico

A localidade fica sobre a enseada de igual nome, na parte sul da Ilha de Santa Catarina aonde se chega através da SC 401 e depois pela SC 406, distando do centro da cidade aproximadamente 35 km. Conforma-se sobre uma faixa arenosa apertada entre as elevações que vem de Naufragados e continua pelo Morro do Ribeirão até as pontas escarpadas do Morro da Lagoinha, fechando ao norte com o divisor de águas dos costões que a conformam e o canal de saída dos rios de sua bacia (Mapa 1 da Figura 56). Pertencem ao Distrito do Pântano do Sul as localidades de Pântano do Sul (Sede), Costa de Dentro, Costa de Cima e Balneário dos Açores, Lagoinha do Leste, Praia do Matadeiro, Lagoa do Peri, Praias do Saquinho e da Solidão. A região onde se encontra a praia do Pântano do Sul é uma planície costeira formada pela bacia hidrográfica local que abrange 13,65km².

Os limites conformadores da planície são: ao noroeste, a dorsal central (morro do Ribeirão da Ilha) com topos de até 500m de altitude, com vertentes escarpadas que atingem o mar em costões e plataformas e ao sudeste, delimitadas pelo morro da Lagoinha do Leste com alturas de até 330m. A planície sedimentar, formada a partir de depósitos marinhos e fluviomarinhas, tem uma área de 6,11km², formada por dois ambientes naturais diferentes, uma parte alagada com altitudes de 1 a 3m, e outra parte arenosa com altitudes variando de 3 a 10m. O cordão arenoso encontra-se coberto por vegetação de restinga.

Nas proximidades de Costa de Dentro, Costa de Cima e da SC-406, se apresentam as áreas alagadas sendo partes das áreas úmidas deprimidas, que continham algumas lagoas, sendo a maior, a Lagoa das Capivaras, hoje inexistente, mas, que reaparece quando acontecem as épocas de grandes chuvas, como as que ocorreram em fevereiro de 2008, como mostra a figura 37, brejos na figura 38 e canais fluviais retificados como na figura 39. Os canais retificados agravaram já algumas inundações e contribuíram no empobrecimento das lagoas assim como seu desaparecimento.

A constituição geológica da Bacia remonta a aproximadamente cinco mil anos, do período Quaternário. Nos morros a formação geológica é constituída por diques de rochas diabásicas, que nos costões expostos a ação do mar e do vento e através de ações físico-químicas resulta na acumulação de minerais que caracterizam as areias escuras presentes na praia do Pântano do Sul.



Figura 37 - Muro do Condomínio Velas em área alagada da antiga Lagoa das Capivaras. Fev/2008.



Figura 38 - Novos condomínios em área da antiga Lagoa das Capivaras sobre a SC 406. Fev/2008.

Como em toda a Ilha, os ventos aqui também têm um importante papel na determinação do clima local. A abertura do arco da praia da localidade é direcionada para o quadrante sul, e, é o vento sul que se apresenta com maior intensidade levando a mudanças da temperatura com súbitas descidas. Este sopra fortemente no local no sentido norte deixando sua marca na curvatura da vegetação. Consegue adquirir velocidade porque os morros que delimitam a praia formam um canal por onde entra com facilidade correndo através da planície até o seu fechamento no canal formado pelos morros do Ribeirão e da Lagoinha perto da Praia da Armação.

Por outro lado, os ventos provenientes do quadrante nordeste, que normalmente vem acompanhado por chuvas frontais trazendo a “lestada”, não atingem o local que é protegido naturalmente pelo Morro da Lagoinha.

A Bacia conformada pela dorsal central e pelo morro da Lagoinha do Leste se caracteriza por ser uma área onde as águas das chuvas são coletadas e conduzidas por gravidade até as áreas alagadiças e por conseqüência até os canais fluviais e redes de canais de drenagem retificados. O rio principal é o Quincas, que é abastecido por uma série de pequenos córregos que escorrem pelas vertentes dos morros, se dirigindo até o mar no sentido norte até a Praia da Armação. No seu percurso troca de nome algumas vezes: Quincas Antonio, Córrego do Pântano do Sul e Rio da Armação.

Nesta planície sedimentar o lençol freático encontra-se extremamente superficial, tanto que é chamada de planície alagadiça, devido a que em alguns pontos há formação de banhados. Na década de 60 o sistema de drenagem na bacia ainda conformava a Lagoa das Capivaras e outras duas lagoas menores, que com as obras de retificação dos córregos através da aberturas de canais pelo DNOS, na década de 70, drenou o local secando as lagoas. A sua presença apenas é indicada pela existência de solo turfoso e áreas alagadiças que nos períodos de maior precipitação tenderão a surgir novamente extravasando os canais (Figura 39). A rede hidrográfica alterada com a retificação do rio Quincas tem contribuído para problemas de drenagem na região que tem sofrido alguns problemas de inundações em algumas áreas ocupadas.



Figura 39 - Área alagada resultado dos canais retificados extravasados por causa das intensas chuvas. Nov/2008.

Os elementos descritos, geomorfologia, hidrografia e clima geram e dão o suporte para a vida, proporcionando uma diversidade tanto animal como vegetal. O ambiente natural do Pântano do Sul proporciona uma grande diversidade de habitats: floresta de encostas, matas de planície, matas de restinga, campos de dunas e mangues.

A Mata Atlântica ou Floresta Ombrófila Densa estende-se pelas encostas dos morros circundantes. Caracteriza-se pelos diversos estratos vegetais, elevada densidade e heterogeneidade de vegetais e animais. Uma das espécies vegetais de destaque é o palmitero que pode ser encontrado nos locais mais elevados e nas encostas de maior declividade, ou seja, onde o local dificulta a ação antrópica. A fauna é extremamente rica e podem ser encontrados numerosos mamíferos, aves e répteis.

A pesar do valor ecológico e paisagístico da Floresta Ombrófila, e de haver na Ilha, inclusive na região, uma recuperação da vegetação nativa bastante perceptível, acreditamos não seja possível achar um local sem nenhuma intervenção, já que em muitos casos ainda, são utilizadas as encostas para retirada de lenha e madeira e ainda nas áreas dos divisores de águas, são utilizadas para plantação de pastagens para o gado ou para uso com cultivos de subsistência.

A região da planície esta ocupada em parte pela Floresta Ombrófila da Planície Quaternária (Figura 40 e 41) por sobre os solos antes cobertos pela restinga. Por estar sobre um solo mais rico e com mais quantidade de matéria orgânica provenientes das encostas próximas, a sua vegetação é constituída por estratos vegetais que variam entre o arbustivo e o superior, com espécies podendo chegar até 15m de altura. Esta vegetação é considerada de transição entre o ambiente de restinga da planície o da Floresta Ombrófila Densa das encostas. Mesmo tendo menos espécies que esta última, ambas são muito semelhantes em sua estrutura arbórea. O Pântano do Sul é um dos locais da Ilha onde este ecossistema ainda se apresenta, mas, se encontra muito comprometidos. Por serem áreas planas podem ser utilizadas para agricultura e áreas de pastagens, mas sobretudo, cobijadas para ocupação com urbanização,.

A região do Pântano do Sul possui uma das principais áreas de restingas da Ilha somando também as áreas de Naufragados, Lagoinha do Leste e Armação. Essas áreas apresentam problemas de intervenção em diferentes níveis de gravidade, relacionados com os processos em andamento de ocupação urbano-turística, mais especificamente pelos novos projetos em implantação.

Este ambiente natural apresenta na sua composição dois tipos de vegetação, dependendo de sua proximidade ou afastamento do mar. A mais próxima da linha da praia acontece em condições de solo e clima adversas e é formada por gramíneas e herbáceas. Os ambientes mais interiorizados, com a melhoria das condições do solo e da ação do vento e do mar com menor intensidade, possibilitam a presença de associações mais complexas com espécies de maior porte.



Figura 40 - Floresta da Planície Quaternária, ao fundo percebe-se o mar. – Caminho da Costa de Dentro. Nov/2008.



Figura 41 - Floresta da Planície Quaternária no limite com o Loteamento dos Açores – Nov/2008.

As dunas do Pântano do Sul se estendem ao longo da praia já fora da zona das marés, e sua modelagem se deve a ação dos ventos, podem ser fixas ou móveis dependendo da sua cobertura vegetal.

Elas se entendem ao longo do cordão da praia de forma esparsa, interrompidas pelo Loteamento dos Açores construído na década de 70 quando ainda não havia limitações ambientais ao uso do solo. Parte das dunas mais próximas ao mar apresentam um tipo de vegetação rasteira típica, mas na maior parte da área é do tipo de restinga mais densa e com estratos mais altos, isto se pode considerar como um resultado das políticas de preservação implementadas nas últimas décadas.

Em menor proporção, o ambiente dos manguezais está presente na região na desembocadura do Rio Quincas Antonio com o canal sangradouro da Lagoa do Peri, com abundante vegetação característica deste ecossistema. Tendo na sua composição grande quantidade de matéria orgânica, representa um alimento para a vida marinha da costa. Assim, o mangue abriga e alimenta grande diversidade de animais, mamíferos, aves e espécies marinhas características como o caranguejo, camarões e siris. Este ambiente natural encontra-se bastante atingido devido a concentração de efluentes domésticos trazidos pelas águas interiores que deságuam nas praias de Armação e Matadeiro.

3.5.2 Processo histórico de ocupação

O processo de ocupação mais intenso do Distrito de Pântano do Sul e, o seu crescimento aconteceu praticamente a partir de fins do século XIX e início do XX.

Virgílio Várzea (1997), em sua viagem realizada no começo do século passado, com o objetivo de desvendar as localidades interioranas da Ilha de Santa Catarina, descreveu que o “(...) arraial do Pântano do Sul tinha poucas terras cultiváveis e como desconheciam processos agrícolas modernos para fertilizá-las os habitantes eram mais pescadores do que agricultores. Conta também que “(...) muitas redes de arrastão se lançavam pela costa já que a enseada se coalha de mantas magotes enormes de maio a outubro de cada ano”.

Como decorre do depoimento anterior, a ocupação do Pântano do Sul se configura historicamente em função da atividade econômica da pesca. Segundo Pereira (2001) o mar e a praia se apresentavam como o território dos pescadores e da comercialização da produção. A mesma autora afirma a colocação de Virgílio Várzea, que na década de 40 a pequena povoação do Pântano do Sul seria ainda constituída por pescadores, e em menor escala por pequenos agricultores e comerciantes. A população da localidade nessa época, não pode ser precisada, pois pertencia ao Distrito de Ribeirão da Ilha, que contabilizava no censo do IBGE de 1949 com 4.589 pessoas. Segundo Pereira (2001) a população era muito humilde e somente os comerciantes de maior poder aquisitivo que eram os donos de “salgas” podiam pensar em melhorar de vida. Assim os filhos destes comerciantes eram os únicos que podiam continuar os estudos ou pensar em abrir novos negócios. Conforme relatos em depoimentos tomados pela mesma autora, a vida nos primeiros tempos era de muita pobreza, sem luz elétrica e a base alimentar desta comunidade mais carente se constituía de pirão e peixe na grande maioria das vezes.

Em função do desenvolvimento da atividade pesqueira na década de 1940 algumas famílias provenientes das localidades de Ganchos, Garopaba e Biguaçu (São Miguel) vieram a se estabelecer na localidade. E como era o pensamento daquela época, o mar e a

praia não eram vistos como locais de lazer, somente representavam locais de trabalho. A agricultura de subsistência era outra atividade econômica praticada na localidade, era cultivado sobre áreas de terras comunais, utilizando mão de obra familiar, poucas vezes se contratava mão de obra de fora e as roças localizavam-se longe das moradias, sobre as várzeas e encostas dos morros do entorno.

O processo de apropriação das terras comunais ocorreu também no Pântano do Sul segundo Campos (1991). Estas terras foram objeto de discussões e conflitos entre vizinhos e agentes externos como empresas particulares e também o Estado que tinha intenção de apropriá-las. Estas privatizações influenciaram diretamente os pequenos produtores que se utilizavam destas terras para uso agrícola de sobrevivência promovendo seu empobrecimento.

Ocorreram muitas reclamações e queixas dos usuários denunciando tentativas de alguns se apoderarem ilicitamente das terras. As leis que existiam confirmavam estas áreas como “campos logradouros públicos” ou seja como área pública de uso comum, mas nem sempre as leis podiam ser aplicadas com exatidão, como ocorre até hoje.

Na localidade havia uma extensa área que ocupava parte de dunas, restingas e um pequeno trecho sobre a planície alagada, que pertencia ao Sr. Bianchini. Este território era utilizado para agricultura principalmente para plantação de mandioca. Este produto abastecia o engenho ali existente, que produzia farinha de mandioca para exportação. Trabalhava com mão de obra familiar desde o plantio até o ensacamento da farinha. Esta atividade apresentou declínio na mesma década de 1940.

Na mesma época aconteceram vários fatos que incluíram elementos de interesse para a comunidade. Foi executado o traslado do cemitério municipal localizado no caminho da Costa de Dentro para o novo local junto à comunidade na encosta do morro da Lagoinha sobre a enseada. Na abertura do novo cemitério foi encontrado um sítio arqueológico que resultou ser o mais antigo da ilha, onde foi aplicada a Lei Federal que dispõe sobre a preservação de monumentos arqueológicos e pré-históricos.

Também neste momento, começa a ser praticada no Pântano, a festa católica do Divino Espírito Santo para a Capela de São Pedro, que era festejada em outras freguesias, proveniente da Igreja de Nossa Senhora da Lapa do Distrito do Ribeirão, o que promoveu um atrativo para a localidade.

O crescimento da localidade se deu por vários motivos e incentivos (Desenho 2 da Figura 56). Exemplo, na década de 50 segundo Pereira (2001), novos agricultores imigram das áreas de Imaruí em Laguna, e de Paulo Lopes e, iniciaram as primeiras plantações de arroz com o objetivo de exportação da produção, deslocando outras culturas e usos praticados até o momento. Nesse momento o município teve um grande desenvolvimento

incentivando o governo estadual e municipal a promover obras de infraestrutura, que também se fizeram presentes na localidade do Pântano do Sul na melhoria de equipamentos existentes e na implantação de novos para o atendimento a comunidade e na abertura de novos caminhos. O turismo como atividade rentável ainda não fazia parte do cotidiano.

Na década de 1960 começa o deslocamento dos moradores para o centro de Florianópolis à procura de trabalho devido à expansão das funções administrativas da capital. Outros saíram para embarcar-se para o Rio Grande do Sul com o incentivo governamental ao setor pesqueiro considerado uma importante atividade econômica, que seria responsável pelo abastecimento à população e também pelo desalojo da pesca artesanal.

Nesta mesma década, a expansão urbana de Florianópolis e a crescente imigração sofreram transformações, e o Pântano do Sul não se manteve imune a onda desenvolvimentista. As suas vias rurais algumas foram ampliadas e calçadas, a sua população teve acréscimo numérico e o Estado estabeleceu seu poder de forma mais presente na localidade.

Nas décadas de 1950 e 1960 houve grande incentivo à produção agrícola com a ampliação das vias rurais, haveria também, uma mudança do sistema hídrico, o DNOS retificaria os rios e ampliaria alguns canais permitindo a drenagem e conseqüente secagem das lagoas existentes e de amplas áreas antigamente alagadiças que poderiam ser utilizadas.

Foram criados em 1962, os Distritos de Pântano do Sul e de São João do Rio Vermelho através da Lei Nº. 531, pela Câmara de Vereadores do município. A localidade passa a ser sede do novo distrito, instalando-se a Intendência Distrital. O primeiro intendente foi o Sr. Luciano Manoel de Ávila, pescador que exerceu a sua função por mais de uma década, de 1962 a 1973.

Em 1968 foi inaugurada a luz elétrica trazendo consigo uma mudança na vida social e, sobretudo na produção pesqueira que agora poderia ser conservada. Esta possibilidade não afetou as relações de trabalho existentes, porque poucos tiveram condições de adquirir os equipamentos necessários. Também o aparelho estatal se amplia nesta década que além da Escola Estadual Clementino de Brito, foi instalado o posto policial, o posto médico e foi dada a concessão para a exploração de uma linha de transporte coletivo para a localidade. Outra intervenção importante do Estado nesse momento é a aplicação da Lei Nº. 3.924 que dispõe sobre a regulamentação da propriedade e uso do solo. Os novos equipamentos urbanos atraíram para a localidade um novo mercado, o da especulação imobiliária, denominando-a de Balneário.

A estrutura territorial herdada do processo de colonização perdurou em seus traços fundamentais até aproximadamente os anos 60, teve uma evolução lenta e gradual. Podemos distinguir como elementos fundamentais desta estrutura: a vila, as áreas parceladas para uso agrícola e as áreas comunais, sendo hoje estas as grandes reservas de terra a espera da valorização imobiliária.

Na configuração geral do parcelamento do território do Distrito do Pântano do Sul até o início das transformações urbanas turísticas verificam-se permanências que estão presentes nas estradas coloniais na base do morro, nos caminhos sobre a planície e na conformação morfológica da vila. Em síntese: a expansão do Pântano do Sul desde o seu início até a década de 1960 consolida uma estrutura territorial que apresenta as seguintes características:

a) A vila

A estrutura territorial da vila tinha como característica a espontaneidade do traçado orgânico desenvolvido através do tempo. A sua ocupação e crescimento se deram a partir da estrada geral que a ligava ao resto do território insular. O mar onde se desenvolvem as atividades da pesca é um dos elementos articuladores da malha viária que a ele chega, estendendo-se de forma orgânica até chegar novamente ao mar, e, o outro elemento articulador é acesso principal (final da SC 405) que a comunica com o resto do território insular, também termina no mar.

Na chegada na vila percebemos as preexistências na configuração urbana da ocupação. As ruas se estendiam de forma sinuosa costurando o parcelamento, das mesmas também surgem várias outras vielas muitas estreitas, onde em algumas mal consegue passar um carro e em outras de uso somente de pedestres, e, em muitos casos ainda, tem que se passar por outras propriedades para acessar aos seus terrenos.

Sobre esta rua principal de chegada instalaram-se a igreja com sua praça frontal e o Salão Paroquial local de encontro de toda a comunidade. Também inicialmente instalaram-se as “salgas” e posteriormente outros comércios e serviços. Esta estrutura caracteriza o centro cívico da localidade onde se une o poder divino representado pela igreja, o público com os equipamentos de serviço e o civil com a presença dos donos do poder econômico do local.

A vida cotidiana do interior das casas era quase de domínio público em função da proximidade da casa com a rua. Como nem sempre houve uma delimitação física dos lotes, os espaços abertos privativos podem ser visualizados desde o espaço público, não parecendo que os moradores sentissem necessidade do ter um espaço totalmente privativo.

A disposição das edificações era de proximidade, mas não totalmente contíguas ocupando um lote que também tinha um traçado perpendicular à rua. Quando os filhos cresciam e era necessário providenciar uma moradia independente, era construída uma nova unidade no lote paterno configurando um adensamento progressivo. Ainda o visual aparente da vila cercada por morros e mar e ocupação com uma ou duas casas por lote, a paisagem lúdica do entorno imediato era bem visível. O traçado orgânico diminuía as perspectivas das vielas fechando espacialmente o assentamento, os lotes, alguns, muito pequenos já estavam densamente ocupados.

Algumas edificações mais antigas com sua fachada na testada frontal do terreno com pequena largura, notadamente sobre a rua principal, continuidade da SC 406, e maior profundidade, são uns exemplos da ocupação originais.

b) Ocupação linear

Esta ocupação estava representada pelas estradas na base do morro e os caminhos da planície que mantiveram a sua feição colonial e rural: pouca largura, sinuosidade e sem calçamento. A ocupação era de poucos moradores localizados nas suas sedes nas pequenas chácaras, sobre a lateral da encosta, ou na planície. Os lotes sendo ainda do parcelamento original eram de estreita testada sobre os caminhos e grandes comprimentos.

Nos caminhos da base do morro do Ribeirão, Costa de Dentro e Costa de Cima ou na lateral da SC 405 (Morro da Lagoinha), com os acessos construídos perpendiculares às curvas de nível avançavam sobre a Mata Atlântica, e sobre a planície, nota-se que não havia parcelamentos e nem caminhos se introduzindo nas áreas alagadas, somente agricultura.

Esta ocupação com poucos moradores, sobre a lateral do morro, e a prática da agricultura utilizando as encostas foi responsável pela devastação da vegetação original (Mata Atlântica) até década de 1950. Nas décadas seguintes, com a descoberta urbano-turística desta localidade e o declínio das atividades agrícolas possibilitou um processo de recomposição lento e espontâneo desta cobertura vegetal que continua até hoje com o crescimento da vegetação secundária em diversos estágio de regeneração.

c) Campos comunais

Também na localidade do Pântano do Sul, ao longo dos caminhos e as áreas de restingas e planícies foram ocupadas e utilizadas também, como áreas comunais. No caso do Pântano do Sul era utilizada a planície alagada central entre os morros que delimitam a

localidade adjacentes aos caminhos e as encostas nas partes mais altas também eram utilizadas.

Cabe destacar que apesar das ocupações terem se desenvolvido ao redor dos caminhos, portanto parte delas nas encostas, não houve praticamente ocupação nas baixadas, porque a força das águas nas várzeas era respeitada pelos agricultores, não havendo naquele momento tecnologia para enfrentar esse desafio. Essas áreas dentro do contexto do Pântano do Sul representam a maioria das terras da localidade sendo a parte ocupada com uso antrópico muito menor, por isso representaram uma grande reserva de terras de grande interesse para o desenvolvimento de uma infraestrutura turística na ilha.

Nas décadas de 1960 e 1970 do século XX com a descoberta urbano-turística desta localidade e o declínio das atividades agrícolas possibilitou um processo de recomposição lento e espontâneo. Desta cobertura vegetal que continua até hoje com o crescimento da vegetação secundária em diversos estágio de regeneração.

3.5.2 Transformações urbano-turísticas

A partir da Década de 60 o Pântano do Sul foi descoberto como praia lúdica que oferecia uma situação singular comparada com a maioria das outras praias. Talvez pela grande distância através de estrada de chão até a Sede do município tinha um ar mais interiorano, os preços de aluguéis eram mais baratos que no norte da Ilha e terrenos de valor mais acessível, e claro, ainda, pelas suas belezas naturais muito especiais.

As transformações contemporâneas trouxeram para esses espaços, novos usos, sendo expressão de novas sociabilidades de forma a consolidar a praia como o principal o espaço público da localidade para o uso coletivo (Figura 42).

Por outro lado a existência da Associação de Moradores, com o intuito de procurar melhorias para a comunidade, a necessidade de respostas para a avalanche de interesses imobiliários fomentou o surgimento de estudos e de reuniões cujo tema seria a preservação ambiental dos ecossistemas locais. Estes estudos promoveram a fundação do Movimento Pró Qualidade de Vida do Pântano do Sul.



Figura 42 - Uso coletivo da praia: barcos de pesca, turistas, bares e estacionamento. Mar/2008.

Desde o início da implementação do turismo no Pântano como em toda a ilha, foi propiciado fortemente, via de regra pelo verão. No início a presença do turista foi somente para usufruto da praia e alimentação nesse período. Mas à medida que ficaram conhecidas as suas belezas naturais, a hospitalidade de seus moradores e o isolamento, muitos novos moradores com outras culturas acabaram se instalando para ficar. Existiu e existe uma sazonalidade forte que sempre foi amenizada pelo turismo interno que procurava nos fins de semana os restaurantes, alugar uma casa para o fim de semana, já que fora de temporada os preços sempre foram bem mais baixos. O período de veraneio possibilita à comunidade um acréscimo de sua renda alugando sua casa para os turistas ou utilizando os barcos para passeios e ainda para os pescadores vender seu peixe diretamente, com um ganho maior.

A década de 1990 trouxe consigo o desenvolvimento exponencial do turismo em toda a ilha, e o turismo praticado especificamente no Pântano do Sul foi e, ainda é, aquele onde o turista se integra mais com a comunidade.

Os novos ares de um futuro promissor com a valorização das terras frente a especulação imobiliária chegada junto com o desenvolvimento do turismo promoveu:

a) Na vila

As novas possibilidades que se abriam frente às novas necessidades criadas em função do turismo foram os que incentivaram aos moradores a ampliar, reformar e ainda construir novas unidades residenciais para atender a esse novo público que estava chegando. Este fato foi o que marcou na vila, o desenvolvimento do turismo como nova fonte de renda na localidade com a construção em massa na grande maioria das propriedades, de novas casas para aluguel de veraneio e ampliações das existentes. Foi o responsável direto pela mudança espacial e pela densificação do local que se iniciou

naquela época e continua até hoje (Figura 43). Os lotes urbanos foram sendo parcelados sucessivamente, com as casas muito próximas, muitas vezes contíguas e sem recuos se apresentando como uma massa construída (Desenho 2 da Figura 57).



Figura 43 - Adensamento das edificações na Vila do Pântano do Sul, vista desde a praia. Mar/2008.

Segundo Pereira (2001) em 1978, o Sr. Arante Monteiro Filho, o Arantinho decidiu instalar um bar à beira mar. O seu pai o Sr. Arante já era dono de comércio de secos e molhados por tanto sendo do ramo implementou o negócio para atender aos turistas que ali vinham à procura da praia, para pernoitar ou ainda para morar. Assim surgiu o Bar do Arante oferecendo comidas típicas do lugar, um peixe frito e um pirão, porque segundo depoimento do próprio dono “(...) o pessoal não estava procurando restaurante francês”.

Assim como o Bar do Arante, outras iniciativas aconteceram dentro da vila do Pântano, como a criação de algumas pequenas pousadas, casas de aluguel e outros restaurantes (Figura 44) que foram empreendimentos que não chegaram a descaracterizar o lugar e melhoraram a qualidade de vida dos moradores. A iniciativa de usar a praia como espaço de abertura dos restaurantes e peixarias criou um ambiente de colônia de pescadores onde convivem, os barcos e redes com os frequentadores e seus veículos. Esta forma simples de ser e atender o turista, que tem o comerciante do Pântano, permite uma familiaridade maior entre visitante e morador dando uma característica identitária ao lugar.



Figura 44 - Bares na beira da praia. Mar/2008.

A vila localizada sobre áreas de preservação não permite sua expansão territorial. Como consequência, várias irregularidades aconteceram no desejo de ali morar. A rua e os terrenos criados sobre a bacia e sobre a canalização do rio Quincas Antonio é um exemplo de ocupação irregular mais recente em função da falta de terrenos livres devido também, à reserva de áreas pela especulação imobiliária. Esta ocupação promoveu situações de emergência para seus ocupantes quando aconteceram inundações.

Outro local de expansão se deu subindo com a ocupação a encosta do morro da Lagoinha (Figura 45) porque as terras da planície cobertas por restingas e dunas já estavam “compradas”. Esta ocupação se deu tanto na lateral da SC 405 promovida pela trilha que leva à praia da Lagoinha, ocupação esta que foi se estendendo pelas suas laterais.



Figura 45 - Ocupação sobre a lateral do Morro da Lagoinha. Mar/2008.

Na mesma encosta, que desce sobre o mar, na enseada, também foi ocupada com edificações que estão construídas como se estivessem “penduradas” do morro por sobre o

rochedo. Aqui foram construídas duas vielas que são de uso exclusivo de pedestres e se desenvolvem paralelas às curvas de nível do local. A que está na cota inferior (Figura 46) situa-se sobre o rochedo ao lado do mar, e a ocupação se dá em terreno muito íngreme sobre pequenos lotes com edificações sobre o limite frontal comunicadas por uma passagem de pedestre sobre as rochas. Há um aproveitamento de espaço por sobre o rochedo, em locais onde as lajes de pedras possuem alargamentos, sendo utilizadas como local de lazer, onde foram construídos áreas com churrasqueiras, para descanso ou contemplação (Figura 47).



Figura 46 - Vial de pedestres sobre o rochedo que acessa as edificações ali construídas. Mar/08



Figura 47 - Espaços de lazer sobre o rochedo com churrasqueiras, ou como local de descanso ou contemplação. Mar/08

No segunda viela, na cota mais alta (Figura 48) a configuração da viela é similar a anterior. Sobre ela encontra-se o cemitério municipal e a seguir lotes residenciais com algumas edificações. A visão deste conjunto é agradável já que as edificações se enquadram na encosta agreste com fundo sobre a vegetação. Algumas edificações avançaram mais à frente na ocupação, mas foram freadas pela fiscalização sobre as áreas de APP.



Figura 48 - Edificações e o Cemitério Municipal sobre a viela em cota superior, na encosta do Morro da Lagoinha sobre a enseada. Mar/08

A malha urbana da vila do Pântano contém poucas ruas mais largas, sendo completadas as comunicações entre terrenos, por vielas pequenas, algumas somente para pedestres. As ruas se iniciam ou no mar ou na SC 406 de forma orgânica, sendo quase todas de pequena extensão (Desenho 1 da Figura 57).

As novas edificações construídas na vila já possuem o padrão de recuo frontal apresentando espaços para jardins que hoje poucos existentes ficando espaços vazios para serem utilizados como estacionamentos para turistas na época de veraneio. O adensamento construtivo é presente e notório em toda a vila inclusive nas áreas de expansão mais recentes devido ao boom de argentinização que ocorreu nas décadas de 1980 e 1990. Este adensamento se deu com a construção de mais andares, mais construções no terreno de cada família, ocupando desta forma praticamente todo o terreno (Desenho 2 da Figura 57). Esta tipologia não planejou espaços de passagem entre edifícios e mesmo entre lotes ou ainda espaços abertos para iluminação e ventilação. Estas condicionantes necessárias ao conforto (a vila está localizada sobre a enseada onde a maresia faz parte do ambiente permitindo uma alta taxa de umidade no ar) das habitações promovendo uma boa iluminação e ventilação de cada edifício não está presente em muitos casos na vila do

Pântano, porque muitas casas abrem suas janelas para pequenos corredores sem insolação direta ou ainda para o pátio vizinho a pouca distancia de mais uma edificação. Sobre os acessos aos terrenos, há hoje muitos casos em que para se poder acessar a propriedade há necessidade de passagem por terrenos vizinhos (Figura 49 e 50). Isto se por um lado é prejudicial a questão de conforto nas construções, e que são em sua maioria edificações irregulares que não foram construídas dentro das leis do município, tem o seu lado cultural e próprio dos moradores destas vilas que é a familiaridade e o espírito comunitário presente na vizinhança. Valores que diferenciam estes ambientes culturalmente. Isto de certa forma v



Figura 49 - Viela de pedestre para acesso a varias residências. Fev/2008.



Figura 50 - Viela para automóveis de comunicação entre residências. Fev/2008.

b) Ocupação linear

Os caminhos principais existentes praticamente são os mesmos das décadas anteriores. O que surgiu foi uma rede de vielas que se desenvolveu subindo os morros que circundam o distrito. Estas vielas dão de forma perpendicular aos caminhos e em alguns casos se subdividem, mas na sua maioria são independentes umas das outras, ou seja, não há comunicação entre elas. Outra característica são ruas de pouquíssima largura permitindo na maioria das vezes somente a passagem de um veículo tendo que os proprietários normalmente fazerem um alargamento nas suas entradas particulares para permitir a passagem de outros veículos e estacionamento.

Os caminhos existentes são a SC 405 que comunica a localidade com o resto do território, o caminho que vai até a Praia da Solidão passando pelo loteamento dos Açores que se encontra com calçamento, e a estrada Rozália Paulina Ferreira que passa por Costa de Dentro e Costa de Cima (Figura 51), ambas as localidades originais e se conservam de certa forma com alguns elementos edificados antigos. O que mais chama a atenção é que ainda hoje esta estrada não esta pavimentada lhe dando um ar ainda muito rural.



Figura 51 - Caminho pela Costa de Dentro – Estrada Rozália Paulina Ferreira – Nov/2008.

c) Áreas comunais, terras de reservas para os loteamentos e condomínios

Nas últimas décadas do século XX aumentou a pressão para o desenvolvimento de novos projetos urbanos e várias estratégias foram empreendidas através de estudos, objetivando a realização dos mesmos, que não levariam em consideração as demandas da população local. O Parque Balneário dos Açores foi o primeiro empreendimento a serviço do turismo construído no sul da Ilha. Foi implantado afastado do núcleo original e também das ocupações de Costa de Dentro e Costa de Fora. Apresentou-se com um elemento de inovação na sua implantação o que atraiu muitos compradores pela bucólica paisagem do seu entorno, pela qualidade de sua praia, e claro, pelos baixos preços praticados no momento do seu lançamento. O seu planejamento foi programado para atender a demanda da especulação imobiliária de veraneio.

O projeto teve seu traçado sobre dunas e restingas porque naquela época as leis ambientais não eram bem claras a respeito de certas áreas como neste caso de dunas e restingas. O empreendimento totalmente planejado em forma ortogonal teve dificuldades de ser incorporado espacialmente ao entorno que era de ocupações lineares de forma orgânica. Teve dificuldades também de interagir socialmente com a comunidade local devido ao seu traçado foi muito diferente dos elementos tradicionais ali utilizados e também fora do contexto local, como novos usuários com outras culturas e praticas. A sua implantação foi uma ruptura com o modo original de ocupação do local. Ele foi implantado afastado do núcleo original tendo como comunicação uma estrada que passava apenas margeando a vila, sobre a área do engenho local. A estrada de acesso foi aberta numa área entre a duna e a planície alagada que apenas margeia a vila. Estas áreas permaneceram sem ocupação, eram terras de uso comunal que passaram para mãos de particulares como foi comentado através do autor Campos (1996) ficando como reserva de terras. Hoje elas

fazem parte de uma APP, sendo que a sua utilização para urbanização por enquanto se encontra vedada.

Seu traçado foi projetado de forma ortogonal e racional, procurando o aproveitamento máximo do uso do solo com a clara intenção de especulação imobiliária. Foi na região, o primeiro empreendimento que serviu a indústria do turismo promovendo uma ocupação de veraneio no sul da Ilha de Santa Catarina.

Mesmo tendo promovido uma ruptura com o modo de ocupação original, o loteamento dos Açores foi implantado de forma aberta permitindo a sua transposição de forma livre. Isto permitiu que pudesse haver uma convivência permitindo aos poucos uma aceitação por parte dos moradores locais. A sua ocupação não pertencia aos moradores locais, mas, traria novos usuários permitindo trocas culturais com prováveis mudanças de comportamentos com a convivência. Figuras 52 e 53)



Figura 52 - Loteamento dos Açores– Nov/2008.



Figura 53 - Loteamento dos Açores com tipologia de edifícios multifamiliares– Nov/2008.

As áreas adjacentes à estrada se desenvolvem no sopé do morro e ao lado das áreas de planície onde pode se ver o gado pastando. São áreas muito extensas e vazias de ocupação humana. Também está ali presente, a Planície Quaternária que ainda se conserva e por onde não se construíram ainda nenhum caminho sendo utilizado ainda hoje com gado aparentemente permitido pelos seus novos donos. Esta paisagem pode estar com os dias contados porque tudo depende da liberação ou não dentro do PDP que está em processo de discussão com a comunidade para sua elaboração definitiva.

Estas áreas de antigas terras comunais acabaram passando a mãos de novos donos de formas diferentes. Vários ocupantes ou intrusos conseguiram o usufruto através de permissão de autoridades locais a ocupação e cercamento de áreas em detrimento dos outros moradores, outros simplesmente ocuparam com ou sem permissão. Esse usufruto era dado àqueles que o uso de área comunal era necessário à sobrevivência e acabava se convertendo em apropriação. Também existiu interesse do estado em utilização destas terras, que não aconteceu no caso do Pântano do Sul.

Mesmo hoje onde a Floresta Quaternária faz parte de áreas de APP vem-se clareiras abertas para uso em construções ao longo do caminho e inclusive sobre as áreas planas alagadas há demarcações com acessos pavimentados em áreas que nunca foram ocupadas pela urbanização (Figura 54 e 55).



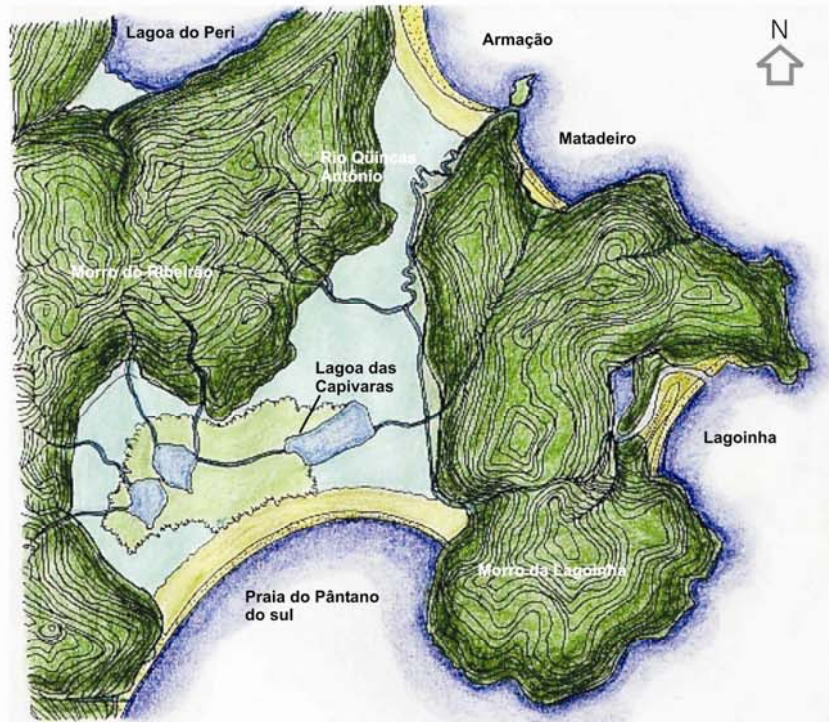
Figura 54 - Uso rural atual sobre as antigas áreas comunais, com a Floresta da Planície Quaternária em segundo plano e os morros do Ribeirão e da Armação ao fundo fechando as áreas de planícies do Distrito de Pântano do Sul. Nov/2008



Figura 55 - Acesso calçado a novo condomínio em construção no caminho entre as localidades de Costa de Dentro e Costa de Cima. Nov/2008.

01 - Sítio Físico

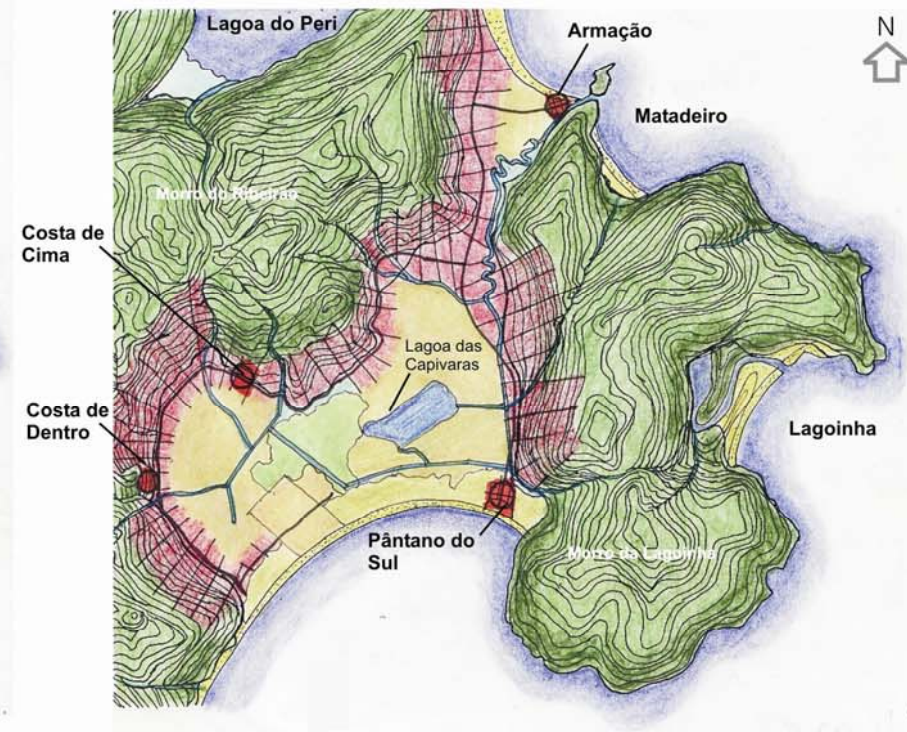
Escala: 1/50000



- Legenda:**
- Mata Atlântica
 - Mata da Planície Quaternária
 - Restinga
 - Planície Quaternária
 - Duna
 - Lagoas

02 - Ocupação Colonial

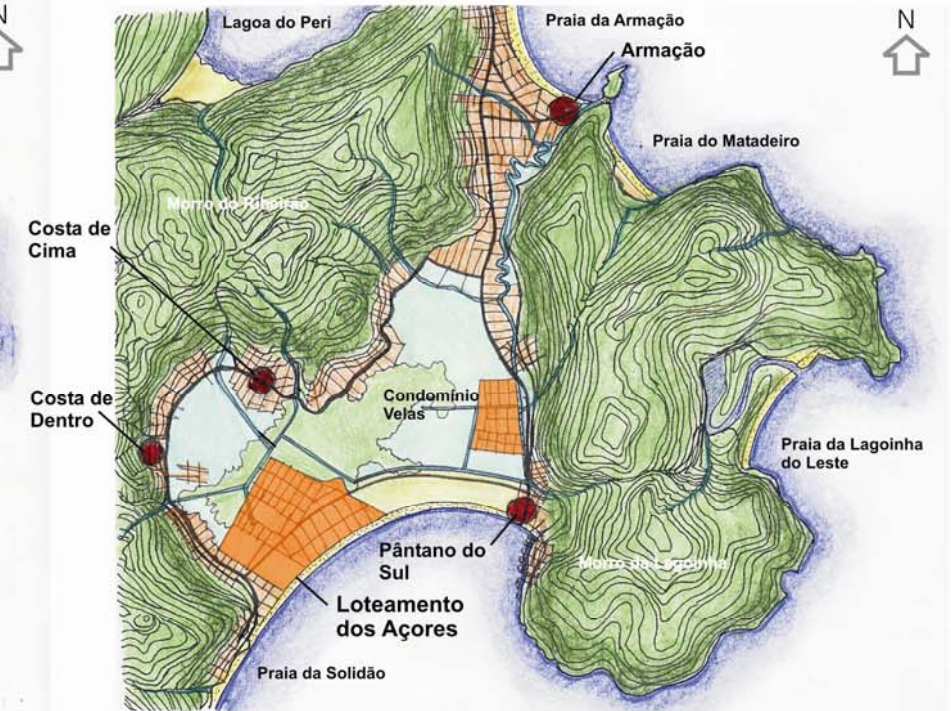
Escala: 1/50000



- Legenda:**
- Núcleos Originais
 - Áreas com Parcelamento Agrícola
 - Áreas Comunais

03 - Ocupação Urbano Turística

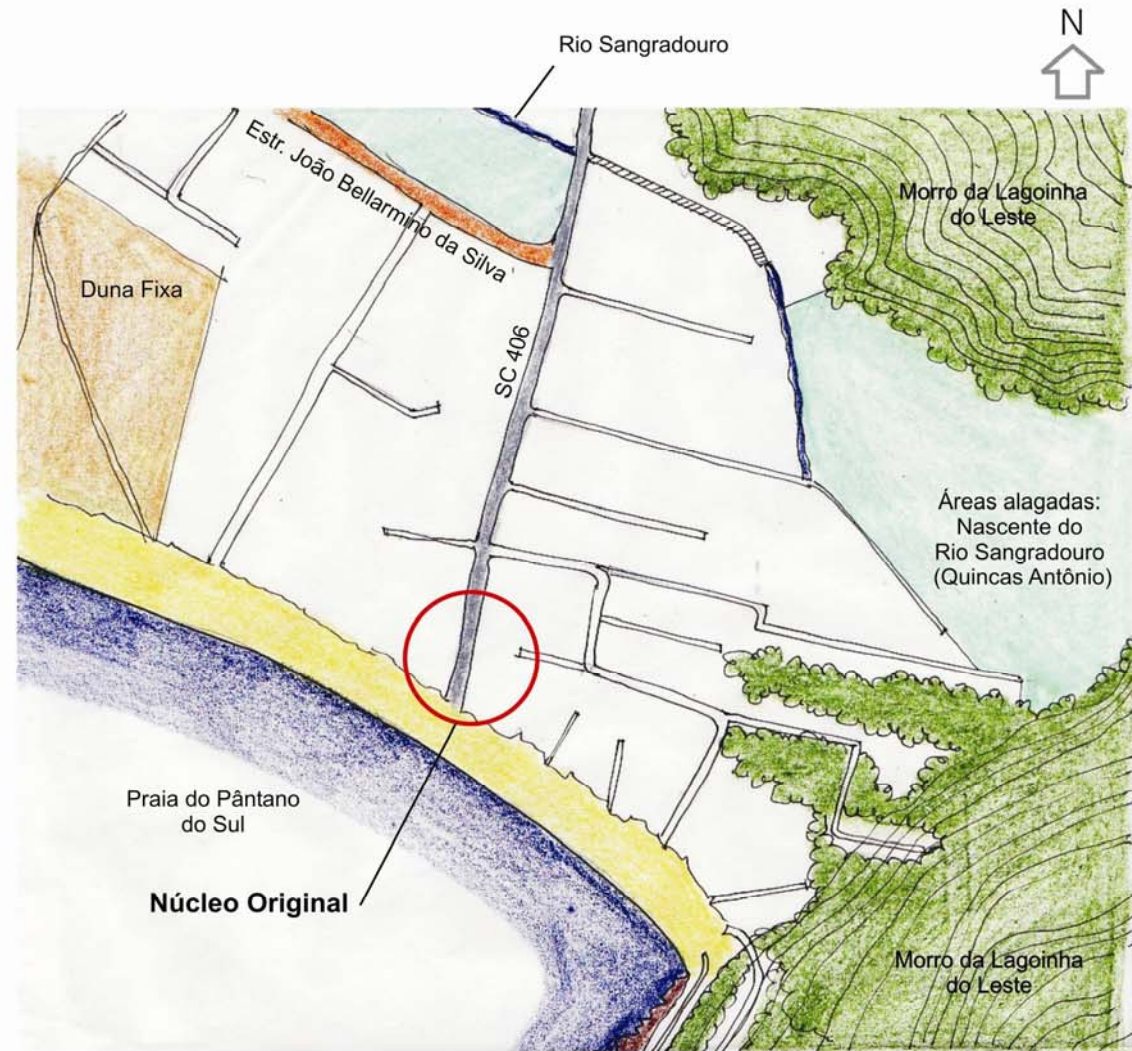
Escala: 1/50000



- Legenda:**
- Núcleos Originais
 - Expansão por sobre área agrícolas parceladas (sobparcelamento)
 - Expansão por sobre áreas Comunais (Loteamentos e Condomínios)





Pântano do Sul

Figura 56 - Mapas do Sítio Físico, do histórico da ocupação e das transformações urbano-turísticas atuais. Fonte: Autora sobre Google Earth. Jul/08.



1- Malha Urbana - Escala de Entorno

Legenda:

-  SC 406 - Nível Insular
-  Vias Principais - Nível entre Núcleos
-  Vieiras e Becos - Nível Interno
-  Viela sobre o Canal do Rio Sangradouro

2- Malha Urbana e Ocupação Atual

Pântano do Sul



Figura 57 - Plantas da malha viária com o entorno e da configuração da ocupação atual. Fonte: Autora sobre Google Earth. Jul/08.

3.5.4 Pântano do Sul - Considerações Finais

A percepção do sítio do Pântano do Sul ainda hoje é bastante clara, o que se deve à conformação dos seus limites geográficos externos muito fortes, os morros (são os mais altos da Ilha) e o mar, limitantes de sua ocupação, que o demarcam. O forte contraste existente entre a grande altitude dos morros e a grande planície é também característica do sítio que fornecem legibilidade e identidade à paisagem. A vila original encostada no Morro da Lagoinha do Leste, a enseada no canto mais oriental da praia, local de acesso ao mar, a presença do Rio Quincas Antonio, as planícies alagadas, o mar e as dunas, assim como remanescentes de Floresta Quaternária, são os elementos conformadores da localidade.

Ainda hoje as estruturas estudadas de identidade dos núcleos: vila original, caminhos e áreas parceladas, e as áreas comunais persistem na localidade do Pântano do Sul, apesar das transformações urbano-turísticas acontecidas e novas modificações que se avizinham.

A vila do Pântano do Sul cresceu determinada pelo caminho principal de chegada ao mar. (hoje SC 405). Sobre ele foram implantadas as primeiras residências, comércios (salgas) e a sua igreja e a praça de congregação. A malha se estendeu saindo deste caminho principal nas duas direções laterais, extremamente limitadas pelo morro, pela duna e pelas áreas alagadas

Na vila original os elementos de identidade espacial permanecem fortemente e podem ser percebidos através da malha urbana, da ocupação dos lotes e da tipologia arquitetônica, que nos remete às suas origens. A pesca artesanal, atividade original do nascimento do núcleo, apesar de seu declínio, ainda é muito viva, e a chegada à praia é prioridade dos barcos, que formam uma paisagem hoje já esquecida noutros lugares, muito viva neste pequeno canto da Ilha de Santa Catarina. (Figura 58)



Figura 58 - Barcos de pesca artesanal sobre a praia a espera do cardume de tainhas. Jun/2008

Os caminhos e áreas parceladas ainda podem ser percebidos em muitos locais, como por exemplo, sobre o caminho entre o Pântano do Sul e a Costa de Dentro e de Fora, onde ainda existem muitas propriedades rurais com suas pequenas sedes de fazendas (casa e galpões) e estrutura colonial da terra, pouca largura e longos comprimentos, nestes casos subindo o morro até o divisor d'águas (Figura 59). Também os pequenos núcleos rurais de encontro da comunidade como igreja e salão ainda permanecem, e fazem parte da vida dos moradores locais (Figura 60).



Figura 59 - Sede de fazenda sobre o caminho entre a vila do Pântano do Sul e Costa de Dentro
Jun/2008



Figura 60 - Sede comunitária do núcleo rural de Costa de Dentro. Nov/2008

Mas a grande maioria destas propriedades sofreu e está sofrendo o processo de reparcelamento. Dia a dia surgem novas ruas, na sua grande maioria subindo o morro, algumas por sobre a planície e as propriedades rurais vão desaparecendo devido a mudança de função da terra, de produção rural para moradia permanente ou de descanso e lazer (Figura 61).



Figura 61 - Reparcelamento de propriedade rural na encosta do morro. Nov/2008

As áreas comunais do território do Pântano do Sul é claramente percebida nas áreas planas entre morros, drenadas por canais artificiais, mas, dependendo das condicionantes climáticas voltam ao seu estado original de lagoas como aconteceu duas vezes no ano de 2008. Parte destas áreas passou para mão privadas e hoje algumas delas se encontram parceladas em condomínios que avançam sobre os ecossistemas naturais ali existentes. (Figura 62)



Figura 62 - Condomínio construído sobre antigas áreas comunais sobre a lagoa das Capivaras.
Nov/2008

Por sobre as antigas terras comunais foi criado o Loteamento dos Açores já na década de 60, que representou a primeira grande investida turística com capital privado no sul da Ilha.

As encostas dos morros, antes terras comunais de colheita e retirada de lenha, madeira e ervas, hoje muitas estão também parceladas e inúmeras vielas sobem o morro abrindo caminho para novos proprietários. (Figura 63)



Figura 63 - Reparcelamento na encosta do morro por sobre áreas comunais. Nov/2008

CONCLUSÃO

O estudo realizado visou entender a configuração espacial de localidades praianas de origem pesqueira na Ilha de Santa Catarina, de forma a verificar a existência de elementos de identidade espacial. Foram detectadas algumas características de permanência que se pretende possam ter continuidade, apesar do contexto atual de profundas transformações sócio-espaciais, em andamento. Estes elementos identitários poderão servir como eixos de orientação a serem considerados dentro de um planejamento da Ilha que codifique o uso do solo num universo mais amplo.

O trabalho foi desenvolvido a partir de diferentes leituras:

- Sítio físico;
- Processo histórico de ocupação territorial;
- Configuração urbano-turística atual.

Os objetivos do trabalho foram atingidos a partir das leituras das comunidades pesquisadas: Ingleses do Rio Vermelho, Barra da Lagoa e Pântano do Sul. Dessas leituras chegou-se à constatação singular de que os elementos originais do sítio e as estruturas territoriais decorrentes da história da ocupação do território constituem até hoje elementos de permanência, presentes em maior ou menor medida nestas localidades. As transformações do presente acontecem tendo como limites e possibilidades estas preexistências e muitas das características que dão identidade a esses lugares ligam-se diretamente as heranças naturais e históricas ainda aí presentes.

Verificamos que o sítio físico é um limite determinante da ocupação e, em que pesem as diferenças locais (Ingleses, Barra da Lagoa e Pântano do Sul), é condicionante de identidade, que se expressa através de:

- Enseada sobre amplo arco praial que permitia o acesso por mar a embarcações de pesca e transporte da produção;
- Planície encostada em promontório de forma a obter proteção contra a ação dos ventos e tormentas marinhas sempre presentes na vida do pescador nativo;
- Hidrografia de forte influência na ocupação do território;
- Território limitado em sua área física de ocupação por eventos geográficos limitantes: encostas íngremes dos morros, planícies costeiras representadas pelas dunas, restingas e manguezais;

- Ecossistemas variados em função dos diferentes eventos geográficos presentes: Mata Atlântica, Mata da Planície Quaternária, vegetação de restingas, dunas fixas e móveis, manguezais, praias, lagoas e rios.

Verificou-se também que os ecossistemas naturais, enquanto elementos de identidade espacial, são determinantes da ocupação inicial e do desenvolvimento das localidades estudadas. O entorno destas, encontra-se ameaçado com o crescimento da área ocupada e o adensamento construtivo provocado pelo processo urbano-turístico do presente. A consolidação da urbanização, na base dos morros, acarreta a formação de barreira entre as áreas de montanha e áreas de planície, impedindo o fluxo de matéria e energia entre os diferentes ecossistemas aí existentes.

Constatamos que a Ilha é pródiga no elemento água, seja pelo mar que a cerca (afinal estamos numa ilha), seja pelas lagoas e lagunas existentes e ainda pelos inúmeros riachos e rios que descem dos morros, alguns com cascatas, trazendo para os vales toda essa riqueza biológica. Esta relação é crucial na conexão entre áreas de morro e de planície. Daí a importância da preservação de suas margens, para a criação de corredores ecológicos que permitam a interligação dessas áreas e preservação dos sítios naturais.

Na Ilha de Santa Catarina o processo histórico de ocupação territorial como um todo, e das localidades estudadas em particular, se processou frente a um sítio que obrigou a uma ocupação descontínua que constitui uma forte característica de identidade da urbanização local. Esta descontinuidade está representada por elementos físico-geográficos limitadores, com destaque para as encostas íngremes dos morros, planícies costeiras representadas pelas dunas, restingas e manguezais e, os corpos d'água, representados pelas praias, lagoas e rios. Como resultado destas condicionantes, a ocupação se apresenta através de manchas urbanas localizadas de forma dispersa, costuradas pelos caminhos que se comunicam entre si, limitados por áreas protegidas pela legislação ambiental. A estrutura urbana em crescimento vem se consolidando como resultado de crescimentos locais, e esta condicionante de isolamento dos núcleos, também característica identitária, promoveu que cada uma delas se desenvolvesse ao longo do tempo de forma diferenciada.

No trabalho destacamos três estruturas espaciais decorrentes da ocupação colonial-agrícola, que permanecem até hoje na configuração territorial da Ilha da Santa Catarina e, em especial nas localidades estudadas: a vila original, os caminhos e as áreas parceladas, onde ocorreu a ocupação agrícola intensiva do território, e, as áreas de apropriação coletiva, as áreas comunais.

Estas estruturas territoriais sofreram diferentes processos de apropriação ao longo do tempo. As marcas que imprimiram por sobre a Ilha permanecem, porém, presentes colocando possibilidades e limitações ao crescimento urbano-turístico. São elementos

fundamentais da identidade deste lugar, cujo conhecimento é imprescindível a qualquer processo de planejamento urbano-territorial:

As vilas originais foram configuradas em função da atividade econômica da pesca e das condições de sobrevivência tanto física como cultural. A ocupação se deu de forma orgânica, se dirigindo sempre no sentido do mar ou em direção ao caminho de conexão com os demais núcleos vizinhos. Conformavam uma trama demarcada por elementos físicos como o morro, o mar e as dunas.

Os caminhos e áreas parceladas constituem elementos de permanência, herdados do processo colonial agrícola, ainda presente na estrutura espacial das comunidades estudadas. A trama em forma de espinha de peixe, que se estende pela ilha, contornando os morros e cruzando os baixios alagados, foi uma das estruturas que dão identidade a ocupação aqui desenvolvida. Esta trama determinou profundamente o resultado atual da ocupação existente. Mesmo com o adensamento promovido pelas profundas transformações ocorridas, a ocupação linear ainda está presente, sobre a base do parcelamento anterior e sobreparcelamento praticamente de forma contínua.

Alguns dos riscos colocados hoje advêm da expansão urbana, com a promoção de estruturas espaciais pouco legíveis, em função do sobreparcelamento contínuo das propriedades rurais, aumentando sobremaneira as áreas urbanas. Como risco de caráter ambiental, coloca-se a continuidade do processo de ocupação se expandindo por sobre os ecossistemas ainda existentes.

As áreas comunais vinculadas à pequena propriedade constituem outro elemento de identidade da maior importância e especificidade na produção do litoral sul brasileiro e especialmente na Ilha de Santa Catarina.

Estas terras tiveram dois destinos: algumas ficaram na mão do Estado, como de direito seria, sendo utilizadas para a implantação de alguns empreendimentos de caráter público como o caso do Parque Florestal do Rio Vermelho e também para equipamentos de caráter comunitário. Outras destas terras passaram para mãos de particulares, de forma não muito clara, e hoje pertencem a grandes investidores imobiliários, muitos deles externos ao processo local. Estas áreas são de grande extensão, se comparadas às pequenas áreas de parcelamento agrícola na Ilha da Santa Catarina. Muitas delas deveriam ser parte das Áreas de Preservação Permanente (APPs) por serem ecossistemas frágeis como: áreas alagadas, mangues, encostas de morros, dunas e restingas. O perigo iminente está representado pela possível e “irreversível” ocupação destas áreas com grandes empreendimentos imobiliários (loteamentos e condomínios)

As leituras realizadas reafirmam o conceito de identidade apresentado através de Gutierrez (1989), que expressa que a identidade espacial dos lugares estudados está

presente no seu contexto de paisagem natural e cultural. Nos casos estudados, esta identidade persiste de uma forma mais clara no Pântano do Sul e na Barra da Lagoa, mesmo com as transformações que modificaram os espaços e a própria sociedade, mas, encontra-se praticamente perdida nos Ingleses. Detectados os modos de vida e escalas de valores ali representados, acreditamos possamos aqui procurar um caminho para que, a permanência destes, possa ser uma realidade concreta, entendida por todos e claramente incentivada e respeitada pela comunidade, pelos poderes públicos e pelos empreendedores.

O autor destaca também como característica essencial no conceito de identidade, o sentido de inclusão no todo, ser parte de algo em comum e que este pertencer não é passivo, ao contrário, coloca que é o único caminho de construção da história que recupera o passado como atualidade do presente e condicionante do futuro. A identidade como manifestação plural, diz respeito a um conjunto de modos de vida, sistemas de crenças, tipos de manifestações culturais e, que, apesar das diferenças, têm pontos de convergência, sendo um elemento essencial de uma sociedade, pois, tem a ver com todos e com cada um de seus membros. Não permite critérios autoritários e totalitários que podem menosprezar os princípios já mencionados anteriormente de pertinência, participação e pluralismo. Acreditamos que esses valores devem ser entendidos e considerados na elaboração do Plano Diretor Participativo ainda em discussão, e que tenha dentro do seu conteúdo elementos que fomentem este respeito às permanências aqui colocadas.

Gutierrez (1989) complementa colocando que a “(...) especulação imobiliária constitui o apogeu da desintegração das identidades”, na medida em que despreza os valores sociais e culturais que as constituem. As transformações são inevitáveis, mas é necessário o compromisso com nossa cultura original dos lugares, o que pode significar a compreensão de que existe uma modernidade própria, que nasce da realidade existente, respondendo a necessidades ambientais e sociais concretas do presente. As autoridades, frente às transformações ocorridas e em andamento não têm reconhecido o valor cultural e econômico (através do turismo) que emana da relação entre sítio físico e processo histórico de ocupação. Assim continuam a ocorrer continuas expansões por sobre os ecossistemas de uma forma permissiva.

Os movimentos sociais se fazem hoje presentes na ilha de uma forma mais imperativa. A convivência comunitária era parte da cultura dos moradores nativos. Visto seu isolamento no interior da ilha, todos precisavam de todos, somado à prática do uso de terras comunais, fato importante para demarcar o perfil do morador nativo. Hoje, uma retomada dessa prática de união se faz necessária para exigir cumprimento de compromissos com o ambiente e com a cultura local assim como obter melhorias de interesse de todos.

Vários movimentos já tiveram sucesso sustando processos de implantação de projetos, exigências de infraestrutura (calçamento, água, luz, esgoto, etc), como o caso da comunidade do Campeche frente ao Plano de Desenvolvimento Integrado Entremares (1992) que foi complementado com o Plano de Rezoneamento da Planície Entremares (1998), e ainda a atualização do Plano Diretor do Pântano do Sul (2004). Hoje a política governamental referente ao desenvolvimento das cidades exige a construção de um Plano Diretor Participativo. Florianópolis encontra-se neste processo, abrindo-se um espaço para que diferentes setores da sociedade possam se manifestar. Esse plano em elaboração por processo participativo cria uma oportunidade de discussão no presente de problemas intrínsecos, com a retomada da identidade das localidades e da Ilha como em todo.

A procura das belezas naturais e da cultura local são o motivo e a finalidade do turismo, portanto a preservação destas permanências é imprescindível para um desenvolvimento sustentado sobre bases que procurem a preservação e a qualidade tanto para o meio ambiente como para a permanência do bem estar da comunidade.

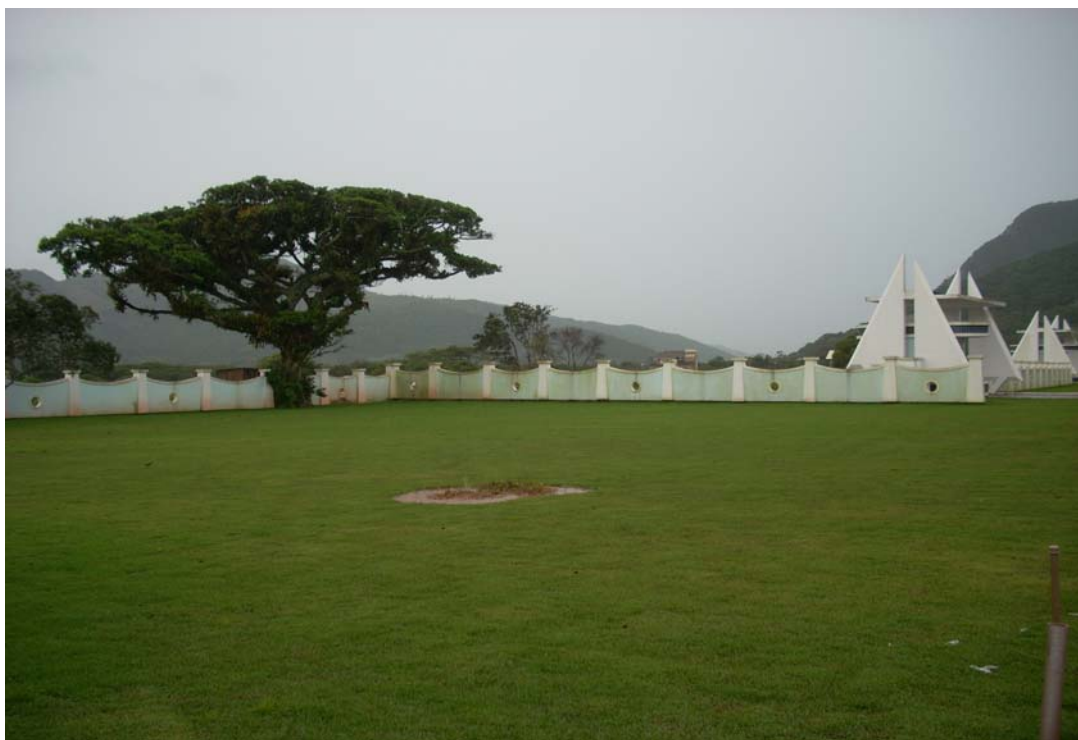


Figura 64 - A figueira, exemplar de vegetação nativa “incrustada” no muro de um novo empreendimento: Condomínio Velas (3 conjuntos) implantado sobre o local da antiga Lagoa das Capivaras. Pântano do Sul. Nov/2008.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**, São Paulo, Martins Fontes, 1998.
- ARANTES, Antônio Augusto. **Paisagens paulistas: transformações do espaço público**. Campinas: ed. UNICAMP, 2000.
- ARANTES, Otilia. **O Lugar da Arquitetura Depois dos Modernos - Capítulo: A ideologia do “lugar público” na arquitetura contemporânea (Um Roteiro)**. EDUSP: Studio Nobel, São Paulo, 1995.
- ARAÚJO, Rita. **Os usos, funções e tratamentos das áreas de lazer da Área Central de Florianópolis**, Tese de Doutorado. UFSC. Engenharia de Produção. Florianópolis, 2002.
- ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Ilha de Santa Catarina – Relatos de viajante estrangeiros nos séculos XVIII e XIX**. Assessoria Cultura. Florianópolis, 1979.
- ASSIS, Leonora Portela de. **Por uma historia do presente Turismo e Natureza na Ilha de Santa Catarina**. ESBOÇOS. Revista de Programa de Pós Graduação em Historia. Vol. 7; UFSC. 1999.
- BUENO, Ayrton P., OLIVEIRA, Lisete A., DISCHINGUER, Marta. **Preservação ambiental dos Balneários**. CTC, Dpto de Arquitetura e Urbanismo. UFSC. FAPEU. Projeto Funpesquisa, 1988.
- BUENO, Ayrton Portilho. **Patrimônio paisagístico e turístico na Ilha de Santa Catarina: a premência da paisagem no desenvolvimento sustentável da atividade turística**. Tese de Doutorado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP. São Paulo, 2006.
- CABRAL, Oswaldo Rodrigues, **Nossa Senhora do Desterro nº 1**. Florianópolis, Lunardelli, 1979.
- CAMPOS, Nazareno José de. **Terras Comuns da Ilha de Santa Catarina**. FCC Ed;Ed. Da UFSC, Florianópolis, 1991.
- CARLI, César Luiz. **Los tiempos, los patios y las casas**. Santa Fé, Universidad Nacional del Litoral. 1983.

CECCA –Centro de Estudos Cultura e Cidadania. **Uma cidade numa ilha: relatório sobre os problemas sócio-ambientais da Ilha de Santa Catarina. Florianópolis:** Insular, 1997.

CORBIN, Alain. **O território do vazio: a praia e o imaginário ocidental.** Companhia das Letras, São Paulo, 1989 (p. 201).

DA ROCHA, Claudia A. L. **Avaliação da ocupação urbana da Bacia Hidrográfica do Pântano do Sul na Ilha de Santa Catarina usando técnicas de geoprocessamento.** Dissertação de Mestrado. CTC. Programa de Pós Graduação em Engenharia Ambiental. UFSC. Florianópolis, 2003.

FERREIRA, Sérgio Luiz. **O banho de mar na Ilha de Santa Catarina: O lazer na orla marítima de Florianópolis.** ESBOÇOS. Curso de Pós Graduação em Historia. Série Ensaio. Nº 1; UFSC. 1994.

FERREIRA, Tânia Machri. Distrito dos **Ingleses do Rio Vermelho, Florianópolis: Um espaço costeiro sob ação antrópica.** Dissertação de Mestrado. Centro de Ciências Humanas. UFSC. 1999.

FLORIANÓPOLIS (SC), Prefeitura Municipal, Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis. **Atlas do Município de Florianópolis.** Florianópolis, IPUF, 2004.

GUTIÉRREZ, Ramon. **Arquitetura Latino-americana. Textos para reflexão e polêmica.** São Paulo, Nobel, 1989.

JACOBS, Jane. **Morte e Vida das Grandes Cidades,** Madri, Península, 1973.

KATHOUNI, Saide; MAGNOLI, Miranda Martinelli; TOMINAGA, Ysuko; ORG. **Discutindo a Paisagem.** São Carlos, RIMA, 2006.

LAGO, Paulo Fernando. **Florianópolis: a polêmica urbana; crescimento e transformações, a questão metropolitana e problemas de crescimento.** Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes, 1996.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade.** São Paulo. Martin Fontes, 1980.

LINS, Hoyêdo Nunes. **Ilha de Santa Catarina: O turismo em debate. 1502/2002.** Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. 2º V. Florianópolis, 2002.

MIRA, Marly Ana Fortes Bustamante. **A população da Ilha de Santa Catarina. 1502/2002.** Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. 2º V. Florianópolis, 2002.

MORA, José Fermater. **Dicionário de Filosofia**, Buenos Aires, Editora Sudamericana. 1951.

OLIVEIRA, Antonio Pereira. **As incoerências do Turismo: Os impactos positivos e negativos do turismo**. Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. 2º V. Florianópolis, 2002.

OURIQUES, Helton Ricardo. **Indústria sem chaminés**. Revista de Ciências Humanas [Florianópolis]. Florianópolis : UFSC , Centro de Filosofia e Ciências Humanas n. 25 (abr. 1999) p. 63-81

PEREIRA, Nereu do Vale (et al) org. **A Ilha de Santa Catarina, espaço, tempo e gente, 500 anos – 1502/2002**. Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. 1º V. Florianópolis, 2002.

. **A Ilha de Santa Catarina, espaço, tempo e gente, 500 anos – 1502/2002**. Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. 2º V. Florianópolis, 2002.

... . **A Ilha de Santa Catarina, Portal do Atlântico Sul**. Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. 2º V. Florianópolis, 2002.

PEREIRA, Neli E. C. **Um lugar chamado Pântano do Sul: Um estudo das territorialidades do chamado Pântano do Sul, Município de Florianópolis, SC, no período de 1938 a 1998**. Dissertação de Mestrado. Curso de Mestrado em Geografia. UFSC, Florianópolis, 2002.

FLORIANÓPOLIS (SC) PREFEITURA MUNICIPAL. Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis. **Atlas do Município de Florianópolis**. Florianópolis, 2004.

REIS, Almir Francisco. **Permanências e transformações no espaço costeiro: formas e processo de crescimento urbano-turístico na Ilha de Santa Catarina**. Tese de Doutorado na Universidade de São Paulo – Estruturas Ambientais Urbanas . USP. São Paulo, 2002.

ROCA, Miguel Angel. **Lugares Urbanos e Estratégias**. Córdoba, Universidade Nacional de Córdoba. 1984.

ROSSI, Aldo. **A arquitetura da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1998

SANTOS, Emmanuel Antonio dos. **Discutindo a Paisagem: Planejando com a Paisagem.** RIMA São Carlos, , 2006.

SCHEIBE, Luiz Fernando. **Aspectos geológicos e geomorfológicos.** Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. 1º V. Florianópolis, 2002.

SITTE, Camillo. **A construção das cidades segundo seus princípios artísticos.** Editora Ática, São Paulo, 1992.

SQUERA, Jorge Rebollo. **Índice de Ocupação das Praias e Densidade Populacional: O Caso da Ilha de Santa Catarina / SC.** Dissertação de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. UFSC, 2006.

TEXEIRA NETO, Nelson. **Espaços Públicos da orla marítima de Centro Histórico de Florianópolis: O lugar do Mercado.** Dissertação de Mestrado em Geografia, UFSC, 2002.

VÁRZEA, Vigilio. **Santa Catarina: A Ilha.** 2ª edição. Florianópolis: Lunardelli, 1985.

VASCONCELOS, Augusto Carlos. **Pontes Brasileiras, Viadutos e Passarelas Notáveis. CD Room do Relatório da Construção.** Ávila, Antônio Victorino. Organizador. Florianópolis, 2002.

VAZ, Nelson Popini. **O centro histórico de Florianópolis: Espaço público do ritual.** Florianópolis, FCC: Editora da UFSC, 1991.

VEIGA, Eliane Veras da. **Florianópolis, Memória Urbana.** Florianópolis, Editora da UFSC e Fundação Franklin Cascaes, 1993. (fls 327)

ZEFERINO, Augusto César. **Inglese do Rio Vermelho, o Lugar e a Gente.** Florianópolis, Edição do autor, 2008.

ANEXOS

REPORTAGENS DE JORNAIS DA CAPITAL, SOBRE A INFRAESTRUTURA URBANA

INFRAESTRUTURA

1. SANEAMENTO NOS INGLESSES SÓ ACONTECE NO ANO QUE VEM

NOTÍCIAS DO DIA - Pg 2

DIA: 6ª FEIRA, 27 DE JULHO DE 2007

A comunidade dos Ingleses continua na luta que é antiga, para preservar o aquífero dos Ingleses. De lá sai a água que abastece boa parte do Norte da Ilha, mas o lençol freático não é poupado.

A Casan coloca que mesmo que a obra seja considerada de urgência somente no ano que vem deverá funcionar e a previsão do término é Dez/07. Em 2008 mais uma etapa será iniciada a que possibilitara o funcionamento do sistema. Parte da obra está sendo construída e deverá atender 9000 pessoas (nem 20%) da população existente.

2. AEROPORTO SEM MELHORIAS (Editorial)

NOTÍCIAS DO DIA - Pg . 3

Dia: 4ª Feira, 14 de Novembro de 2007

Para uma cidade com vocação turística, a demora em definir a ampliação e melhoria do Aeroporto Hercílio Luz, soa como afronta ao bom senso.

Mesmo sendo uma capital periférica, aqui desembarca a maioria do contingente de turistas para o litoral Sul, vindos de países vizinhos e outros estados. Em 2006, o terminal recebeu 1,63 milhões de passageiros, embora capacidade seja para 980 mil.

A ampliação projetada triplicará a párea, tanto para o pátio doas aeronaves, vagas de estacionamento, e capacidade do terminal de passageiros, além de ampliar o comprimento da pista de pouso e decolagem para 2.8mil metros.

As pendências são de ordem legal e ambiental, e é colocado que falta dinamismo nas esferas públicas para querer resolver o problema. Com isto podem ocorrer duas coisas, uma que o dinheiro seja desviado para outros projetos do PAC, ou ainda que os eventos de grande porte se desviem para outras cidades com prejuízo para a infraestrutura hoteleira e econômica local, em geral.

3.- CASAN: Vai faltar água no verão

NOTÍCIAS DO DIA – Pg. 6

Data: 3ª Feira, 18 de Dezembro de 2007

Empresa pede economia e lembra que capacidade é para 400 mil pessoas

O presidente da CASAN Walmor de Lucca, destacou que existe a possibilidade de faltar água, principalmente o Norte da Ilha, por não ter reservatório e ser o principal ponto turístico da Capital, enfatiza ainda que “queremos racionalidade e não racionamento”. A Casan tem capacidade para abastecer 400 mil pessoas, mas na temporada esta população dobra.

Neste ano, foram investidos, 55 milhões em obras de água e esgoto, a expectativa nas próximas temporadas é que sejam investidos 320 milhões, 150 milhões oriundos do PAC.

- **BALNEABILIDADE DAS PRAIAS**

Jornal: NOTÍCIAS DO DIA

Data: 2ª Feira, 7 de Janeiro de 2008

1. FATMA DIVULGA LISTA DE PRAIS IMPRÓPRIAS.

Só na Grande Florianópolis, 23 pontos estão poluídos

O último relatório da Fatma apontou um aumento de 45 pontos para 66 pontos impróprios para banho no litoral catarinense. Segundo Marlon Daniel Silva, responsável pelo laboratório da Fatma, esses valores não surpreendem, “pelo contrário afirmam as previsões. O grande número de pessoas e a quantidade de chuva aumenta a possibilidade”.

No mesmo período do ano passado, eram 16 na Grande Florianópolis, contra 23 deste ano, e 39 no Estado contra 66. Os pontos da Ilha que entraram na lista são: Lagoa, Cachoeira do Bom Jesus e Canasvieiras.

A Fatma apresenta seu site www.fatma.sc.gov.br para o usuário poder conferir os relatórios e se informar, que são atualizados semanalmente. A coleta é feita em 180 pontos dos 500 km da costa catarinense. Também se pode conferir a balneabilidade, através das placas instaladas em pontos de acesso as praias.